

MARIA IZABEL MACHADO

“Á A GENTE VAI SENDO SOLIDÁRIA E AS PESSOAS VAI REVIVENDO”:

O Clube de Troca e a Construção da Sociabilidade

CURITIBA
2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – SCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MARIA IZABEL MACHADO

“AÍ A GENTE VAI SENDO SOLIDÁRIA E AS PESSOAS VAI REVIVENDO”:

O Clube de Troca e a Construção da Sociabilidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, linha de pesquisa Cultura e Sociabilidades, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes.

CURITIBA

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – SCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Maria Izabel Machado

“AÍ A GENTE VAI SENDO SOLIDÁRIA E AS PESSOAS VAI REVIVENDO”:

O Clube de Troca e a Construção da Sociabilidade

Dissertação aprovada em ____/____/____ como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Banca Examinadora:

Orientador:

Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes

Nome do Professor (a)

Nome do Professor (a)

Nome do Professor (a)

À minha mãe Ana, meu irmão Cesar e
às mulheres 'Bem Aventuradas que pressentiram que a manhã começou'...

AGRADECIMENTOS

Às mulheres e homens dos Clubes de Troca que constroem todos os dias o mundo que a maioria de nós só vislumbra de nossos gabinetes,

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia; em especial, professor, orientador e amigo Pedro Bodê,

Aos amigos Gabriel e Julian pela revisão e presença discreta,

Aos amigos e amigas que pacientemente suportaram o curto e intenso período de gestação e parto deste trabalho.

“A gente fala na Economia Solidária que a gente tá vivendo uma outra história, e é outra história mesmo porque a gente podia tá vivendo há muito tempo, mas a gente se apegou ao capitalismo né, trabalha em troca do dinheiro, ser explorado, sabe? Sendo massacrado, e tá ali, achando que dali a gente vai tirar alguma coisa... e daí na Economia Solidária clareou nossas idéias, que a gente não precisa ficar só em função daquilo, que tem outras coisas pra gente viver, que quanto mais a gente quer mais a gente gasta, nunca tá contente. Aqui não, no Troca todo mundo sai contente, ninguém quer mais que outro, ninguém fica pisando pra poder subir, ninguém pensa em crescer lá dentro, a gente pensa que pode ser igual a todo mundo, dividir tudo, e nunca falta!” (Silvia)

RESUMO

A atual configuração do mundo do trabalho tem relegado parcela considerável da população à informalidade e à dependência de programas assistenciais, cenário no qual comumente assistimos a associação quase que automática entre pobreza e violência nas periferias das grandes cidades. São atingidos de forma mais aguda os segmentos mais frágeis: com menor escolarização e, conseqüentemente, pouca qualificação ou especialização profissional. A Economia Solidária tem se apresentado como uma alternativa, não apenas de geração de renda, mas de reinserção de seus participantes no tecido social ao restabelecer redes de proteção e padrões de sociabilidade não violentos. O presente trabalho procurou analisar a experiência de um Clube de Troca na região metropolitana de Curitiba à luz do conceito de solidariedade trabalhado por Émile Durkheim e de dádiva de Marcel Mauss, associando-os ao conceito de sociabilidade não violenta desenvolvido por Luiz Antonio Machado da Silva e de proteção próxima desenvolvido por Robert Castel. A metodologia utilizada combinou entrevistas em profundidade, grupo focal e observação participante, segundo a perspectiva qualitativa hermenêutica. A hipótese central era de que a prática e os princípios propagados pela experiência dos Clubes de Troca ultrapassariam os limites físico-temporais do Clube irradiando-se para relações familiares e comunitárias de modo a produzir redes de proteção ligadas à sociabilidade não violenta. Em outras palavras, em que medida os valores e princípios que são fundamentos da Economia Solidária se refletiam concretamente no cotidiano dos participantes. Após a análise do campo à luz dos conceitos teóricos foi possível verificar mudanças comportamentais individuais e coletivas intra e extra grupo orientadas pela solidariedade em detrimento do individualismo negativo e de vantagens individuais.

Palavras-chave: Economia solidária. Sociabilidade. Solidariedade. Proteção. Redes de Proteção.

RESUMEN

La configuración actual del mundo del trabajo ha relegado parte considerable de la población a la informalidad y la dependencia de los programas de asistencia social, escenario en el que se ven comúnmente asociación casi automática entre la pobreza y la violencia en los suburbios de las grandes ciudades. Se ven afectados más claramente los sectores más desamparados: menor nivel educativo y por lo tanto poca habilidad o experiencia profesional. La Economía Solidaria se ha convertido en una alternativa, no sólo para la generación de ingresos, pero la reintegración de los participantes en las redes de seguridad social mediante el establecimiento de las pautas de sociabilidad y no violenta. El presente estudio pretende analizar la experiencia de un club de intercambio en la región metropolitana de Curitiba, a la luz del concepto de la solidaridad trabajó para la donación de Emile Durkheim y Marcel Musas, en asociación con el concepto de sociabilidad violenta desarrollado por Luis Antonio Machado da Silva la protección y el próximo desarrollado por Robert Castell. La metodología utilizada combina entrevistas en profundidad, grupos focales y observación participante, de acuerdo con una hermenéutica cualitativo. La hipótesis central es que la práctica y los principios propagados por la experiencia de los clubes de intercambio son mayores que los límites físicos y temporales del Club que se extienden a las relaciones familiares y la comunidad para producir redes de seguridad vinculados a la no-violenta sociabilidad. En otras palabras, ¿hasta qué punto los valores y principios que son los fundamentos de la Economía Solidaria en concreto se reflejan en la vida cotidiana de los participantes. Tras el análisis del campo a la luz de los conceptos teóricos que ha sido posible verificar los cambios de comportamiento individuales y colectivas dentro y fuera de la solidaridad de grupo dirigido a expensas del individualismo negativo y beneficios individuales.

Palabras clave: Economía Solidaria. Sociabilidad. Solidaridad. Protección. Redes de seguridad.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. PASSOS METODOLÓGICOS.....	17
1.1 PRIMEIRA APROXIMAÇÃO COM O CAMPO.....	18
1.2 VOLTANDO AO CAMPO.....	30
2. A ECONOMIA E SEUS SENTIDOS.....	43
2.1 SOLIDARIEDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA	45
2.2 DINHEIRO E MOEDA SOCIAL.....	48
3. OS SENTIDOS DAS TROCAS	56
3.1 MOTIVAÇÕES INICIAIS	57
3.2 O QUE SE TROCA	65
4. CONSTRUINDO SOCIABILIDADES.....	74
5. O CLUBE DE TROCAS E AS REDES DE PROTEÇÃO.....	90
CONCLUSÃO.....	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	118
ANEXOS.....	123

INTRODUÇÃO

Uma das motivações centrais para a realização deste trabalho foi a possibilidade de desnaturalizar, vale dizer, tratar sociologicamente a concepção hegemônica de economia propagada largamente nas sociedades modernas. Segundo a lógica do capitalismo contemporâneo não há espaço ou sentido para outras mediações nas relações econômicas que não a do lucro. Dito de outra maneira e segundo o jargão dos economistas, *sem maximizar os ganhos* financeiros e a prazos cada vez mais curtos.

No entanto, repensar outros paradigmas para a economia coloca-se de forma viável na medida em que esse mesmo capitalismo da maximização dos lucros e da socialização dos prejuízos acaba por negar na prática tudo que afirma ideologicamente. No lugar do bem-estar como fruto do esforço individual, o que se vê é o aumento da miséria consequência do desemprego estrutural nas últimas décadas, no lugar da reificada liberdade, subjugamento de indivíduos aos índices de rendimento e produtividade, e até de países inteiros ao que ditam as Instituições Financeiras Mundiais.

Observando as influências dessa visão de sociedade, podemos perceber, por exemplo, a consolidação da noção de indivíduo, que em sua origem liberal proporcionou uma série de avanços e conquistas, mas que emerge na atualidade como valor, mais ainda, como condição de sobrevivência. O outro, segundo essa perspectiva, é costumeiramente uma ameaça, um inimigo em potencial, um concorrente. A competição nesses casos é a única maneira de determinar quem ocupará a vaga de emprego, a cadeira na universidade. Na economia capitalista, os vencedores acumulam vantagens e os perdedores desvantagens em competições futuras. É a falta de regulamentação dessa concorrência, e não a concorrência em si, que faria dela um fator desagregador segundo a perspectiva que adotamos.

A partir desse panorama, questiona-se a atualidade e relevância de temas como a solidariedade e a cooperação e se os mesmos seriam capazes de engendrar mudanças significativas no interior de determinados segmentos sociais. Há alguns anos, iniciativas congregadas em torno do que se tem chamado Economia Solidária vêm tentando questionar e desnaturalizar as relações econômicas pautadas de acordo com a ordem mercadológica de orientação neoliberal. São iniciativas de naturezas diversas: cooperativas de costureiras, padarias comunitárias, associações de pescadores. Entre as

iniciativas, elegemos a experiência de um Clube de Troca para estudo de caso em função de sua configuração, localização e tempo de existência.

Os Clubes de Troca surgiram na Argentina na década de 90 e tinham como objetivo buscar alternativas para a recessão econômica enfrentada no país. Suas atividades giram em torno da troca de objetos e serviços entre seus participantes sem a utilização de dinheiro, embora façam uso de moedas próprias para intermediar as trocas.

Para o desenvolvimento do presente trabalho contamos com certo acúmulo obtido durante um período de estudos monográficos. Estes estudos possibilitaram, de maneira parcial, a apreensão de alguns significados compartilhados pelos participantes do grupo. Nessa primeira incursão ao tema nos detivemos em questões acerca dos sentidos atribuídos às trocas.

A hipótese nesse caso era de que outros sentidos estavam sendo gerados para as trocas que não o lucro segundo a lógica mercantil. O complexidade do que encontramos durante os trabalhos empíricos e seu potencial analítico nos levaram a concluir que se engendrava a partir do grupo um complexo de relações que não poderiam ser reduzidas a sua função econômica.

Diante da complexidade apresentada pelo campo, a pergunta inicial mostrou-se insuficiente para apreender minimamente as diversas possibilidades analíticas e os múltiplos papéis desempenhados pelo Clube de Troca. Foi preciso, portanto, ampliar a pergunta inicial. As trocas e seus significados atuavam quase como pretexto para uma rede de relações complexas que se estabeleciam a partir do grupo. Passamos a perguntar o que buscavam essas pessoas em um grupo como aquele, quais eram suas motivações, o que fazia com que rompessem o ostracismo e o individualismo.

Outras questões se desdobraram: além das mudanças no plano individual, estariam ocorrendo mudanças também no cotidiano dos e das participantes? Em que medida a participação nos grupos de Economia Solidária estava proporcionando a seus participantes a possibilidade de gerar novos padrões de sociabilidade não baseados no individualismo e na competição?

Considerando pois, os limites do primeiro trabalho partimos para o aprofundamento e ampliação do papel do Clube de Troca. Um dos objetivos desta dissertação é, portanto, analisar de maneira mais detida e aprofundada o conjunto de práticas desenvolvidas no interior do mesmo Clube de Troca e os sentidos atribuídos a essas práticas por seus agentes, não apenas no tocante à troca de produtos e serviços, motivação inicial dos

grupos.

Outro objetivo que orientou esta etapa mais aprofundada de pesquisa centrou-se na investigação dos impactos de práticas desenvolvidas a partir do Clube de Troca na conduta de seus integrantes. A hipótese central deste trabalho é de que as relações estabelecidas a partir do grupo atuam no restabelecimento dos laços de reciprocidade fundamentais para a construção de identidades individuais e coletivas.

O fio condutor do presente estudo foi, portanto, a análise dos processos de socialização engendrados a partir do Clube de Troca, não obstante as questões acerca dos sentidos possíveis para as relações econômicas a partir desta iniciativa da Economia Solidária tenham se mantido como pano de fundo. Os achados empíricos explicitaram a construção do que chamamos de Redes de Proteção, ou seja, relações de ajuda mútua que extrapolam os limites físicos e temporais dos encontros do Clube. Além disso, essas Redes de Proteção cumpriram um importante papel na superação do individualismo e mesmo das chamadas violências intersubjetivas. Essa expressão foi utilizada por Sergio Adorno para designar situações envolvendo conflitos entre pessoas conhecidas, vizinhos, familiares, amigos, situações nas quais, segundo o autor, reciprocidades foram rompidas. Razão esta pela qual relacionamos violência, ou seu enfrentamento à Economia Solidária e seu potencial no restabelecimento das reciprocidades.

Algumas tensões se fizeram sentir de maneira intensa e perpassaram todo o trabalho. Uma delas diz respeito às expectativas em torno da Economia Solidária e sua função quase messiânica de “salvar o mundo” do capitalismo. A pergunta que qualquer pesquisador do tema é instigado a responder é se as iniciativas solidárias são capazes de garantir a sobrevivência de seus membros. Analisando a experiência do Clube de Troca a resposta é simples e rápida: seus participantes precisam recorrer a outros meios para garantir seus sustento.

As tensões se multiplicam conforme o local do qual partem as análises. Nos congressos e eventos promovidos por setores da sociedade civil e mesmo alguns nichos acadêmicos nos deparamos com discursos entusiastas em defesa da Economia Solidária. Não cremos ser o entusiasmo em si o problema nesse caso, mas quando este não nos possibilita o distanciamento necessário corremos o risco de nos utilizar do discurso científico para legitimar convicções ideológicas que não coincidem com as práticas cotidianas.

Por outro lado, no âmbito estritamente acadêmico no qual as balizas para os

critérios de verdade e cientificidade são dadas por clássicos da macro sociologia e economia, ao respondermos negativamente à pergunta sobre o papel da Economia Solidária na superação do capitalismo vemos as iniciativas e suas análises serem rapidamente invalidadas. Esse movimento, assim como o entusiasmo em demasia, descarta e esvazia uma experiência socialmente construída que tem respondido a setores da população invalidados como agentes e como formuladores de suas práticas.

Certamente uma parcela importante de nossas análises não seriam possíveis se ignorássemos a categoria analítica *trabalho* e a centralidade da mesma na construção das identidades individuais das entrevistadas. Contudo, embora reconheçamos a contribuição fundamental dada pela tradição marxista nos estudos e análises do mundo do trabalho, partiremos de outros referências igualmente significativos, mas que consideramos mais apropriados para análise de categorias essenciais ao campo, tais como as noções de solidariedade e reciprocidade.

Um segundo tensionamento diz respeito a autogestão. O discurso dos participantes dos grupos e dos formuladores das práticas solidárias sobre essa questão parte da ideia de que a ausência de estruturas hierarquizadas é o ponto de partida para qualquer empreendimento dito solidário. Por autogestão compreendem principalmente a participação coletiva na tomada de decisões. Essa temática encerra tensões práticas e analíticas. A partir do que foi possível observar o funcionamento dos Clubes está bastante atrelado a figura de assessores cuja ausência desencadeia esvaziamento dos grupos e mesmo sua dissolução. Para a análise ficou claro o distanciamento entre o discurso dos formuladores, especialmente assessores, e a maneira como de fato se dá o funcionamento dos encontros.

Do mesmo modo que a categoria *trabalho*, a grande área na qual se insere esta dissertação, Violência e Segurança Pública, não será acionada a partir de suas categorias habituais. Não apresentaremos dados sobre criminalidade na região ou de medidas governamentais para aumento do efetivo policial, por exemplo. Partimos da noção de que a promoção do bem estar, através do restabelecimento de sociabilidades primárias ou das redes de proteção, o resgate de valores e práticas associativas e comunitárias, é capaz de gerar segurança pública na medida em que dissolve ou ameniza o impacto das chamadas violências intersubjetivas citadas anteriormente. A reciprocidade como padrão de sociabilidade não elimina as tensões e conflitos, mas oferece uma alternativa para a resolução dos mesmos para além do *olho por olho*.

Outro ponto de tensão ainda, e que já adiantamos é o mais complexo porque o problematizamos de forma muito superficial, diz respeito ao recorte de gênero, ou melhor a ausência de uma análise a partir da categoria gênero. Segundo Rubin gênero é uma divisão dos sexos socialmente imposta que ao atribuir diferentes papéis ao feminino e ao masculino o faz tendo como princípio a desigualdade. As perversidades do modelo capitalista na organização da produção e acesso aos bens, do saber e das posições ocupadas no tecido social atingem de forma brutal as mulheres, poderíamos dizer sem pestanejar que o rosto da miséria é feminino.

As tensões quanto a esse recorte perpassam todo o texto, ora nos referimos ao objeto de estudo como “grupo”, “Clube”, como se estivesse situado fora de um sistema de sexo/gênero. Porém a partir de determinado momento já não é possível utilizar categorias “assexuadas” e precisamos nos referir ao objeto como “as entrevistadas”, “elas”.

Poderíamos listar algumas justificativas para a evitação deste recorte, mas a falta de repertório teórico foi determinante. Sabemos, contudo, que não tomar o sistema sexo/gênero como recorte analítico impede qualquer desdobramento futuro da análise esgotando aqui o potencial explicativo do Clube de Troca.

Como mencionado essas tensões acompanham o desenvolvimento do trabalho e não são questões menores ou acessórias, são pano de fundo questionando continuamente o processo de investigação e análise.

Isto posto partimos de alguns conceitos centrais da obra de Émile Durkheim , em especial *solidariedade* e suas conexões com a produção da *moral* e *coesão social*. Em Marcel Mauss, buscamos elementos da *dádiva* e seus desdobramentos.

Destacamos ainda outros dois autores: Richard Sennett em *A Corrosão do Caráter* e suas contribuições em torno do *capitalismo flexível* e Robert Castel em *As Metamorfoses da Questão Social*. O primeiro refaz historicamente as transformações pelas quais passaram as sociedades modernas, especialmente a francesa. O objetivo não é um recorrido histórico, mas a percepção das consequências devastadoras do rompimento das solidariedades primárias, que garantiriam um pacto social capaz de absorver os impactos das mudanças rápidas e irreversíveis no mundo do trabalho.

A categoria *desfiliaados*, adotada por Castel, ganha centralidade em nossa análise por abarcar um contingente da população que não se enquadra nos padrões exigidos atualmente pelo mercado de trabalho, tampouco se encontram assistidos por redes de proteção capazes de reinseri-los na estrutura social.

Lançamos mão ainda do conceito de *sociabilidade violenta* desenvolvido por Luiz Antonio Machado da Silva em *Vida Sob Cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. O conceito abarca a noção da violência física como meio de imposição da vontade de uns sobre outros, além da ausência de valores comuns capazes de regular em alguma medida o uso da violência.

Consideraremos pertinentes também as críticas de Ricardo Antunes em *Os Sentidos do Trabalho*. Para Antunes, as iniciativas da Economia Solidária, embora surjam como alternativa à multidão expulsa do mercado formal de trabalho, teriam pouco potencial para alterar substancialmente a lógica do capital em curso atualmente.

Não obstante concordemos parcialmente com o argumento de Antunes, o olhar que lançamos para a Economia Solidária através do Clube de Troca se aproxima das idéias de *redes de proteção* apontada por Robert Castel, ou ainda de *associações intermediárias ou corporações*, expressão de Émile Durkheim. No sentido de que estas, e assim enxergamos os Clubes de Troca, desempenham papel determinante na superação do individualismo e na reinserção desses indivíduos em uma coletividade, e não raro na estrutura social de forma mais ampla, cumprindo um papel não apenas estritamente econômico, mas político e social.

Em relação aos autores que têm se debruçado sobre as questões da Economia Solidária, nos baseamos principalmente em dois: Marcos Arruda e Paul Singer que partem da leitura comum de que emergem dessa forma hegemônica de organizar o mundo do trabalho outras formas de organização do consumo e da produção, capazes, inclusive, de engendrar novos saberes.

Desenvolvemos o presente trabalho partindo de algumas considerações de como chegamos ao tema, ou de como o tema chegou até nós, quais foram nossos *Passos Metodológicos*. Além de apresentar o grupo e seus participantes, justificamos as escolhas que fizemos para os levantamentos empíricos, e como as perguntas de pesquisa foram mudando de acordo com o aprofundamento dos contatos com o grupo e a ampliação do repertório empírico e conceitual.

Na sequência, apresentamos um rápido panorama da Economia Solidária, procurando estabelecer um diálogo entre os autores de referência, levantando ideias acerca da *Economia e seus Sentidos*. A proposta desse capítulo foi partir da compreensão de economia e de solidariedade das participantes, na medida em que procuramos analisar de que maneira o lastro teórico que utilizamos instigou e possibilitou um olhar

sociológico sobre a experiência da Economia Solidária expressa no Clube de Troca.

A partir das concepções de economia e solidariedade, seguimos aprofundando *Os Sentidos das Trocas*, uma vez que, adiantamos, estas desempenham papel que ultrapassa a materialidade do que é trocado.

Considerando que as trocas atuam como um pretexto para um complexo de relações que se estabelece a partir do grupo, o capítulo seguinte *Construindo Sociabilidades* procurou dar conta dos novos padrões de sociabilidade que se estabelecem entre os participantes. Levantamos aqui as potencialidades do Clube de Troca ao restabelecer vínculos e laços, como um grupo de pertença.

Por fim, a partir dos laços de confiança que se estabeleceram no grupo desenvolvemos a ideia do *Clube de Troca e as Redes de Proteção*, considerando que cotidianamente são empreendidas ações de ajuda mútua e mesmo de intervenção coletiva que se aproximam da noção de proteção próxima.

1. PASSOS METODOLÓGICOS

“A gente fazia e não dava certo, resolvemos começar tudo de volta, aí resolvemos que ia plantar uma nova semente e que ia nascer frutos bons.” (Joana)

Mais do que relatar como chegamos ao campo ou mesmo ao tema, partiremos de uma reflexão de Gaston Bachelard em sua obra *Psicanálise do Fogo* (1989). Segundo Bachelard, ao nos colocarmos diante do desafio de objetivarmos nosso objeto de estudo devemos considerar o fato de que *é o objeto que nos designa*, em outras palavras, não escolhemos os caminhos, mas são os caminhos que nos escolhem. Nesse sentido, a produção acadêmica está diretamente ligada à possibilidade de objetivarmos as inquietações que nos acompanham ou mesmo perseguem.

Desta forma, é importante partirmos da idéia de que enxergamos o que está fundado em nossa experiência e essa pesquisa está embebida dessa lógica. Os estudos preliminares realizaram-se concomitantemente a atividades de acompanhamento de movimentos populares e sociais por parte da pesquisadora. A participação em movimentos eclesiais próximos a Teologia da Libertação¹ e as CEB's (Comunidades Eclesiais de Base) foi uma primeira tentativa de dar respostas as indagações acerca do 'funcionamento do mundo', que embora pareçam ingênuas em um primeiro momento, estão carregadas de preocupações sociológicas. Não apenas as respostas a essa questão foram se sofisticando, como a pergunta foi ganhando complexidade e contornos mais concretos.

Antes nos perguntávamos sobre o 'funcionamento do mundo', agora as questões que nos rodeiam perpassam as atuais configurações das relações econômicas e seus reflexos na distribuição de renda e desigualdade social. Como pano de fundo para este trabalho, concentramo-nos na ideia da impossibilidade de autorregulação das relações econômicas sob risco de aniquilação das relações e da sociedade como um todo, como chamou a atenção Karl Polanyi na obra *A Grande Transformação* (2000).

Sistematizar essas questões implica evitar tratados universais sobre economia,

¹ A Teologia da Libertação nasceu na década de 60 na América Latina e propunha uma nova maneira de relacionar a fé cristã a questões sócio políticas da época. Segundo Leonardo Boff, um de seus principais representantes, a Teologia da Libertação coloca no centro dos debates e análises as minorias empobrecidas e excluídas pela nova organização política e econômica. Disponível em: <http://diplomatie.uol.com.br/artigo.php?id=26&PHPSESSID=2992afb2cd65c8594faad2ff286459fc> Acesso em: 23 nov 2011

dada a impossibilidade de tal intento, além da preocupação em manter as discussões teóricas ancoradas em evidências empíricas.

Feitas estas considerações, é importante tornar claro o caminho percorrido até o presente trabalho. A aproximação com o campo deu-se a partir da participação da pesquisadora e das entrevistadas em atividades ligadas a movimentos e organizações populares entre 2006 e 2007. Diante da multiplicidade de movimentos e grupos engajados em algum nível, na transformação social mediante a diminuição das desigualdades, as iniciativas da Economia Solidária destacaram-se por ser um movimento que coloca os empobrecidos no centro da ação, como agentes. Essa primeira aproximação somada a trajetória acadêmica da pesquisadora durante a graduação em Ciências Sociais resultaram em um trabalho monográfico, que serviu de ponto de partida para a dissertação.

Por esta razão consideramos importante demarcar as distintas etapas de pesquisa, a saber estudos monográficos e dissertação, a fim de explorar com maior precisão os resultados obtidos em cada uma delas.

1. 1 Primeira aproximação com o campo

A questão central motivadora dos estudos monográficos é se estariam sendo produzidos outros sentidos para as trocas econômicas que não o lucro. O que pretendíamos responder é se as instâncias de participação política poderiam de alguma maneira e em algum nível refrear ou moderar as relações econômicas calcadas em princípios de orientação neoliberal cujo principal balizador é o individualismo.

Os Clubes de Troca em seu surgimento propunham preencher lacunas que a economia formal não dava conta de preencher. A crise econômica enfrentada pela Argentina durante a década de 90 restringiu de forma significativa a circulação de moeda e mercadorias. Setores da população ligados a movimentos sociais organizaram-se então para trocar objetos diversos. Sobre o surgimento dos Clubes de Troca e seu funcionamento aprofundaremos mais adiante. O que é preciso destacar por hora é o fato de sua origem estar ligada a tentativa de responder de forma concreta as necessidades

de setores da população que não podiam contar com as possíveis seguranças da economia formalmente organizada, através de poupanças, por exemplo.

No Brasil o surgimento dos Clubes segue a mesma motivação: mobilizar uma camada da população que, por um conjunto de razões, encontra dificuldades para acessar bens e serviços. No Paraná o primeiro Clube de Troca foi criado em 2001 no bairro Sítio Cercado em Curitiba. Entre os anos de 2003 e 2006 os grupos foram se multiplicando, totalizando cerca de 20 grupos na capital e região metropolitana. Atualmente estão em funcionamento onze grupos, quatro em Curitiba, três no município de Colombo, um em Almirante Tamandaré, um em São José dos Pinhais e os de Campina Grande do Sul e Mandirituba estão em fase de implantação.

Considerando tratar-se de uma pesquisa qualitativa escolhemos um dos grupos em funcionamento a fim de aprofundar a análise. Levando em conta o contexto no qual se insere o grupo e as temáticas que abordamos, especialmente no tocante a violência optamos por substituir tanto o nome do grupo quanto de seus participantes.

O grupo escolhido situa-se na região metropolitana de Curitiba, e após consulta a algumas de suas participantes o denominaremos **Clube de Troca Mulheres na Luta**. Além de localizar-se em região considerada violenta e com pouca infra-estrutura e/ou políticas públicas, esse grupo atua há mais de cinco anos e se mantém em funcionamento regular possibilitando um acompanhamento sistemático. O grupo **Mulheres na Luta** foi criado em 2007. Suas reuniões durante 2008 contavam com uma média de participação de 15 pessoas.

Assim como os demais, além dos princípios comuns, o grupo **Mulheres na Luta** possui um estatuto que, entre outros pontos, estabelece o horário dos encontros, os requisitos para o recebimento de alimentos caso o grupo venha a receber cestas básicas e as atribuições da coordenação. Além das atribuições comuns a outros grupos, compete aos coordenadores 'não faltar, acolher, animar, trabalhar para o bem do grupo, (...) trabalhar em mutirão, trocar experiências com outros grupos (...) cuidar da moeda".²

Embora as trocas sejam centrais para o grupo, esse momento é precedido por outras atividades que podem ser estudo, oficinas de artesanato, organização da participação do grupo em outras atividades ou mesmo um momento de espiritualidade que, em geral, é perpassado pela experiência religiosa dos participantes, em sua maioria

2 Em anexo, Estatuto Clube de Troca Mulheres na Luta, fevereiro 2009.

cristãos católicos. De maneira geral, os encontros se desenvolvem da seguinte forma: acolhida dos participantes, momento de mística e reflexão, apresentação das pessoas e dos produtos trazidos, trocas dos produtos, encaminhamentos para o próximo encontro, avaliação e um lanche como encerramento.

Como já relatado o primeiro contato com participantes do grupo se deu em outro espaço que não o da Economia Solidária, mas relacionado de alguma forma por se tratar de um momento de formação em educação popular dos movimentos sociais do estado de Paraná. Foi feita uma breve conversa com três representantes do grupo, que chamaremos aqui, preservando a identidade das mesmas, de Joana (59 anos), Silvia (56 anos) e Celia (59 anos). Com Joana, a responsável por representar o grupo na referida atividade, foi realizada uma conversa que consideramos mais detida a fim de levantar o histórico do grupo, suas atividades e perfil mínimo dos participantes.

Em 2008 foi iniciada a coleta de dados empíricos de forma mais sistemática para a monografia. O primeiro bloco de entrevistas semi-estruturadas tinha como previsão ser realizado na casa de cada uma das entrevistadas, contudo foi necessária uma alteração. Na data combinada para a realização das entrevistas, as participantes mostraram-se pouco à vontade em serem entrevistadas individualmente. Concentraram-se na casa de uma das coordenadoras e de forma sutil, mas incisiva, comunicaram que fariam a conversa juntas. Nesse momento foi preciso recorrer a algo parecido com um grupo focal como recurso metodológico, talvez o mais adequado nesse caso seria tomarmos esse momento como uma entrevista coletiva.

Embora o roteiro preparado fosse para a entrevista semi-estruturada, o desafio estava colocado: a preocupação era que uma delas, com mais facilidade para se comunicar, inibisse as demais. No entanto, procurando quebrar o gelo, começamos a conversar sobre questões cotidianas, cuidado dos filhos, enfim, assuntos familiares a elas. A pesquisadora explicou do que se tratava o trabalho e como a entrevista, ou melhor, a conversa, transcorreria. Na sequência, pediu autorização para que pudesse gravar as falas, ao que as entrevistas responderam positivamente.

As perguntas do questionário semi-estruturado, que se encontram em anexo, procuravam dar conta dos aspectos práticos da participação no Clube de Troca, mas também do capital cultural das entrevistadas. Procurou-se também captar as subjetividades, não tínhamos como foco apenas os sentidos econômicos implicados nas trocas, mas as relações intersubjetivas que se construíam a partir do grupo. A intenção

era captar os significados atribuídos às ações individuais, mas também os sentidos compartilhados entre elas.

Metodologicamente, é um desafio ultrapassar a mera reprodução do que narram os sujeitos, recorremos desse modo a Maria Cecília Minayo e Odécio Sanches (1993) para o tratamento mais adequado desses dados.

De acordo com os autores, citando Max Weber, é próprio das Ciências Sociais procurarem descobrir como os sujeitos definem a situação em que se encontram, “se as definem como reais, elas serão reais em suas consequências” (WEBER, 1970, p. 245-247. Apud MINAYO; SANCHES. 1993). Mais que leis causais, neste tipo de objeto de análise se estabelecem configurações e interpretações. Nesse ponto, precisamos reconhecer o limite da tradição científica mais alinhada ao positivismo que, embora não negue os significados, os considera incapazes de serem analisados cientificamente.

Lançamos mão, desta forma, da sociologia compreensiva que permite análises qualitativas afirmadas no campo da subjetividade e do simbolismo. Não se trata de lançar à realidade um olhar introspectivo, mas constituir um campo de investigação no nível simbólico procurando atribuir-lhe um grau de sistematicidade.

Considerando que cada indivíduo incorpora e concretiza de diversas formas sistemas e estruturas da sociedade, e não por passividade, mas como forma de tornar as relações, a vida em sociedade, inteligível, não nos perguntamos pela representatividade das falas. De acordo de Bernard Lahire (1995): “seres sociais não se posicionam face às «estruturas sociais» ou «estruturas linguísticas», mas constituem-se enquanto tal através das formas que tomam as suas relações sociais.” (p. 284)

Compartilhamos, portanto, a noção de que a compreensão intersubjetiva dos discursos requer que os mesmos sejam analisados a partir de significados compartilhados, construídos na medida em que as relações se tecem. Relatos recorrentes associando quadros depressivos ao afastamento do mercado de trabalho carregam significados que ultrapassam até a mesmo a compreensão individual das entrevistadas. A tendência entre elas foi atribuir a si mesmas a responsabilidade por perder o emprego e a motivação para os afazeres domésticos: “Eu entrei em depressão... não presto pra nada mesmo” (Célia).

Nesse sentido a verticalização da investigação através do aprofundamento de algumas entrevistas coletadas possibilitou apreender parte do complexo de relações tecidas a partir da participação no grupo. Algumas entrevistadas se colocaram junto ao

grupo como agentes sociais fundamentais para o funcionamento do mesmo e como casos representativos para a pesquisa. Segundo Lahire (2004) “os estudos de caso, de fato, não se referem a ‘pessoas singulares’, mas a uma parte daquilo que o mundo social refletiu nelas” (p. VII).

Com esse suporte teórico metodológico, organizamos as perguntas que direcionaram o grupo da seguinte forma: o primeiro bloco de perguntas concentrou a identificação das pessoas (origem, composição familiar, composição da renda familiar, etc.). A segunda parte referiu-se à aproximação da Economia Solidária através do Clube de Trocas (como tomaram conhecimento, quais foram as primeiras impressões, o que já sabiam sobre essa experiência). A esse bloco ligamos as perguntas sobre o funcionamento dos encontros (como se realizam as trocas, o que pode ser trocado, como acontecia a utilização da moeda). O quarto bloco procurou abordar a visão das participantes dos conceitos de solidariedade e comunidade. As perguntas foram apontando para as mudanças ocorridas desde que começaram a participar do Clube e porque se mantêm animadas a participar. Por fim, perguntamos sobre que sonhos têm para si e para o grupo.

Não obstante a dificuldade de realizar a entrevista em grupo a conversa transcorreu bem; em alguns momentos, foi necessário redirecionar para as perguntas do questionário e motivar umas das entrevistadas a falar.

Embora tenhamos planejado lançar mão apenas de entrevistas e eventual observação participante, sentimos necessidade de combiná-los ao grupo focal para o levantamento do contexto sócio-econômico e perfil dos participantes. Nesse sentido, para elaboração do tópico guia, contamos com a colaboração dos educadores do CEFURIA³, na construção de uma dinâmica⁴ de grupo que facilitasse o diálogo e entrosamento. Aplicada a outros grupos, não só da Economia Solidária, a dinâmica ‘Pedras e Flores’, que detalharemos mais adiante, possibilitou a verbalização de situações que ficariam veladas não fosse o recurso metafórico.

Com um roteiro mínimo que chamamos aqui de tópico guia fizemos contato com o **Mulheres na Luta** e uma segunda conversa foi realizada com todo o grupo no local das

³ Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araujo, organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 1981, que presta apoio e assessoria a organizações populares. Irmã Tereza Araujo, religiosa atuante junto a movimentos sociais e populares na periferia de Curitiba nas décadas de 60 e 70 teve papel central como inspiradora do Centro de Formação.

⁴ A descrição da dinâmica que utilizamos como tópico guia encontra-se em anexo.

reuniões. Minha participação seria parte do encontro, que, de acordo com o calendário do grupo, já estava agendado. A dinâmica foi realizada na primeira parte do encontro, destinada a estudo/reflexão.

Eram onze participantes, dez mulheres e um homem, além de duas crianças. Neste encontro iniciou-se o levantamento do contexto sócio-econômico do grupo através dos relatos individuais dos problemas enfrentados na comunidade e, mais que isso, da observação do modo como esses relatos eram influenciados pelo grupo. Os encontros são abertos com a apresentação dos participantes, no caso deste encontro especificamente a apresentação foi mais detalhada, incluindo ocupação profissional, idade e composição familiar, possibilitando apreender um perfil socio economico mínimo.

A faixa etária dos participantes estava concentrada entre 40 e 60 anos, a maioria com ensino fundamental incompleto e apenas uma com ensino médio. Nem todos declararam ocupação profissional, dois declararam-se aposentados e a maior parte das mulheres declarou dedicar-se aos trabalhos domésticos e criação dos filhos, sendo que de forma esporádica trabalham como diaristas. Apenas uma das participantes encontrava-se empregada formalmente em um centro de educação infantil.

Realizada a acolhida/recepção dos participantes por parte das coordenadoras do grupo, a pesquisadora foi apresentada e iniciou-se a dinâmica de facilitação que chamaremos aqui de 'Pedras e Flores'. Foi construído um pequeno caminho com pedras e flores no interior do círculo onde estavam dispostos os participantes. A motivação era para que cada um escolhesse uma pedra e refletisse, partilhando em seguida, qual seria a maior pedra em sua vida naquele momento. Na sequência, refletir sobre qual seria a maior pedra da comunidade. A mesma reflexão para as flores, como o que há de bom na vida de cada um/uma e na comunidade.

Obtivemos respostas satisfatórias, não obstante as instâncias pessoais e comunitárias tenham se misturado. Do ponto de vista comunitário, a maior pedra, ou a maior dificuldade, está relacionada à precariedade do atendimento à saúde. O exíguo atendimento é de má qualidade, não há médicos suficientes e os que atendem hostilizam os pacientes. Também não há medicamentos no posto de saúde. Essa questão foi problematizada procurando, a partir deles, explicações para essa situação. Para alguns, a responsabilidade é do governo federal; para a maioria, falta, entre eles, organização e participação no sentido de reivindicar melhorias.

O que chamou mais a atenção durante as falas foi a recorrência de problemas

relacionados a relações familiares, a fala de uma participante deixou mais acentuada a conflitividade dessas relações ao relatar que sua maior pedra é seu marido:

“ele vai embora e volta direto, eu trabalho pra comer, não acabo minha casa, sempre foi meu sonho ter a minha casa. Ele chega e quer ser dono da casa, come e bebe o que eu compro. Pra eu me ver livre dele eu tinha que vender a casa” (Marli, 35 anos).

Problemas com alcoolismo, desobediência e indisciplina dos filhos e netos, doenças sem tratamento, misturaram-se à falta de escolaridade e qualificação profissional questão crucial expressa na fala de uma das participantes: “minha maior pedra é que eu não sei o que fazer” (Cleonice, 42 anos), referindo-se a falta de perspectiva de colocação no mercado de trabalho.

É possível traçar, a partir das falas dos participantes e das explicações que dão para os problemas e dificuldades encontradas, um perfil relativamente recorrente. Podemos aproximar os participantes do grupo da noção de pessoas dispensáveis pelo atual capitalismo flexível, expressão de Richard Sennett (2005), que exige escolaridade e qualificação profissional, embora essas não sejam garantias de sucesso profissional. Mais que isso, são pessoas que não encontram respostas ou soluções onde normalmente encontrariam, nas instituições governamentais ou mesmo nas igrejas. Apenas uma das participantes relatou a participação na igreja como uma das flores.

Em relação ao mapeamento feito através das entrevistas para a construção do perfil, podemos acrescentar que das oito pessoas entrevistadas todas migraram do interior do estado, uma delas do interior de São Paulo para a capital em busca de trabalho; trabalhavam na lavoura, tiveram acesso bastante limitado à educação. Uma delas, Célia, voltou a estudar recentemente. Cinco estão engajadas em pastorais sociais da Igreja Católica, sendo que uma delas, Silvia, presta serviço voluntário no cuidado de doentes. Duas delas foram afastadas do emprego por problemas de saúde, mas apenas uma conseguiu aposentadoria por invalidez.

Quando nos referimos a observação participante partimos das contribuições de Aaron Cicourel ao definir a prática como “o processo pelo qual mantém-se a presença do observador numa situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica” (1990, p. 89). De acordo com o autor nesse tipo de abordagem o papel do pesquisador é em parte definido por ele em parte pelo grupo observado. A qualidade e profundidade da pesquisa dependem em grande parte da relação estabelecida entre observador e

observados, o que fica evidente ao longo deste trabalho.

Para Cicourel há algumas variações no tipo de observação que podem consistir na observação total, em que o observador se integra ao grupo como um nativo e o observador como participante, cuja principal característica é a transparência quanto ao papel e objetivos do observador no campo. Mesmo após algum tempo, embora nos considerássemos praticamente parte do grupo por parte delas a aceitação levou mais tempo: só quando passamos a “falar” a língua do grupo é que conseguimos adentrar mais profundamente no cotidiano do grupo e das entrevistadas.

O autor ao citar Vidich trata de pesquisas em que o observador participante recolhe dados em períodos diferentes:

“anotações de campo feitas em dois períodos diferentes num mesmo projeto, podem, de fato, ser um dos meios mais importantes para se estudar a mudança. Em vez disso, o que acontece é que o pesquisador oculta a mudança por tratar os seus dados como se tudo tivesse acontecido ao mesmo tempo. Isto resulta numa descrição a partir de uma só perspectiva, em geral aquela tomada no final do trabalho de campo, mas redefinida em leituras posteriores de suas anotações.” (VIDICH *apud* CICOUREL, 1990, p. 95)

Desta forma consideramos relevante apresentar os momentos distintos da pesquisa, a saber monografia e dissertação, demarcando as tensões e limites em cada um deles. Apontamos também em momento oportuno os avanços possíveis em cada etapa de pesquisa bem como o os resultados obtidos após a conclusão das pesquisas e o retorno ao material empírico como um todo.

Do ponto de vista metodológico, a observação combinada com perguntas dirigidas através da dinâmica de grupo possibilitou que o diálogo fluísse, uma vez que para a maioria do grupo era o primeiro contato com a pesquisadora. Sem dúvida, esse foi um fator determinante para apreender elementos conjunturais do cotidiano dos participantes, mas também significados atribuídos à sua própria condição, não obstante reconheçamos os limites de técnicas como essa, nas quais há, por exemplo, omissões que poderiam ser significativas (GASKELL, 2003, p. 64-89).

Desse primeiro contato direto com o grupo e alertada sobre as especificidades de cada um deles, sentimos a necessidade de conhecer outra iniciativa no esforço de traçar pontos comuns que possibilitassem algum nível, ainda que baixo, de generalização entre os Clubes de Troca. No grupo escolhido, também situado na região metropolitana de Curitiba, a visita aconteceu em novembro de 2008. Um dos grupos mais antigos, com

aproximadamente cinco anos de existência. Assim como no grupo **Mulheres na Luta**, a maioria dos participantes encontrava-se acima dos 40 anos e, de um total de 13 pessoas, estavam presentes apenas dois homens.

Assim como no grupo **Mulheres na Luta**, sugerimos à coordenação do Clube de Troca a realização da dinâmica das pedras e das flores, prontamente aceita. A 'pedra' de maior recorrência e eloquência foi a violência especificada da seguinte forma: “aqui tem dia que se a gente não cuidar tropeça em corpo pela rua” (Maria, 45 anos). Entre as flores, destacou-se a família e o Clube de Troca.

Entre o final do ano de 2008 e o início de 2009 o grupo **Mulheres na Luta**, escolhido para a pesquisa, passou por uma crise, com conseqüente esvaziamento. Segundo as participantes, o grupo estava desestimulado, não encontravam incentivos; para uma das coordenadoras, quem estava à frente se sentia fracassado. A principal causa relatada estava relacionada à saída de uma religiosa que atuava no grupo como assessora, animando as reuniões. Após a saída da mesma, as lideranças da comunidade não se sentiram seguras para continuar o trabalho, alegaram não ter experiência.

Desde seu surgimento, o grupo aumentou e diminuiu diversas vezes de tamanho; uma das razões é que alguns conseguiam colocação no mercado formal. Outro fator que contribuiu para o esvaziamento e conseqüente crise do grupo foi o período eleitoral de 2008. Parte significativa dos participantes trabalhou nas campanhas, mas não retornou ao fim dos trabalhos.

Segundo Joana, umas das coordenadoras em 2008, algumas dessas pessoas não compreendiam a importância do grupo: “muita gente arrumou emprego, outros acharam que passar uma tarde aqui não tinha lucro...”.

Além dessas dificuldades, no início também não dispunham de espaço físico para a realização das reuniões. Os encontros aconteciam na casa de uma das participantes. Procuraram a Igreja local, mas não obtiveram sucesso. Após várias tentativas, conseguiram junto à Associação de Moradores o espaço onde atualmente acontecem as reuniões. Esse espaço é compartilhado com diversos grupos. Atualmente é o funcionamento da Padaria Comunitária, iniciativa desdobrada do Clube de Troca que possibilita o funcionamento da Associação de Moradores; os recursos da padaria custeiam as despesas de energia elétrica, água e materiais de limpeza.

A retomada do grupo aconteceu a partir da iniciativa de duas mulheres, Joana e Sílvia. Partiram em dois sentidos: mobilizando mulheres da comunidade na Igreja

Católica, na Pastoral da Criança e pessoas que já tinham participado do grupo e, de outro lado, arrecadando alimentos que seriam distribuídos aos participantes. A arrecadação de alimentos e distribuição de cestas básicas foi fundamental para a retomada da participação. Atualmente esta prática não é recorrente no grupo; fazem a distribuição de alimentos apenas quando recebem doações, não fazem arrecadação. Há outras motivações:

[...] o pessoal se animou por causa das feiras, da Economia Solidária, tem oficina, o pessoal vai fazendo artesanato, vai vendendo, vai trocando, então já tão ganhando um ganha-pão, porque as pessoas que tá aqui são pessoas que não tem um emprego, não tem um ganho, e ela fazendo alguma coisa ela já ganha (Joana).

Além disso, se reuniram com a ajuda e assessoria de uma assistente social do CEFURIA, organização não governamental que dá suporte às iniciativas de economia solidária, e retomaram as atividades em março de 2009.

Essa retomada foi fundamental para a continuidade da pesquisa e também para o próprio grupo que amadureceu e se consolidou após esse período crítico de avaliação.

Intercalou-se a esse primeiro bloco de entrevistas um período de observação participante durante a realização dos encontros. Fui apresentada ao grupo como visitante e, em momento oportuno, apresentei-me como pesquisadora pedindo autorização para observá-las e tomar notas quando necessário, ao que o grupo respondeu positivamente. Houve um período de interrupção das visitas ao campo durante o primeiro semestre de 2010, retomadas com a observação nos encontros quinzenais do Clube, além da realização de seis entrevistas em profundidade intercaladas nas semanas em que não havia reunião grupo e de quatro encontros observação das atividades na Padaria Comunitária.

As incursões ao campo realizaram-se da seguinte forma: em abril de 2008, conversa inicial com três coordenadoras do grupo; agosto de 2008, participação no encontro do Clube de Troca e realização de grupo focal; novembro de 2008, visita comparativa a outro Clube de Troca; abril de 2009, realização do primeiro bloco de entrevistas (03 pessoas); também em abril, participação para observação do encontro no grupo **Mulheres na Luta** e outro bloco de entrevistas; maio de 2008, participação na Feira Solidária, evento que reuniu diversos Clubes de Troca de Curitiba e Região Metropolitana e, em junho de 2009, observação de mais um encontro no grupo **Mulheres na Luta**.

Além destes encontros, tivemos contato com participantes do grupo em outros momentos, em atividades variadas relacionadas a um coletivo de Movimentos Sociais de Curitiba e Região Metropolitana. Nestas atividades externas ao Clube de Trocas foi possível aprofundar a proximidade entre a pesquisadora e algumas das participantes.

Uma dessas atividades foi a Feira Solidária realizada em maio de 2008. As feiras são iniciativas viabilizadas através das organizações que dão suporte aos grupos e, neste caso, em parceria também com uma Igreja Católica que sediou o evento. Além de divulgar a Economia Solidária e fomentar o consumo solidário, a proposta era reunir os Clubes de Troca de Curitiba e Região Metropolitana para realizarem um grande momento de trocas e experimentar o 'Banco Solidário'.

Utilizando moeda social, todos os visitantes da feira trocavam suas produções pelo **pinhão**, seguindo uma tabela de valores sugeridos. Nada poderia ser adquirido com dinheiro, apenas moeda social.

Cada Clube de Troca, no espaço que lhe foi designado, expôs suas produções. Aos visitantes foi feito um apelo para que levassem sobretudo alimentos não perecíveis para trocar por moeda social e participar das trocas.

Além dos alimentos não perecíveis, era necessário levar algo de produção própria ou, em último caso, roupas e calçados. Durante a realização da feira, percebemos a participação de muitos jovens dos dois lados: como produtores e como consumidores. Os artigos eram os mais variados, roupas, calçados, artesanato e lanches. Foi realizado um esquete teatral interativo comparando o consumo no mercado e o consumo solidário. As pessoas participavam opinando sobre um e outro.

A particularidade da feira estava no banco de alimentos, todos os visitantes, além dos produtos para a troca, levavam alimentos não perecíveis, recebendo pinhões por todos os artigos levados. Esses pinhões seriam utilizados para a aquisição de outros produtos nas barracas de cada um dos Clubes que participavam da feira. Tudo que chegava ao banco social era separado, reservado e tinha um valor atribuído em pinhões. Entre às 13h30 e 16h eram trocados apenas artigos das barracas, os alimentos ficavam de fora. Com os pinhões recebidos dos visitantes, os participantes dos Clubes de Troca puderam após às 16 adquirir os alimentos que estavam no banco. Sendo que os perecíveis, como legumes e verduras recebidos em grande quantidade, foram doados ao final do evento aos participantes.

A experiência da feira possibilitou conhecer, ainda que superficialmente, outros

Clubes de Troca e constatar que diferente dos dois grupos observados, há jovens participando dessas iniciativas. Além disso, a experiência do Banco Social possibilitou que pessoas que não participam dos grupos tomassem conhecimento da experiência e exercitassem o que chamaram de consumo solidário.

Segundo a concepção dos participantes da Economia Solidária, consumo solidário diz respeito ao consumo orientado no sentido da superação do individualismo, ou seja, se auto-limita através da solidariedade com os que não podem consumir o necessário. Mais ainda, trata-se de consumir produtos fora do padrão de mercado e até mesmo acima do preço de mercado, mas produzidos segundo a responsabilidade com a sustentabilidade sócio-ambiental.

A partir de 2011 viabilizou-se uma feira permanente de Economia Solidária. De periodicidade mensal e no espaço físico cedido por uma Igreja católica, cada grupo participante da Rede Pinhão⁵ tem um espaço, uma barraca onde expõe para venda os artigos que produziu.

Diferente da feira citada anteriormente, nessa os produtos são adquiridos com dinheiro, não há trocas nem uso da moeda social. O objetivo da feira é incentivar o consumo solidário e dar visibilidade à Economia Solidária e aos Clubes de Troca. É nessa feira que são comercializados os produtos artesanais e alimentos para consumo imediato.

O período de observação possibilitou a percepção de algumas tensões internas, especialmente na compreensão do funcionamento do grupo e do que venha a ser a Economia Solidária. Uma das razões para a crise do grupo e o consequente esvaziamento foi a interrupção da doação de alimentos. Muitos procuravam o grupo apenas com essa finalidade, sendo que foi necessário estipular no regimento interno o critério de assiduidade como requisito para o recebimento de cestas básicas.

A hipótese de que outros sentidos para a economia estavam sendo gerados foi confirmada, porém não para todos os membros no **Mulheres na Luta**. Para um grupo pequeno de cinco ou seis pessoas a proposta da Economia Solidária e do Clube de está mais clara: a solidariedade se constitui como base para as relações. A prática das trocas extrapolou os limites do Clube de Troca ampliando-se para as relações de vizinhança.

Para este núcleo de cinco ou seis pessoas o parâmetro das trocas, o valor de cada

⁵ Desde 2002, mensalmente, os animadores e animadoras dos Clubes de Trocas encontram-se para planejar atividades comuns e trocar experiências, constituindo uma rede entre os grupos posteriormente denominada Rede Pinhão de Clubes de Troca.

objeto trocado é determinado pela necessidade, não pelo seu valor de mercado ou no mercado. Porém para alguns, especialmente para os de participação flutuante, o objetivo das trocas é sair do encontro com um produto de maior valor que o apresentado para a troca. Percebemos isso em momentos em que foram propostas mudanças no procedimento para as trocas. Alguns avaliaram de forma negativa a ordem da troca por sorteio, preferiam a modalidade em que leva quem chegar primeiro.

Contudo essas conclusões foram apenas preliminares especialmente quando nos demos conta de que as trocas representavam apenas uma pequena parte de todas as relações que se estabeleciam no Clube e a partir dele. Nesse momento foi necessário ampliar o olhar e modificar a pergunta. Não era suficiente perguntar pelo sentido das trocas, mas o que essas pessoas buscavam no grupo, o que possibilitou que esse núcleo encontra-se no grupo sentidos para além das vantagens individuais.

A impossibilidade de responder de maneira satisfatória a esses questionamentos no trabalho monográfico nos levou ao projeto de dissertação no qual nos perguntávamos pelas relações que se estabeleciam além grupo. Essa conversão do olhar exigiu a ampliação dos referenciais analíticos e também maior tempo de observação junto ao **Clube de Troca Mulheres na Luta**.

2. 1 Voltando ao campo

Durante a coleta de material empírico para os estudos monográficos foi possível perceber a complexidade da experiência vivenciada pelos participantes do Clube de Troca. Um momento foi especialmente marcante. Em uma das entrevistas realizada na casa de uma das coordenadoras fomos surpreendidas pela chegada de sua filha. A rápida participação da jovem na conversa abriu uma possibilidade analítica não explorada no primeiro trabalho: os impactos da participação no Clube de Troca além do grupo. Quando perguntada sobre mudanças que percebia no comportamento da mãe foi enfática: “nossa, não tem comparação, antes era só briga, agora não”.

Somado a isso alguns eventos promovidos pelo CEFURIA e outras organizações populares de Curitiba e região para debater questões em torno da violência e segurança

pública nos bairros nos instigaram analisar a experiência do grupo a partir de outros referenciais.

Sérgio Adorno em seu artigo *Exclusão Socioeconômica e Violência Urbana* (2002) ao analisar as expressões da violência nas periferias urbanas atribui papel central a reciprocidade. Para o autor onde as reciprocidades foram rompidas há maior incidência das chamadas violências intersubjetivas, ou seja, a violência praticada entre pessoas conhecidas, com laços de parentesco e/ou vizinhança.

A pergunta que colocamos então, a partir das lacunas deixadas pelo primeiro trabalho e da possibilidade teórica de aproximar reciprocidade e violência, é se o Clube de Troca poderia em algum nível contribuir para uma sociabilidade não violenta, se os princípios de reciprocidade, fundamento das ações do Clube, atuariam como afirma Adorno, amenizando os impactos da violência intersubjetiva.

Recolar questões ao Clube de Troca à luz de outros referenciais teóricos que não os relacionados à economia, nos colocou também diante da limitação do olhar durante os estudos monográficos. Naquela primeira aproximação acessamos o campo com as mesmas pré noções dos críticos de iniciativas da Economia Solidária: sua insuficiência no enfrentamento da pobreza. A pergunta recorrente nos espaços e foruns onde são discutidas essas experiências gira sempre em torno de sua capacidade de enfrentamento do modelo capitalista orientado por princípios neoliberais.

Se continuássemos nos perguntando apenas se o Clube de Troca era capaz de garantir a subsistência de seus participantes a pesquisa não teria ultrapassado o primeiro contato. A resposta a essa pergunta é simples e direta: não, os participantes do Clube de Troca não garantem sua sobrevivência ali. Nesse sentido consideramos estéril o debate entre capitalismo *versus* Economia Solidária como um novo modo de produção.

Até porque, como veremos a seguir, o Clube e suas trocas não estão à margem da lógica do mercado, é preciso comprar matéria prima, vender os produtos, estabelecer valores para troca, adotar moedas. A pergunta mais profícua do ponto de vista analítico diz respeito a possibilidade de *partir* dos modelos capitalistas mercadológicos estabelecendo parâmetros para as trocas não calcados exclusivamente no individualismo e no egoísmo.

Quando nos referimos a trocas tomamos a noção maussiana (Ensaio sobre a Dádiva) de que se trocam não apenas objetos materiais, mas são as pessoas mesmas que se implicam nas trocas. Nesse sentido foi necessária a conversão do olhar e da

análise. As relações que se desenvolveram a partir do grupo estão produzindo novos parâmetros para as condutas individuais, não apenas no tocante às estratégias de sobrevivência, mas no restabelecimento de identidades individuais e coletivas.

Entre 2010 e 2011, foi realizado o segundo bloco de observações dos encontros, bem como de entrevistas. Além de conversar novamente com duas das entrevistadas no primeiro bloco, foi possível ampliar o número de entrevistas totalizando oito entrevistas em profundidade, um encontro no formato grupo focal, nos quais houve intervenção direta da pesquisadora e cerca de 16 encontros em formato observação participante. O objetivo deste segundo bloco foi, então, aprofundar as questões acerca das mudanças promovidas no cotidiano das participantes fora do grupo.

Simplesmente retornar ao grupo após um período de afastamento e o aprofundamento de algumas entrevistas somados a nova coleta de depoimentos não foram suficientes para o aprofundamento da análise. Apenas ao analisar em conjunto todo o material empírico coletado tanto no primeiro bloco em 2008 quanto na segunda inserção no campo entre 2010 e 2011, foi possível perceber uma coerência interna aos relatos e observações.

A centralidade da fala, do saber falar, do falar corretamente foram recorrentes desde os primeiros contatos com o grupo e se mantiveram de forma intensa no segundo momento da pesquisa: “muda até a mente da gente, é muito bom, a gente aprende tanta coisa, eu mesma não sabia nem falar” (Lurdes). Muitas referiram que não tem mais medo de falar em público depois que passaram a frequentar o grupo.

A iniciativa das entrevistadas em se reunirem para a primeira “entrevista” juntas em 2008, prenunciava algo central para este trabalho: o medo de falar. Reunirem-se para dar a “entrevista” juntas – foi a maneira que encontraram de se proteger.

Esse *achado* empírico passou despercebido nas análises preliminares por duas razões: primeiro porque não parecia relevante quando perguntávamos apenas sobre como se davam as trocas e os sentidos da economia, em segundo lugar porque os e as entrevistadas mostraram-se bastante articuladas em seus discursos, de modo que o *saber falar* era um problema para elas e não para a pesquisa.

No entanto, ao nos perguntarmos sobre os padrões de sociabilidade presentes e em construção no grupo, o *falar* mostrou-se determinante para as análises e sua recorrência nos relatos aponta uma série de fatores que precisam ser considerados. Esse *achado* empírico só foi possível após um retorno a todo o material coletado nas

entrevistas, grupos focais e observações. Tomar os registros como um conjunto, e não de forma estanque, possibilitou perceber o *saber falar* como um fio condutor com grande potencial analítico, até porque o *aprender a falar* representou para essas mulheres a possibilidade de retomarem uma narrativa de suas trajetórias plena de sentido.

O cuidado com a linguagem desde os primeiros contatos precisou de muita atenção por parte da pesquisadora, era preciso deixar clara minha participação no grupo e os objetivos que me levaram até lá. Mas como explicar o que era uma monografia, um mestrado ou uma dissertação? Como me tornar próxima a ponto de que minhas informantes confiassem em mim? Essas questões estavam presentes a todo o momento, especialmente quando era convidada a fazer alguma intervenção, mais ainda quando precisamos tocar em questões delicadas como a violência.

A primeira experiência de entrevista explicitou essa tensão entre o universo simbólico das entrevistas e da pesquisadora. Ao marcar uma “entrevista” elas entenderam que se tratava de uma entrevista com câmeras e demais equipamentos como os que se utilizam para programas de televisão: “até estranhei que você veio de ônibus, fiquei pensando como você ia trazer os equipamentos” (Silvia). Diante dessa possibilidade, resolveram que fariam a “entrevista” todas juntas, o que exigiu o rearranjo metodológico. Onde havia um roteiro semiestruturado para entrevistas em profundidade foi preciso adaptar de maneira improvisada para uma entrevista em grupo. Nesse momento então foi necessário corrigir, não se tratava de uma “entrevista”, mas sim de um bate papo para conhecer o grupo e as participantes.

Nesse sentido, a mudança improvisada na técnica empregada, ainda que no momento não tivessemos compreensão da sua importância, foi determinante para a continuidade dos trabalhos. Colocá-las no centro, na condição de agentes, mais que objetos de pesquisa (ainda que sacrificando de certa forma o projetos e cronogramas), determinou a continuidade da pesquisa. Novamente, apenas analisando em perspectiva e em conjunto a experiência junto ao grupo é que pudemos compreender a dimensão do ocorrido.

Outro momento importante de pesquisa ocorreu durante uma oficina de artesanato na qual se produziam objetos para a comercialização na feira de Economia Solidária. Perguntada se determinado tecido combinava com tal cor respondi “acho que esse não *orna*”, justificando que as cores não combinavam, pra meu espanto uma das participantes do grupo exclamou com um sorriso no rosto: “agora você tá falando a nossa língua!”. Com

mais de dois anos de convivência, fui *aceita* no grupo apenas depois que internalizei a linguagem local.

Nesta segunda etapa de inserção no campo tomamos conhecimento de algumas mudanças importantes. O Clube de Troca desdobrou-se em mais dois espaços: a Padaria Comunitária e o encontro para produção de artesanato. A produção de artesanato surgiu da possibilidade de comercializarem os produtos na feira permanente de Economia Solidária realizada em uma igreja de Curitiba reunindo diversos Clubes de Troca que formam a Rede Pinhão.

O grupo passou a produzir então para as trocas durante o encontro, mas principalmente para a venda durante a feira. O material para a produção do artesanato foi adquirido através de doações e de projetos apresentados a entidades beneficentes e o dinheiro das vendas revertido para o próprio grupo.

Contudo, o tempo de duração do encontro do Clube tornou-se curto para as trocas e produção de artesanato; assim, o grupo decidiu encontrar-se em outro momento exclusivamente para a produção de artigos para a feira.

O grupo decidiu reunir-se mensalmente alegando que, para as mulheres que participavam também da Padaria Comunitária, estava muito cansativo preparar os encontros, produzir objetos para a troca e participar quinzenalmente do encontro. Esta decisão do grupo, respeitada pelo assessor que o acompanha, colocou para a pesquisa questões relacionadas ao enfraquecimento do grupo, considerando, por exemplo, que as pessoas que participam apenas do Clube, em caso de falta em um dos encontros, passariam dois meses sem qualquer contato.

Houve também um aumento no número de participantes, agora com um número estável de vinte pessoas. O perfil, no entanto, manteve-se: mulheres, acima dos 35 anos de idade e sem ocupação no mercado de trabalho formal. A participação dos homens também foi notada, além do membro que já fazia parte do grupo, outros dois passaram a frequentar os encontros, porém podemos dizer que se trata de uma participação flutuante ou esporádica.

Outra mudança observada foi a participação de crianças, aproximadamente seis, que antes apenas acompanhavam as mães e agora participavam ativamente catalogando os produtos para a troca, arrumando o ambiente e participando nas trocas. Em um dos encontros foi realizado entre elas uma espécie de *clubinho*, no qual eram trocados artigos escolares e brinquedos, apenas entre as crianças.

A Padaria Comunitária foi equipada através de doações. Os equipamentos foram doados por uma loja maçônica e a capacitação das pessoas foi dada por mulheres que já atuam em outras padarias comunitárias, nos dois processos o papel do CEFURIA foi fundamental na articulação entre as partes. Nem todos os participantes do Clube participam da padaria. Durante a fase de planejamento, foi aberta a possibilidade de participação a todos, dez pessoas se disponibilizaram e trabalham atualmente em trios em uma escala diária de trabalho de segunda a sábado. Uma pessoa ficou responsável por sair e vender os pães de porta em porta. Sobre esta iniciativa, desenvolveremos uma análise mais aprofundada no decorrer do trabalho.

Interessante, porém, percebermos como se deu a divisão do trabalho: “seu José faz o trabalho *pesado*, vende pão, busca ingredientes...” (Dalva, grifo nosso). Segundo as participantes entrevistadas, Seu José também não costuma participar da produção de artesanato, mas está presente a todos os encontros, inclusive na produção do material para a feira.

O grupo sentiu dificuldade em conciliar os dias dedicados à Padaria Comunitária e para a produção de artesanato para a feira. A solução encontrada foi intercalar o encontro mensal do Clube com um encontro para a produção de artesanato para a feira. Os encontros aconteceram, mas com baixa adesão. Essa decisão foi revista algum tempo depois e voltaram a se encontrar quinzenalmente no Clube de Troca.

A decisão do grupo de reunir-se mensalmente foi respeitada pelo assessor, embora pela experiência em outros grupos o esvaziamento fosse uma possibilidade. Nesse sentido o papel dos assessores e as concepções em torno da auto-gestão são um ponto de tensão para o grupo e para a análise. De acordo com os princípios declarados pelos sistematizadores dessas experiências a auto gestão estaria ligada a democracia expressa na horizontalidade do grupo, ou seja, não há um líder que decida em nome de todos.

O *fazer com e o fazer para* são questões que rendem intermináveis discussões acerca de quem sejam de fato os *sujeitos da revolução*. Para a Economia Solidária e seus sistematizadores essa é uma discussão há muito superada, as organizações verticalizadas e as já conhecidas práticas do chamado *centralismo democrático* mostram-se ineficazes a médio e longo prazo.

Nesse sentido, além da autogestão como fundamento de suas práticas, os grupos ligados à Economia Solidária trabalhariam a partir da perspectiva da educação popular cujos princípios foram desenvolvidos no Brasil pelo Educador Paulo Freire. Para Freire,

na educação *para a libertação não há sujeitos que libertam e objetos que são libertados* (FREIRE, 2007, p.105).

Em geral, mas não de forma contínua, os grupos recebem assessoria de educadores ligados a Comunidades Eclesiais de Base⁶, Congregações Religiosas ao CEFURIA que atualmente concentra suas atividades na promoção do que chamam de formação política. Entre os cursos oferecidos estão, por exemplo, 'A História Social do Trabalho' e 'Oficina de Metodologia Freireana'. Pretendem com essas atividades, entre outras coisas, que os participantes se sensibilizem para a importância da autogestão e da participação. Os educadores não recebem qualquer remuneração do Clube de Troca, e durante os encontros participam como os demais membros, inclusive durante as trocas.

Seguindo os princípios da Educação Popular e, em especial, do que foi proposto por Paulo Freire, atuam oferecendo suporte na organização das atividades, auxiliando na captação de recursos quando necessário e estabelecendo uma espécie de ponte entre os grupos de Economia Solidária.

Do ponto de vista prático a tensão entre a auto gestão e o papel dos assessores reside no fato de que os grupos, na ausência dos assessores, costumam esvaziar-se chegando em alguns casos a extinguirem-se. Há a preocupação de que o papel dos assessores não se confunda com o da coordenação do grupo. Em casos em que se confundem, na ausência dos assessores o grupo se enfraquece, o que aconteceu com o

Mulheres na Luta.

A clareza na percepção e execução dos papéis é fundamental para o que grupo possa se desenvolver de forma autônoma, ou seja, que na ausência dos assessores prossiga com as atividades, e aqui reside a tensão analítica. Há um discurso entre os participantes e assessores que confirma a horizontalidade: "na nossa reunião tem a coisa da autonomia, se um não tá, quem tá faz..." (Silvia). Dessa forma, o grupo elege uma comissão de trabalho chamada também de coordenação, composta por quatro ou cinco pessoas que deverão desempenhar suas funções por um determinado período de tempo. As atribuições dessa coordenação giram em torno da organização e animação dos encontros, representação do grupo em outras instâncias e participação em momentos formativos junto a outras iniciativas de Economia Solidária.

⁶ Comunidades ligadas à Igreja Católica de grande expansão nas décadas de 70 e 80, após o Concílio Vaticano II. Compostas por membros das classes populares, procuravam associar a vivência eclesial aos problemas cotidianos inclusive com atuação política partidária.

Entre os princípios gerais da Economia Solidária a autogestão tem papel fundamental e, no bojo da autogestão, a idéia de igualdade entre os participantes é marcante. Para uma das participantes do **Clube de Trocas Mulheres na Luta**, “ninguém é melhor do que ninguém” (Célia). Esse princípio se expressa na preocupação para que todo o encontro aconteça com os participantes dispostos em círculo; embora sempre haja alguém coordenando a reunião, todos têm direito à fala. Podemos estabelecer um paralelo com as tribos praticantes do Kula (MAUSS, 1974, p. 73), os/as participantes do Clube de Troca se organizam e organizam as trocas em círculos, não como os trobriandeses quase que presos a ele, mas em um movimento regular orientado pelo círculo.

No entanto, o que se percebe é que há certa centralização junto aos assessores. O envio de projetos para obtenção de recursos, por exemplo, exige respaldo institucional, qualquer organização financiadora estabelece rigorosas exigências burocráticas que começam com um CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica). O que significa que os recursos para confecção de produtos para as feiras está condicionada a figura do assessor e de sua entidade.

Entre as causas para a queda no número de grupos está a ausência de educadores que acompanhavam e assessoravam os grupos exercendo o papel de animadores. A escassez de recursos financeiros para a manutenção dos trabalhos da ONG implicou no desligamento dos educadores que, conseqüentemente, deixaram de acompanhar os grupos. Além disso, essa organização muitas vezes subsidiava os deslocamentos dos participantes para os encontros, reuniões e cursos. O suporte insitucional torna-se condicionante para a continuidade dos trabalhos, o que expõe a fragilidade da iniciativa.

Mesmo não contando com a presença constante de animadores, há entre os grupos atuantes alguns princípios comuns. Destacamos a construção coletiva do que chamam de estatuto, princípios básicos que orientam as atividades. Há princípios e objetivos comuns a eles: *a) criar alternativas de consumo com a valorização do trabalho de cada um, b) construir juntos nossa história, com plena consciência de nossa realidade e c) participar da construção de um mundo de paz, justiça e solidariedade.*⁷

As observações realizadas sobretudo neste segundo bloco explicitaram o esforço

7 Disponível em: <<http://www.cefuria.org.br/site/tematicas/economia-solidaria.php>>. Acesso em 29/09/2011.

das lideranças em superarem a dependência em relação aos assessores e instituições externas. As práticas concretas do grupo chamaram nossa atenção para a possibilidade de uma iniciativa capaz de se construir a partir de valores e princípios baseados na autogestão, capacidade de escuta, e distribuição democrática da palavra, partilha, entre outros, que certamente dirigiam o grupo no sentido contrário à lógica do egoísmo e competitividade.

O aprofundamento de alguns pontos, especialmente com a mudança nos recortes e questões colocadas possibilitou o acesso a algumas práticas domésticas cotidianas que revelam o esforço de mudança não apenas na visão de mundo, mas nas ações.

Ao retomarmos questões relativas a composição da renda familiar percebemos poucas alterações. A subsistência é garantida pelo trabalho dos maridos, para Lurdes e Célia e, no caso de Sílvia, pela aposentadoria. No tocante aos trabalhos domésticos, não recebem ajuda significativa dos maridos ou filhos. Quando perguntamos de forma mais assertiva o que cada membro da família realizava em casa, responderam:

[...] a minha filha ajuda no final de semana [a filha e o filho são jovens e ambos trabalham fora]. (Sílvia)

[...] o meu marido nunca me ajudou, desde quando eu casei. (Lurdes)

[...] o meu, quando eu fiquei doente, que sentia muita dor, não tinha ninguém pra fazer, ah mas dançaram miudinho [o marido e o filho], minha filha vinha no final de semana lavar roupa, mas aí ela dizia 'eu não vou fazer nada, só vou lavar a roupa, quem quiser comer que coma', a minha filha é assim estourada, eu sei que eles começaram a fazer comida, começaram a botar feijão no fogo porque lá em casa ninguém come sem feijão [...] até bolinho pingado na gordura aprenderam a fazer, eles foram obrigado, pai e filho [...] sei que eu venci os dois lá de casa, agora até roupa eles lavam. (Célia)

As falas explicitam os diferentes papéis sociais atribuídos a mulheres e homens e como no cotidiano refletem mais que a diferença de gênero, convertendo-se em mecanismo de desigualdade. Envolver marido e filho nos afazeres é quase que uma batalha: *eu venci os dois lá de casa!* Além disso, foram recorrentes os relatos de quadros depressivos frente ao afastamento do mercado de trabalho:

[...] eu trabalhava como zeladora, faz um ano que eu parei, eu saí, fui obrigada a sair que não tinha mais condições, eu tinha que ficar no serviço, mas não podia trabalhar, porque desgastou a cartilagem, então não tinha condições de eu mexer mais na limpeza [...] fui no médico ele disse que eu tinha condição de voltar, eu voltei mas não aguentei [...] eu entrei em depressão sabe, pra mim nada prestava, eu não presto pra nada mesmo, alejada dos dois braços, perdi a força numa perna, o que que eu ia fazer? (Célia)

A identidade individual encontra-se absolutamente atrelada ao trabalho, mas não a qualquer trabalho, conta apenas aquele executado fora de casa, de forma remunerada em que fica clara a relação patrão-empregado. De forma muito sutil, as entrevistadas deixaram transparecer a noção compartilhada por seus maridos e filhos de que trabalho doméstico não é trabalho, ou melhor, é trabalho de mulher. A questão aqui toca em algo que se converteu na base das desigualdades, as essencializações de feminino e masculino, que dizem respeito a relações de poder e dominação estruturantes das desigualdades e da opressão. O quadro depressivo é um indicador da impossibilidade de redefinir uma trajetória de vida e conseqüentemente a identidade individual como pessoa, como mulher, como trabalhadora. Logo, ver marido e filho cozinhando e lavando a roupa é de fato vencer uma batalha que, muito mais que doméstica, é cultural.

Essa *batalha vencida* aponta algumas pistas sobre questões acerca das violências intersubjetivas em torno das quais as mulheres se organizaram para o enfrentamento. Quando perguntadas sobre como era viver naquele bairro, a violência apareceu associada ao tráfico de drogas, os relatos de violências contra crianças. Não apareceram e os episódios de violência contra a mulher, como aliás já era esperado. Apenas uma entrevistada relatou apanhar do marido do qual está separada há alguns anos. Os relatos de violência contra a mulher ocorridos recentemente na comunidade apareceram já com as soluções que foram dadas a eles, como se esse tipo de violência tivesse a solução ao alcance delas, diferente do tráfico que implica a atuação direta de agentes do poder público. Aprofundaremos mais adiante as questões acerca da violência e das redes de proteção estabelecidas a partir do Clube de Troca.

Concomitante às novas entrevistas foram realizadas observações do encontro do Clube de Troca e da Padaria Comunitária. O que observamos é que o perfil dos participantes não se alterou, como não se alterou a programação dos encontros do Clube: acolhida/recepção dos participantes, mística/reflexão, encaminhamentos, apresentação dos produtos seguida das trocas e avaliação.

O momento das trocas sofreu pequenas mudanças como a alternância nos procedimentos para troca dos produtos e uso da moeda. Predominavam alimentos para consumo imediato e, em menor quantidade, artesanatos e roupas usadas. Enquanto no primeiro momento da pesquisa alguns participantes ainda se familiarizavam com a moeda social, o **pinhão**, agora a maioria já estava mas a vontade. Segundo uma das coordenadoras, uma das estratégias utilizadas para isso foi trocar o lanche que seria

consumido ao final do encontro pela moeda social. Nesse segundo momento esse treino não se fez mais necessário, cada um levava algo para o lanche do grupo recebendo os pinhões equivalentes ao que trouxe, porém ninguém precisa usar moeda para participar da partilha.

Em alguns encontros o grupo dispunha de alimentos que seriam doados aos participantes. Em um deles o grupo encaminhou da seguinte forma a distribuição: como eram itens variados e as quantidades não eram suficientes para todos, os itens que todos poderiam receber, como macarrão, foram distribuídos e dados a cada um; para os demais foi realizado um sorteio a fim de organizar a ordem de escolha. O que sobrou depois que todos receberam o mesmo número de itens foi doado a uma das famílias que, segundo consenso do grupo, passava por mais dificuldades.

Ao final deste encontro pudemos conversar com o único homem participante deste Clube de Troca naquele momento. Seu José, tem 60 anos, aposentado, trabalhou na lavoura a maior parte da vida e atualmente realiza trabalhos voluntários na comunidade. Relatou já ter conhecido a Economia Solidária no estado de São Paulo e vê semelhanças com a experiência que faz aqui, embora relate que em São Paulo o grupo do qual participava estava mais avançado. Começou a participar do grupo porque é um dos responsáveis pelo acesso ao centro comunitário onde acontecem os encontros. No início, apenas abria o prédio, mas passou a acompanhar as reuniões e atualmente está na comissão responsável pela animação do grupo. De acordo com relatos de algumas participantes, Seu José é uma referência importante na comunidade, a conhece há bastante tempo e é conhecido por todos. O que mais destacaram foi sua disposição em auxiliar os membros da comunidade nas atividades do cotidiano. Entre as mudanças ocorridas depois que começou a participar, relatou a importância de conhecer muitas pessoas nos encontros do Clube e nos encontros realizados fora.

Entre 2010 e 2011 foi possível constatar a presença de outros dois homens: um acompanhando a esposa que participa do grupo e outro, presidente da Associação de Moradores que cede o espaço para a realização dos encontros. Ambos participam esporadicamente, mas quando presentes participam integralmente das atividades levando inclusive produtos para as trocas; no dia que estavam presentes, ambos levaram alimentos cultivados em casa.

A experiência permite aprofundar a análise não só por seu caráter contra-hegemônico em relação à lógica do mercado, mas também do ponto de vista das relações

sociais. Em todos os grupos, os homens são exceção. Embora as questões de gênero e de poder estejam presentes nos relatos e nas práticas cotidianas, na percepção das participantes e nas reflexões que fazem sobre sua prática, essas questões aparecem diluídas no desafio de superação da miséria. Quando diretamente questionadas sobre as diferenças e desigualdades de gênero, as respostas remetem diretamente ao âmbito doméstico e à violência física contra a mulher, mas ainda assim de forma difusa – “a gente sabe que tem né...” –, sem aprofundar essas questões quando estão em um grupo relativamente grande. Como veremos nas entrevistas em profundidade e no grupo focal, a violência será abordada por elas mais detidamente quase sempre relacionada ao tráfico de drogas e homicídios.

Uma abordagem meramente quantitativa dos Clubes e de seus participantes não nos permitira captar nuances e sutilezas perceptíveis apenas no convívio regular e intenso com o grupo. Desta forma, para realizarmos este trabalho, confirmamos a escolha pela abordagem hermenêutica como a mais adequada ao objeto que elegemos. Tratamos este trabalho como um estudo de caso a partir das reflexões propostas por Cláudia Fonseca no artigo *Quando cada caso não é um caso* (1998).

Só a partir do segundo momento de incursão ao campo foi possível realizar o movimento do empírico ao teórico, afim de vislumbrar quais as possíveis generalizações. O que era uma preocupação no trabalho monográfico, a representatividade das falas individuais, tornou-se uma falsa questão nesse momento da análise. A combinação de entrevistas individuais e observação do encontro evitou o isolamento do indivíduo do seu grupo e seu contexto.

Foi necessário um movimento de reaproximação do campo para o qual os receituários metodológicos pouco contribuiriam. A abertura para as adequações necessárias, da linguagem às técnicas de pesquisa foi fundamental. O que não significa, por sua vez, a ausência de modelos explicativos que auxiliaram na formulação das hipóteses e na decodificação do universo simbólico das entrevistadas

O primeiro ensaio de pesquisa, a monografia, partiu de um arcabouço teórico pré definido que contribuiu de forma limitada para a leitura do campo e das questões colocadas naquele momento. Já o segundo movimento, mas cauteloso e também mais arriscado, possibilitou que as “chaves de compreensão” (FONSECA, 1998, p. 76) fossem

se construindo na medida em que conseguimos apreender as particularidades do caso em questão, mas também suas similitudes em relação ao contexto em que se inserem.

A abordagem qualitativa possibilitou ainda perceber o dinamismo do campo e mesmo dos dados coletados no primeiro bloco de pesquisa. Se na primeira aproximação levantamos dados e informações mais aparentes, voltar ao campo com repertório teórico e metodológico ampliado permitiu refinar o olhar e a análise. Questões não respondidas como o que motivava a participação ainda que do ponto de vista econômico o grupo não garanta o sustento, puderam ser melhor exploradas. Os sentidos para as trocas e para a participação no grupo puderam ser apreendidos de forma mais ampla como veremos a seguir.

Todo esforço empreendido durante os trabalhos de campo direcionou-se no sentido de responder as perguntas e problemas de pesquisa que foram se ampliando conforme íamos aprofundando as análises e observações. A impossibilidade de tratar apenas dos sentidos atribuídos as relações econômicas nos conduziram à observação das relações que que estabeleceram no grupo para além do econômico.

Já não era suficiente perguntar pelas trocas materiais, as trocas simbólicas mostraram-se mais eloquentes. A convicência mais estreita com participantes do grupo em momentos e espaços diferentes do Clube de Troca foram fundamentais para captar implicações subjetivas da pertença ao grupo que se objetivaram em mudanças nas condutas individuais e na condução do grupo.

A partir disso apresentamos no capítulo a seguir algumas das concepções de economia e solidariedade que embasaram as referidas mudanças na condução do grupo, das trocas e das participações individuais dos entrevistados.

2. A ECONOMIA E SEUS SENTIDOS

“Quando a gente se reúne e mostra um pro outro o que pode ser mudado e que pode ser consertado, a gente vê que só falta mais é união mesmo.” (Joana)

Antes de adentrarmos as questões históricas que possibilitaram o surgimento da Economia Solidária e dos Clubes de Troca, é importante resgatarmos algumas concepções relevantes para nosso trabalho, tais como economia e solidariedade.

A partir dos relatos foi possível uma aproximação do sentido atribuído pelas entrevistadas ao de solidariedade:

“Se chama Economia Solidária porque a gente tem que ser solidário, ninguém é melhor do que ninguém. Se eu levei um pedaço de sabão e todo mundo quer, tem que colocar em discussão, se não tiver acordo, faz sorteio” (Célia)

“Se eu tenho uma coisa e a outra não tem, eu vou lá e troco por alguma coisa que ela tem [...] eu ganhei um lençol, eu sabia que a Lurdes tava precisando, e eu não tinha arroz, aí a gente foi lá e trocou. É isso que ajuda a gente, aí que entra a solidariedade, se eu sou um pouco egoísta, as duas ficam em falta” (Silvia)

O sentido que se atribui à solidariedade, o que é ser solidário, está orientado basicamente pela necessidade: “não tamo fazendo a troca do real, é a troca do pinhão [...] o pinhão não tem o valor do dinheiro lá fora, mas vale até mais” (Célia).

Está em questão aqui não o valor econômico do que está sendo trocado, mas sua utilidade: se alguém precisa mais do objeto ou mercadoria possuída, a troca acontece. Podemos dizer que é retomada uma noção de *econômico* que remete aos primeiros usos dessa expressão. Sem a pretensão de um recorrido histórico completo acerca dos significados possíveis para a economia, trazemos para a análise algumas contribuições do filósofo Xenofonte em sua obra *Econômico* (1999).

Certamente que não podemos tomar as reflexões de Xenofonte acerca do econômico como válidas em sua totalidade para compreendermos o presente objeto. Especialmente considerando o padrão de relações sociais grego, em que o papel social atribuído as mulheres resumia-se ao plano doméstico com uma série de outros impeditivos e interditos ao feminino que passaram à história como naturais e se somaram as atuais desigualdades de gênero.

Contudo partimos da contruibuição do autor quanto à compreensão da economia como ciência, como um saber necessário à preservação da vida. Ninguém melhor que as

mulheres entrevistadas, como atestam alguns relatos, para exemplificar esse saber, mesmo que não reconhecido.

De forma dialogal o autor retoma o significado grego da palavra *oikos* a partir de suas aplicações práticas e cotidianas. Enquanto parte da tradição filosófica grega dedica-se aos estudos da *pólis* como âmbito do público, Xenofonte explora o *oikos* como o espaço do privado, espaço no qual o indivíduo age orientado por uma ética familiar que, longe de garantir apenas interesses individuais, implica na defesa de interesses comuns aos membros dessa família.

Uma das importantes contribuições de Xenofonte é ampliar a compreensão de família e do que está sob a proteção e cuidado do *oikos*, da *oikía*, da casa. A *oikía* compreende tudo o que a família possui: seu mobiliário, adornos, bens em dinheiro, terras, mas sobretudo valores éticos e tradições. No Clube de Troca a *economia das trocas* compreende também múltiplas trocas:

“aqui a gente troca tudo, troca até tristeza” (Seu José)

“ela teve um monte de problema, a gente tá vendo que ela tá cada dia ficando mais assim, assim meio querendo se esconder, ela era bem alegre, já tá ficando fechada [...] eu falei pra ela vir, a gente conta umas piadas, ela ri” (Sílvia)

Poderíamos aventar se esta relação entre a *oikía* e a *pólis* não seria também a condição para outro conceito importante: cidadania. Datada e adjetivada no caso brasileiro é uma das questões de fundo para este trabalho. Como o Clube de Troca pode restabelecer em seus participantes a percepção de sua cidadania, negada reiteradamente quando se trata de reivindicar direitos básicos como saúde e segurança? “(...) quando a gente foi falar com o secretário de saúde ele não recebeu um só, se a gente fosse junto ele receberia”.

A economia seria o nome de um saber através do qual as pessoas são capazes de fazer crescer seu patrimônio, lembrando que as riquezas da *oikía* incluem não apenas posses, mas também valores.

Esse saber econômico está diretamente atrelado à concepção de justiça partilhada pelos participantes. Foram implementadas diversas formas de troca a fim de corrigir alguns problemas. Algumas vezes foi possível observar membros mais ágeis do grupo se sobreporem aos demais no momento das trocas, com vistas a produtos mais cobiçados. As restrições do grupo quanto às distribuições de alimentos, por exemplo, também vão nesse sentido, só recebem alimentos os frequentadores assíduos. Como podemos

perceber no relato que segue:

“vamos supor, se eu levo uma garrafa de café e uma pessoa chega ali e fala ‘eu vou levar todo esse café, que eu tô sem café em casa, porque eu posso, eu tenho tanto pinhão pra comprar’ ou então às vezes na frente de todo mundo já fala ‘aquilo ali é meu’, a gente não aceita, então a gente é assim. Já respeitando o direito do outro é colocado no estatuto, ninguém é melhor do que ninguém, a gente tem os mesmos direitos.” (Sílvia)

A concepção de economia como um saber necessário à preservação da vida nos auxilia na compreensão do sentido das trocas dentro do Clube. Há uma racionalidade econômica, mas orientada pela preocupação em atender as necessidades de seus participantes, não as eventuais vantagens individuais.

2.1 Solidariedade e Economia Solidária

Embora muitos conceitos possam ser utilizados como sinônimos de Economia Solidária, Marcos Arruda na obra *Humanizar o Infra-humano* (ARRUDA, 2003) ressalta que a expressão *solidariedade* surgiu na história econômica em reação à cultura individualista e egoísta. Na linguagem jurídica, o vocábulo queria dizer “responsabilidade comum” (p. 225).

Durkheim, por exemplo, sublinhou sua significação como a relação moralmente qualificada, sustentáculo da relação do indivíduo com a comunidade e vice-versa. Ou seja, o equilíbrio e a coesão social se fundam na produção de indivíduos morais e estes fundam, por sua vez, a solidariedade. Desta forma, a função prática da moral é *tornar a sociedade possível, ajudar as pessoas a viverem juntas sem muitos prejuízos ou conflitos, em resumo, dar salvaguarda aos grandes interesses coletivos* (DURKHEIM, 2006, p. 23)

Há, para Durkheim, duas fontes principais de moral: a religião, para as sociedades de solidariedade mecânica, e a divisão do trabalho nas sociedades de solidariedade orgânica. O autor desenvolve esses conceitos na obra *Da Divisão do Trabalho Social*.

Encontramos solidariedade mecânica nas sociedades antigas, mais homogêneas, menos individualizadas. Nestas, os indivíduos encontram-se como que dissolvidos no coletivo; não havendo indivíduo, é menor, conseqüentemente, a interdependência.

Nesses casos a religião é responsável pela internalização dos costumes, normas e valores que garantirão a coesão e o equilíbrio de tal sociedade.

Por outro lado, as sociedades ditas complexas ou modernas se diferenciam da anterior por seu alto grau de individualização e interdependência. Dizendo de forma simplificada: se há indivíduos diferentes, e a heterogeneidade é uma marca dessas sociedades, eles precisam se completar. Nesse caso, é a divisão do trabalho social a fonte da moralidade. A internalização de princípios morais garantirá o estabelecimento de laços, redes de reciprocidade. É a manutenção dos laços de reciprocidade que garante a compensação das perdas, ou, dito de outra forma, a proteção aos mais fracos.

Partiremos para a análise, portanto, das noções durkheimianas de solidariedade e moral, uma vez que, tendo como desdobramentos empiricamente verificáveis o reconhecimento e o respeito ao outro, atuam como elementos constitutivos e determinantes para a coesão social.

Historicamente, os registros localizam as primeiras experiências de Economia Solidária logo após o capitalismo industrial. Seus primeiros movimentos, conseqüentemente ocorreram na Inglaterra na primeira década do século XIX.

A ausência de limites e regulamentações para a exploração do trabalho elevou a níveis altíssimos a morbidade e mortalidade dos trabalhadores, baixando, dessa forma, a produtividade do trabalho.

De acordo com Paul Singer na obra. *Introdução à Economia Solidária* (SINGER, 2002), o britânico Robert Owen, industrial esclarecido da época, propôs leis de proteção ao trabalho implementando-as em seu complexo industrial têxtil. Os resultados foram altamente satisfatórios, fazendo com que Owen se tornasse uma referência no tratamento dispensado aos assalariados.

Com o ciclo de guerras desencadeado pela Revolução Francesa diminuíram a renda e os postos de trabalho. Em 1817, Owen apresentou um plano ao governo britânico para a criação de fundos de sustento aos pobres. A proposta previa que, ao invés de serem distribuídos, os fundos fossem revertidos na compra de terras e na construção de Aldeias Cooperativas.

Embora o governo da época tenha se empenhado em políticas de pleno emprego, recusou-se a implementar o plano de Owen. O que afastava apoiadores de seus planos eram os contornos que iam adquirindo: mais que baratear o sustento dos pobres,

propunha uma mudança completa no sistema, inclusive com a abolição do lucro das empresas capitalistas.

Desiludido com a falta de apoiadores para o seu plano, Owen parte para os Estados Unidos, deixando, contudo, seguidores que começaram a por em prática suas ideias. A primeira cooperativa owenista foi criada por George Mudie. Reunindo um grupo de jornalistas e gráficos, propôs que formassem uma comunidade e vivessem dos ganhos de suas atividades profissionais.

Outros empreendimentos se seguiram, assim como a criação de sindicatos que passaram a organizar categorias de trabalhadores em torno do que Singer (2002, p. 28) denominou “owenismo”.

A crescente rejeição ao modelo de produção capitalista estendeu-se ao comércio. Foram criados bazares ou bolsas que atendiam aos consumidores finais e viabilizavam economicamente as cooperativas operárias que poderiam, a partir de então, escoar a produção excedente. Segundo Singer, esta seria uma das matrizes para os atuais “Clube de Troca”. Para o autor, a história do cooperativismo torna evidente a ligação entre Economia Solidária e a crítica operária e socialista do capitalismo.

Assim como na Inglaterra, a experiência francesa possibilitou que diversos autores elaborassem a respeito da Economia Solidária: Etienne Cabet, Louis Blanc, Pierre Leroux etc. (ARRUDA, 2003).

Segundo Paul Singer (2002, p. 105), os Clubes de Troca como configurados atualmente teriam sido criados mais ou menos simultaneamente em meados da década de 80 em Vancouver, no Canadá, e em Bernal, na Argentina. Ambos foram tentativas de resposta ao desemprego e a queda da atividade econômica devido às recessões.

A proposta era reunir pessoas fora do mercado formal de trabalho que pudessem, por um lado, oferecer bens e serviços e, por outro lado, precisassem adquirir outros bens e serviços sem, contudo, possuir dinheiro para fazê-lo. Com a criação de uma moeda própria esse impasse se resolveria.

De acordo com Singer, além das vantagens obtidas por todos, há outros ganhos:

 pessoas há tempos sem trabalho se isolam socialmente, entram em crise familiar e pessoal. O Clube de Troca favorece novos contatos, o início de novas amizades, traz oportunidades de trocas não-econômicas de afetos, favores, gentilezas. (SINGER, 2002, p. 106).

Há alguns anos, diversas iniciativas do chamado Terceiro Setor⁸ vêm procurando responder aos desafios impostos pelas mudanças conjunturais e estruturais no mundo do trabalho. Entre essas iniciativas, destacam-se as agrupadas em torno da Economia Solidária.

2.2 Dinheiro e moeda social

Com fortes críticas ao modelo capitalista hegemônico, a Economia Solidária tem procurado questionar e desnaturalizar as relações econômicas pautadas exclusivamente segundo a lógica mercadológica de orientação neoliberal, sobretudo por restringir cada vez mais o acesso aos bens e serviços produzidos. No entanto, ainda que fundada em valores que não o lucro e a competição, essas iniciativas estão inseridas no modelo capitalista atual, não sendo possível se apartar dos mecanismos que regulam as trocas e a própria sobrevivência dos indivíduos.

Nesse sentido, o dinheiro, seja para a aquisição de matéria-prima ou na venda do que é produzido, está absolutamente presente no cotidiano da Economia Solidária. A tensão produzida por essa contingência tem gerado diversas reapropriações, especialmente de significados. Entre elas, destacamos a idéia de trabalho, solidariedade e de moeda.

O conceito de trabalho se expande, deixa de dizer respeito apenas à ocupação formal e assalariada; a solidariedade também extrapola os antigos limites da caridade religiosa. E a moeda, não mais reificada, parece remontar seu sentido primário: intermediar trocas, e apenas isso.

Ao estabelecer novos parâmetros para as trocas materiais, os Clubes de Troca se distanciam dos parâmetros mercadológicos e se aproximam da lógica da dádiva presente na obra de Marcel Mauss.

Em Ensaio sobre a Dádiva, Mauss apresenta muito mais que um sistema de trocas de artefatos. Segundo o autor, a dádiva ganha outras proporções na medida em que,

⁸ Segundo Antunes (2009, p. 112): tem ocorrido uma expansão do trabalho no denominado “terceiro setor” (...) assumindo uma forma alternativa de ocupação, em empresas de perfil mais comunitário, motivadas predominantemente por formas de trabalho voluntário, abarcando um amplo leque de atividades, sobretudo assistenciais, sem fins diretamente lucrativos e que se desenvolvem um tanto à margem do mercado.

através dela, trocam-se mais que objetos, são as pessoas mesmas que se dão nas trocas. E é esse caráter que torna a dádiva organizadora de coletividades e de um padrão de sociabilidade em que indivíduos se obrigam mutuamente a dar-receber-retribuir.

Clubes como o **Mulheres na Luta** surgiram como uma tentativa de resposta às crises econômicas enfrentadas por diversos países na América Latina. Destaca-se nessa iniciativa a tentativa de dar respostas imediatas à situação de miséria vivida por muitos de seus participantes. Seu funcionamento compreende a troca de objetos, alimentos e serviços entre os participantes que não teriam condições de adquiri-los no comércio mediante a utilização de dinheiro.

Contudo, a necessidade de maior circulação dos produtos exigiu uma sofisticação do funcionamento dos Clubes, as trocas não poderiam mais ocorrer apenas de forma direta. Para resolver esse problema foi criada a chamada *moeda social* utilizada por todos os Clubes de Troca em Curitiba e região metropolitana.

O **pinhão**, como é chamada essa moeda, não pode ser vendido ou acumulado. Cada grupo define critérios de troca e a equivalência entre o pinhão e os produtos trazidos para troca.

Além das atividades próprias do Clube de Troca, outra iniciativa que se destaca são as Feiras Solidárias, também chamadas pelos participantes de *Clubão*. Nessas feiras se reúnem diversos Clubes de Troca com o objetivo de animar os participantes e consolidar valores e práticas solidárias. Ao nos referirmos as feiras precisamos distinguir ao menos três momentos distintos: a feira em 2008 em que experimentaram o Banco Solidário, as feiras chamadas de Clubão, onde se reúnem vários Clubes para troca de experiências e produtos e a Feira Permanente criada a partir de 2010.

Como é possível perceber, há uma apropriação de conceitos como moeda e banco, próprios à ordem econômica atual, mas que, no entanto, recebem outros sentidos e engendram novas práticas de produção, troca e consumo solidário.

Durante a realização dos encontros do Clube de Troca há um momento destinado às trocas propriamente ditas. Cada participante deve levar três produtos, preferencialmente produzidos por ele. É o próprio participante quem atribui valor aos produtos que trouxe para troca. Porém, há uma espécie de tabela estipulando alguns parâmetros. Roupas usadas, por exemplo, como não são produção própria, não podem ultrapassar o valor de um **pinhão**, nome dado à moeda social utilizada pelos Clubes de Troca da Rede Pinhão.

A cada encontro os participantes recebem uma determinada quantidade dessa moeda, o equivalente aos produtos que trouxeram, e a quantidade máxima obtida por cada participante é de sete pinhões. A utilização da moeda possibilita trocas diversas, para além da troca direta na qual a troca acontece apenas entre duas pessoas.

Os pinhões que não forem trocados são devolvidos à coordenação do grupo, impossibilitando, desta forma, que se acumulem ou mesmo se percam entre um encontro e outro. Os **pinhões** que sobram são utilizados no próximo encontro. A coordenação registra quanto cada participante está deixando nessa espécie de 'banco' para futuramente, caso em algum encontro não possam trazer produtos para a troca, possam resgatá-los.

Não foram relatados problemas decorrentes dessa forma de controle, também não foi possível observar contratempos durante os encontros observados.

Após um momento de reflexão chamado de mística, seguem-se encaminhamentos práticos quanto ao funcionamento do grupo e informes. Procede-se, então, ao momento das trocas. Os nomes dos participantes são sorteados um a um de modo que cada pessoa chamada dirige-se à mesa onde se encontram os produtos e escolhe o que quer, 'pagando' com a moeda social à pessoa que o produziu. São realizadas diversas rodadas até que não haja mais moeda ou produtos sobrando.

No caso de acabarem os produtos e alguém ainda possuir pinhões, estes são entregues à coordenação do grupo e ficam reservados para o próximo encontro, sendo que no encontro seguinte a pessoa que possui essa espécie de poupança poderá trazer apenas dois produtos.

O valor atribuído pelos produtos possui uma equivalência com o real. Contudo, estabeleceu-se que nada poderia custar mais que dois pinhões. São levados para a troca roupas, artesanato, alimentos industrializados e, algumas vezes, cultivados pelos participantes.

O encontro é encerrado com um lanche trazido pelos participantes e, quando recebem doações, com distribuição de alimentos e/ou cestas básicas.

É inegável a equivalência pinhão–real. A partir desta constatação, nos perguntamos se o pinhão não atuaria como uma mera substituição do dinheiro, considerando que, assim como no mercado, no Clube há produtos que são trocados mais rapidamente, ou seja, que seriam mais valorizados. Durante a apresentação dos produtos, a quantidade de **pinhões** atribuída a cada produto acompanha uma equiparação com o real. Por exemplo,

um pão caseiro de aproximadamente 750 gramas no Clube é trocado por dois pinhões, um produto equivalente no mercado custaria algo em torno de R\$ 2,00 (dois reais). No **Mulheres na Luta**, ao serem questionadas sobre isso, explicaram que há uma paridade em função do que gastam na produção, no entanto o que determina o valor da troca é a necessidade.

Novamente o exemplo do pão: quando alguém leva um pão ou bolo, ele não pode ser “comprado” por uma única pessoa, é fatiado e cada pedaço trocado por meio pinhão pra que todos possam comer. Reforçamos que a “venda” do lanche se deu apenas quando foi introduzida a moeda social a fim de que os participantes se habituassem a utilizá-la.

Ainda que tenhamos de início delimitado os referenciais teóricos dos quais partiríamos é preciso recorrer neste ponto as contribuições de Karl Marx quanto a determinação do valor. As mercadorias seriam apenas invólucros, símbolos do trabalho humano depositado na mercadoria durante o processo produtivo. Desta forma o que possibilita a equivalência entre valores é o trabalho humano, e não o dinheiro, constructo artificial desenvolvido posteriormente como forma simples do valor.

De acordo com experiências relatadas por Singer (2002, p. 106), é o próprio grupo quem define a taxa de câmbio da moeda social em relação à moeda do país, o valor de sua emissão e os critérios de repartição entre os membros. A paridade ou mesmo a substituição da moeda corrente pela moeda social não é colocada como problema, uma vez que, segundo Singer, ela surgiu exatamente para substituir a falta de dinheiro ocasionada por recessões. O que regula as trocas é mais a necessidade de adquirir produtos e serviços que a relação entre moeda social e a moeda corrente.

Contudo, a utilização da moeda social, equiparada ou não à moeda corrente, não nos pareceu solucionar a questão da acumulação. Depositar as moedas não trocadas e poder resgatá-las em encontros subsequentes parece contrário às práticas solidárias, mesmo aos olhos das participantes.

Em um dos encontros observado em 2009, experimentaram no grupo **Mulheres na Luta** outro formato de trocas, mais próximo às trocas diretas. Todos os produtos eram dispostos em mesas. Os nomes de todos os participantes que trouxeram produtos para troca foram escritos em papéis para um sorteio. A cada nome sorteado o/a participante deslocava-se até onde estavam os produtos e escolhia um. Se o participante trouxe dois produtos, o nome voltava para sorteio para que ,depois da primeira rodada em que todos

escolhessem um produto, pudesse ser novamente sorteado e escolher. Assim sucessivamente, conforme a quantidade de produtos trazida.

Essa modalidade eliminou a moeda e inibiu algumas práticas dos mais afoitos que acabavam por ‘comprar’ os melhores produtos e em maior quantidade.

Foi uma modalidade de troca experimental, embora aconteça em outros grupos, para o **Mulheres na Luta** foi o primeiro contato com essa modalidade de troca direta, aqui entendida como a troca que não precisa da intermediação da moeda, e não quando a troca se dá entre duas pessoas unicamente. Durante a avaliação das 18 pessoas que participaram da troca, apenas duas relataram preferirem a troca com o **pinhão**, alegando que escolhendo um produto de cada vez, quando chegasse a segunda rodada, o produto que gostariam de levar já havia sido escolhido por outro participante. Os demais declararam ter preferido esse tipo de troca porque dá a todos a chance de escolher.

Como um dos princípios do grupo é a construção coletiva das decisões e essa modalidade de troca foi uma proposta trazida por uma das coordenadoras, encaminhou-se que manteriam o pinhão, mas voltariam a fazer esse tipo de troca direta para que o grupo possa comparar e decidir futuramente.

Já a partir de 2010 incorporaram a prática do sorteio da ordem dos nomes para a troca, porém utilizando o pinhão. Na chegada ao encontro cada participante apresenta os produtos que trouxe a uma pessoa designada pelo grupo. Nesse momento, é registrado o que cada participante trouxe, os produtos são etiquetados com seu valor em **pinhões** e o participante recebe a quantidade de moeda equivalente aos produtos que trouxe para a troca. Quando se inicia o momento das trocas os nomes são sorteados um a um. O sorteado levanta-se e se dirige à mesa onde estão dispostos os produtos, podendo escolher apenas um por rodada. Ao escolher, retira-o da mesa e entrega os pinhões a uma pessoa responsável por recolher a moeda e devolvê-la à coordenação do grupo. São realizadas diversas rodadas de sorteio de nomes até que acabem a moeda ou os produtos.

Em caso de sobrar moeda, diferente do que acontecia antes, o participante registra em uma listagem quanto está levando e no próximo encontro, ao invés de trazer produtos equivalentes ao máximo de sete pinhões, trará apenas o que faltar para completar o total. Por exemplo: se um participante sai do encontro com 2 pinhões, para o próximo deverá trazer produtos equivalentes a cinco pinhões.

Algumas vezes é comum sobrar produtos. Nesses casos, eles são recolhidos pela

coordenação que dá um destino aos mesmos. Roupas são guardadas para a realização de bazares, os alimentos em geral são doados a pessoas que o grupo avalia estar em maiores necessidades; contudo, alimentos são os produtos que têm grande procura nas trocas, dificilmente sobram ao final do encontro.

Além dos encontros do grupo que são quinzenais, são realizadas também Feiras Solidárias, como as mencionadas anteriormente, que além reunir os Clubes de Troca de Curitiba e Região Metropolitana para realizarem grandes momentos de trocas se propõem divulgar a economia solidária e fomentar o consumo solidário.

Confirma-se, portanto, a partir das observações a insuficiência das trocas realizadas no grupo e mesmo a experiência esporádica da Feira em assegurar níveis mínimos e regulares de sustento para seus participantes. O que poderia significar a irrelevância da proposta do Clube de Troca ou mesmo seu fracasso, porém, reforçou o questionamento quanto o que move essas mulheres e homens a participarem de um grupo como esse.

As respostas a essas questões precisam passar pela análise dos significados atribuídos pelos participantes do grupo ao dinheiro, por exemplo. Um dos argumentos centrais de Georg Simmel na obra *O Dinheiro na Cultura Moderna* (SIMMEL, 2009) no tocante ao papel do dinheiro na cultura moderna diz respeito ao processo de diferenciação sujeito/objeto. Para o autor, o dinheiro se interpõe entre pessoa e coisa demarcando as relações de troca com um caráter impessoal e supostamente objetivo.

A divisão do trabalho e a monetarização da economia como marcas da sociedade moderna nos distanciam cada vez mais e de forma definitiva dos laços de sociabilidade primária presentes na Idade Média, período no qual segundo Robert Castel, a Igreja Católica através do sistema monástico se encarregava das práticas caritativas (2009, p. 69).

Os laços comunitários nesse período não apenas orientavam condutas, mas produziam uma espécie de personalidade social. A constituição dessa identidade coletiva estava diretamente ligada à posse da terra. Havia uma ligação estreita entre a pessoa e sua posse, ou seja, as identidades pessoais eram construídas a partir da relação entre a posse da terra e seu reconhecimento por parte da comunidade, o sujeito era quase que confundido com sua propriedade.

Uma vez introduzido o dinheiro, há um descolamento entre o proprietário e sua posse. De acordo com Simmel, a utilização de dinheiro inaugurou um processo crescente

de diferenciação entre sujeito e objeto, as relações de posse e troca não mais condicionadas pela aprovação e legitimação da comunidade ganham um caráter totalmente objetivo, mais que isso, o dinheiro confere um caráter impessoal às atividades econômicas.

Se por um lado essa impessoalidade significa o fim dos laços de sociabilidade primária, por outro, possibilita a emergência do indivíduo e a autonomia da personalidade.

É importante destacar que quando nos referimos ao fim da sociabilidade primária seria mais apropriado tratar dessa questão como uma reconfiguração dos laços de dependência. A transição da personalidade social para a autonomia e independência do indivíduo só foi possível na medida em que o dinheiro passou a se interpor entre pessoa e coisa. A utilização dessa mediação está na base da divisão do trabalho, que instituiu de forma irreversível a interdependência entre os indivíduos.

Contudo, embora Simmel nos recorde que utilizado desta forma o dinheiro estabelece mais laços entre os indivíduos que qualquer associação feudal, seus apontamentos alertam para o lugar concedido ao dinheiro na modernidade. Ao se converter em uma espécie de deus e usado para substituir as relações, o dinheiro deixa de ser possibilidade de liberdade e individualização e se converte em instrumento de despersonalização.

A complexificação na divisão do trabalho e o dinheiro como um fim em si mesmo fazem com que cada indivíduo dependa de todos, mas de nenhum em particular. As relações passam a ser impessoais, instrumentalizadas e despersonalizadas.

Além disso, o dinheiro que deveria representar uma instância de mediação entre o indivíduo e seu desejo, converte-se no próprio objeto de desejo. Contudo, a materialização do desejo, um *perpétum móbile*, desloca-se, é transitória. É o desejo que marca a relação sujeito/objeto e o valor nasce do desejo. É o valor que atribuímos a partir de nosso desejo que permite a emergência das trocas como uma relação *sui generis*.

Nesse ponto, o *status* do dinheiro na modernidade, como apresentado por Simmel, aproxima-se de alguns conceitos da tradição marxiana. O valor que atribuímos aos objetos está indelevelmente marcado pela alienação e fetichização:

sentimos a transformação de uma posse em dinheiro como se fosse uma libertação (...) com o dinheiro na bolsa estamos livres, enquanto antes o objeto nos fazia dependentes das condições de sua conservação e frutificação. (SOUZA, 1998, p.7-8)

De acordo com o autor, ao desmaterializar o desejo, separar sujeito desejante do

objeto desejado, cresce a ilusão de que alcançado o dinheiro inúmeras outras coisas podem igualmente ser alcançadas.

O caráter deletério dessa relação está no fato de que não raro essa suposta liberdade significa a ausência do que Simmel chama de *conteúdos da vida* (SOUZA, 1998 p. 8). Perdeu-se a clareza entre os limites do que é pagável e impagável, e é nas coisas impagáveis que está contido o sentido da vida, ou, nas palavras de Simmel, os conteúdos da vida. Para o camponês, por exemplo, vender a terra era algo inconcebível, a terra e sua posse encerravam um sentido, uma totalidade.

Karl Polanyi (*A Grande Transformação*, Campus, 2000) também chama atenção sobre esse ponto. Para o autor, foram transformados em mercadoria bens impagáveis: a terra, o trabalho, a natureza. Deixar o mercado como único dirigente do destino dos seres humanos resultaria no desmoronamento da sociedade.

Se não nos encontramos ainda diante da destruição total do tecido social, é perceptível que as satisfações definitivas estão cada vez mais distantes e ausentes. Para Simmel, há uma subordinação crescente dos valores qualitativos aos quantitativos, não obstante apenas os primeiros satisfaçam nossos desejos de maneira definitiva.

Retomando alguns pontos deste capítulo percebemos um esforço no sentido de aproximar o cotidiano do grupo de sua porposta inicial. A Economia Solidária e os Clubes de Troca mais especificamente, nascem como uma tentativa de resposta a situações de crise e recessão econômica. As constantes revisões e avaliações a que são submetidos os processos do troca revelam o esforço na superação dos limites impostos a uma iniciativa que se pretende solidária, mas que encontra-se inserida no modelo capitalista de trocas.

A moeda social, desta forma, mais que preencher uma lacuna deixada pela ausência de moeda em circulação, parece pretender restabelecer o dinheiro ao lugar dado a ele por Marx e Simmel: um instrumento de mediação. Não é um problema para o grupo que haja equivalência pinhão-real, o que determinada em última instância a equivalência é o trabalho dispendido na produção do bem.

Neste ponto precisamos tratar dos sentidos atribuídos as trocas uma vez que já está claro que o valor de mercado dos produtos não é para os membros do grupo que foram entrevistados a motivação central.

3. OS SENTIDOS DAS TROCAS

“Aqui partilha tudo, partilha trabalho, conversa, troca tudo, a gente partilha até tristeza.” (Seu Jose)

Uma das questões e tensões que rodeiam a experiência do Clube de Troca é sua proposta, tentativa de estabelecer parâmetros para trocas diferentes dos mercantis de orientação neoliberal. A tensão reside no fato já mencionado de que o grupo está inserido em um contexto mercadológico, é preciso comprar matéria prima, vender os produtos na feira permanente e estabelecer valores para os produtos trocados dentro do grupo. As trocas propriamente ditas são muitas vezes orientadas pela noção de valor, há produtos mais cobiçados que outros.

Compartilhamos as reflexões de Marcel Mauss e Karl Polanyi de que o problema não residiria na existência de mercados, as sociedades ao longo da história conheceram vários modelos e padrões de organização das trocas. O que tornaria o modelo moderno problemático e mesmo perverso é que foram transformados em mercadorias a terra e o trabalho segundo Polanyi:

a terra e o trabalho nada mais são que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual eles existem. Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado. (2000, p. 93)

A atuais economias de mercado seriam sistemas controlados apenas pelo próprio mercado, a produção, distribuição e acesso aos bens estaria submetida a esse mecanismo auto-regulável. A separação entre as esferas econômica e política, exigência para o funcionamento desse mecanismo, implicaria em retirar os entraves à super exploração do trabalho, por exemplo, resultando no desmoronamento da sociedade.

Para Durkheim, no mesmo sentido, os serviços econômicos, incluindo aí a divisão do trabalho, seriam pouco relevantes se comparados aos ganhos morais provenientes da interdependência nas sociedades complexas. O autor defende a necessidade de regulações capazes de refrear os avanços do mercado que poderiam produzir anomia no lugar de coesão. As regulações seriam viabilizadas com a participação fundamental das corporações de ofício, ou associações intermediárias, suficientemente próximas aos trabalhadores para fomentar neles um sentimento “mais vivo de sua solidariedade comum” (1999, p. XVI)

Ao tomarmos os Clubes de Troca como uma espécie de Associação Intermediária afirmamos que os ganhos morais produzidos entre os participantes se destacam em relação aos possíveis ganhos materiais provenientes das trocas. Ao nos perguntarmos, portanto, sobre os sentidos das trocas partimos das concepções durkheimianas para sustentar que as trocas materiais atuavam como um pretexto para o encontro e a construção de laços entre os membros do grupo.

3.1 Motivações Iniciais

A experiência do Clube de Trocas **Mulheres na Luta** se insere em uma rede de outras iniciativas ligadas à Economia Solidária, além da Rede Pinhão que agrega Clubes de Troca. É importante retomarmos alguns aspectos históricos do surgimento dessas iniciativas para entendermos seu papel no cotidiano de seus participantes.

Em meados da década de 90, na Província de Bernal, na Argentina, um grupo de aproximadamente 23 pessoas envolvidas em movimentos ecológicos e atingidas pela recessão econômica que assolava o país reuniu-se para trocar objetos diversos. A maioria dessas pessoas encontrava-se desempregada e com acesso bastante restrito ao dinheiro e bens de consumo.

Considerando o tamanho do grupo e o volume das trocas, o controle era feito de forma bastante artesanal, com um caderno no qual se registravam os nomes do participantes e a descrição dos objetos disponibilizados para a troca. Com o aumento do grupo surgiram também modificações no sistema de trocas e foram instituídos “créditos”, “vales” e “bônus”, precursores da chamada *moeda social*.

Cada participante, ao adentrar ao grupo, recebe um número determinado de moeda, e apresenta o que trouxe para trocar, objetos, alimentos ou serviços. No início, receber a moeda possibilitava ir além das trocas diretas, restritas ao escambo. Foi criada uma espécie de prazo de validade para a moeda chamada *oxidação*, que se baseia na ideia de juros invertidos: quanto mais se acumula, menor é o valor. Além disso, a moeda pertence ao grupo, os demais grupos decidem se a aceitam ou não, conforme a organização e credibilidade do grupo que a emitiu e, ao desligar-se do Clube, os participantes comprometem-se a devolvê-la.

Outros grupos surgiram inspirados nessa primeira iniciativa. Considerando que contavam com a assessoria dos primeiros participantes, a maioria dos grupos adotava procedimentos similares para a realização das trocas, o que possibilitou a criação de uma rede de grupos denominada “Rede de Trocas Solidárias” que proporcionava a interação entre os grupos.

Baseado estritamente na confiança e na reciprocidade, a utilização dos bônus e vales possibilitou a ampliação da iniciativa, mas trouxe também alguns problemas. A divulgação midiática e o interesse governamental⁹ atraíram oportunistas que passaram a clonar as moedas sociais, hiperinflacionando o sistema.

Com a confiança do sistema de trocas comprometida, houve um período de enfraquecimento da Rede, porém em 2002, com a criação de movimentos e organizações populares de resistência, tais como assembleias populares nos bairros e a ocupação de fábricas falidas, os grupos mais afinados aos princípios da Economia Solidária puderam resurgir em 2003, criando sistemas que impedissem a falsificação da moeda social.

No Brasil, a experiência chega em 1998, em São Paulo, no bairro de Santa Terezinha e, a partir de 1999, outras cidades, como Rio de Janeiro e Porto Alegre, dão início às atividades.

Em Curitiba, a implantação dos Clubes foi precedida de vários e intensos momentos de estudos e debates promovidos entre organizações não governamentais, movimentos sociais e igrejas. A educadora Lourdes Machi, do CEFURIA, foi uma das educadoras responsáveis pela multiplicação da experiência, realizando algumas viagens à Argentina e São Paulo para acompanhar mais de perto projetos já em andamento.

Uma das motivações iniciais e que marca ainda hoje os Clubes de Troca estava ligada à distribuição de cestas básicas em algumas igrejas e organizações. Ainda que houvesse um esforço por parte das assistentes sociais em ultrapassar, mesmo que timidamente o assistencialismo, os atendimentos a questões como saúde, violência, eram pontuais.

⁹ Durante uma greve geral no final da década de 90, um programa de televisão de grande audiência veiculou a experiência da Rede de Trocas despertando a curiosidade na população; de outra parte, os governos locais passaram a perceber a iniciativa como uma importante possibilidade de contenção social, até que em dezembro de 2000 o Ministério da Economia declarou o sistema de interesse nacional, sendo acompanhado por governos estaduais e municipais. Disponível em: <http://www.google.com.br/#sclient=psy-ab&hl=pt-BR&source=hp&q=heloisa+primavera+rede+de+troca+pacs&pbx=1&oq=heloisa+primavera+rede+de+troca+pacs&aq=f&aqi=&aqi=&gs_sm=e&gs_upl=8116119727101201961381291121213170711210013-8.13.5.113210&bav=on.2.or.r_gc.r_pw.cf.osb&fp=e8cdb00a2712812b&biw=1366&bih=643>. Acesso: 28 dez 2011

A experiência do Clube de Troca viria ao encontro das inquietações de algumas lideranças e organizações, incomodados com o assistencialismo praticado até então. Mesmo com a realização de algumas reuniões, quando da distribuição das cestas básicas, os beneficiários se encontravam apenas mensalmente na fila para receber o alimento. Nesse sentido, o Clube poderia se converter em um espaço de restabelecimento dos laços comunitários e de promoção da cidadania, como explicita a fala que segue:

“eles coloca as pessoas muito dependentes deles, quer dizer, não tem... é... não tem interesse porque sabe que vai ganhar, então eu acho que troca de Economia Solidária é diferente, eles doam, mas eles ensina as pessoas a também tá lutando pra não ficar dependente daquilo, quer dizer, acabou minha comida, eu não vou esquentar que eu vou lá no Troca, eles me dão, acabou tal coisa, eu não vô me incomodar, porque eu vô lá... aí a gente se torna uma pessoa inútil também” (Silvia)

Os relatos dão conta do potencial de mobilização da iniciativa: “agora eu acho que o nosso Troca, de Economia Solidária, que foi o que eu aprendi, que a gente é ajudado e também ajuda outro, e ensina o outro a não ficar esperando, esperando que venha as coisa pronta.” (Silvia).

Desta forma, surge em 10 de novembro de 2001 o primeiro Clube de Troca no bairro Sítio Cercado em Curitiba. Nesse primeiro encontro, participaram doze pessoas, entre elas, dez mulheres e dois homens.

O grupo **Mulheres na Luta** surgiu como desdobramento de outro Clube. Entre as dificuldades encontradas e que culminaram na dissolução desse primeiro grupo, estão as comuns a outros grupos. Destacamos três: os alimentos, que eram uma motivação importante para a participação, já não eram disponibilizados a muitos grupos; os espaços nas igrejas foram gradativamente se fechando, inclusive com o impedimento de utilização do espaço físico antes cedido, e a rotatividade dos educadores e assistentes sociais que acompanhavam os grupos interrompia processos de grupos que ainda não conseguiam se manter sozinhos.

Mesmo com a dissolução do primeiro grupo, algumas de suas lideranças mantiveram contato com outros grupos e organizações e, durante a realização da Jornada de Agroecologia, promovida pelo Movimento Sem Terra, em 2007, essas lideranças resolveram reativar o grupo: “A gente fazia e não dava certo, resolvemo começar tudo de volta, aí resolvemo que ia plantar uma nova semente e que ia nascer frutos bons” (Joana).

Esse esforço de retomada das atividades em 2007 foi empreendido por algumas

mulheres que buscaram doações de alimentos para um primeiro encontro como uma espécie de chamariz para outros participantes. A partir daí, o grupo passou a se reunir na sede da Associação de Moradores do bairro, local onde ocorrem diversas atividades.

O principal desafio para a retomada e continuidade do grupo era avançar coletivamente na compreensão de que o grupo cumpria um papel maior que a distribuição de alimentos. Ao longo dos períodos de observação, foi possível constatar a flutuação no número de participantes, explicada pelas próprias lideranças:

“A dona [nome da participante] ligou cobrando [o alimento que seria distribuído], é como eu falo pra você, você se envolver com as pessoas, as pessoas acham que você tem a obrigação de tá ali, trazendo as coisas, buscando informação [...] agora a gente ajuda com uma passagem pra quem vem de longe, mas o povo tem muita pressa, quer pra ontem, quando e comecei o Troca eu também não entendia” (Silvia)

Nesse sentido, a cada encontro é preciso retomar o que é e pra que serve o Clube de Troca e os princípios da Economia Solidária. De maneira geral, essa retomada de princípios se dá de forma sutil no momento de abertura de cada encontro.

O espaço onde acontecem as reuniões, ainda que precário do ponto de vista da infraestrutura – não há uma sala ou algo similar próprio do Clube – é cuidadosamente preparado. As cadeiras e bancos são sempre dispostos em círculos de modo que todos possam ver e ser vistos; além disso, o ambiente é sempre decorado com flores, bandeiras de movimentos sociais e materiais de estudo que lembram algum momento do grupo.

Ao lado do círculo, é preparada uma grande mesa improvisada com cavaletes e coberta com tecidos onde são dispostos os produtos para a troca. Cada um dos produtos é cuidadosamente disposto, tomando o cuidado de separar roupas e acessórios, objetos, utensílios e alimentos, como hortaliças destinadas à troca.

Esses produtos chegam à mesa já etiquetados com seu valor em *pinhões*. Ao chegarem para o encontro, os participantes são recepcionados por alguém do grupo que possui uma lista com o nome de todos. No grupo **Mulheres na Luta**, duas pré-adolescentes, que participam com a mãe, se encarregam de receber os produtos, confirmar na lista o nome do participante, anotar ao lado do nome os itens trazidos para troca e o quanto valem em pinhões.

Como já relatado há algumas recomendações: levar três produtos, ao menos um de produção própria, roupas usadas não podem ultrapassar dois pinhões.

Os alimentos levados para o lanche também são contabilizados como produção, mas aqui há particularidades. Quem leva algo para consumo do grupo durante o encontro recebe os pinhões equivalentes a essa produção, porém ninguém precisa comprá-lo com moeda social, todos comem.

Em uma das pontas da mesa são colocados os alimentos trazidos para o consumo durante o encontro. O momento do lanche é bastante esperado; segundo alguns relatos, é a hora em que alguns tomam café, por exemplo, artigo caro para algumas famílias. Essa é também uma das razões pelas quais o lanche não é trocado. Se alguém levasse um bolo, por exemplo, e alguém quisesse comprá-lo, o levaria inteiro, impossibilitando que outras pessoas também comessem.

Após a chegada e disposição dos produtos que serão trocados, é iniciado o encontro. A cada reunião do grupo, duas pessoas ficam responsáveis pela coordenação e animação do dia. Há um grupo de cinco pessoas responsáveis pela coordenação do grupo, representando-o em outros espaços, mobilizando os participantes e fazendo a articulação com educadores e parceiros, e, para não sobrecarregar essa comissão, o grupo decidiu por realizar o rodízio para a coordenação dos encontros.

Cabe à coordenação do encontro preparar antecipadamente o momento da mística, ou seja, a abertura do encontro. Esse é um momento salutar, é nele que são realizadas as reflexões acerca do papel do grupo, sobre Economia Solidária e, por que não dizer, também análises de conjuntura.

Há grande preocupação e cuidado com esse momento porque é encarado como um momento formativo e evitam ao máximo torná-lo semelhante a uma aula ou palestra. Orientados por princípios da Educação Popular desenvolvida por Paulo Freire, procuram iniciar esses momentos a partir de elementos do cotidiano, compreensíveis inclusive e principalmente pelos participantes com pouca ou nenhuma escolarização.

A disposição em círculo facilita esse processo indicando que não há entre eles alguém na posição ou papel de chefia, encabeçando os trabalhos e decisões: “Na Economia Solidária ninguém quer mais que o outro, ninguém fica pisando pra poder subir, ninguém pensa em crescer lá dentro, a gente pensa que pode ser igual a todo mundo e dividir tudo, e nunca falta.” (Sílvia)

Também é papel de quem anima o encontro garantir que todos os presentes falem, respeitando o tempo de cada um. É interessante ressaltar que os momentos em que são motivados a falar é chamado de *partilha*, expressão utilizada para designar situações

múltiplas dentro do grupo. Pode ser a partilha da palavra, do lanche, dos rendimentos da padaria:

“A panificadora agora que nós comecemos a partilha, então quando começar a ter uma partilha... o ponto alto da nossa panificadora é mais pra frente, quando a gente melhorar vai fazer uma caixinha pra ajudar a comprar alguma coisa pra por no troca, essa é a ideia” (Silvia)

“A partilha [rendimento da padaria] não é de todo mundo do Troca, nem todos do Troca participa da padaria” (Célia)

“A partilha da padaria é tão pouca que se fosse só por isso eu era uma que não vinha” (Dalva)

Nos encontros são utilizados muitos símbolos como recurso para incentivar a participação de todos. Em uns dos encontros, além do ambiente preparado como de costume, em círculo, com um tecido no chão como toalha, flores, estavam dispostos três pratos: um vazio, um com poucos e grandes pedaços de pão, e um terceiro com muitos pedaços de pão, porém pequenos. Após as boas vindas e a apresentação dos participantes – afinal sempre há pessoas novas e visitantes –, fomos motivados a nos levantar e apanhar um pedaço de pão. Todos os participantes, cerca de vinte, serviram-se do prato que tinha pedaços menores de pão, embora não houvesse qualquer orientação impedindo que alguém pegasse os pedaços maiores.

Na sequência, fomos motivados a dizer o que achamos da experiência, porque escolhemos os pedaços do terceiro prato. A maioria das falas sinalizava que “se pegassem o maior não ia dar pra todos”, “se souber partilhar, ainda sobra”, uma terceira fala ampliou o debate: “esses pratos representa o Brasil... tem gente com prato cheio e gente com prato vazio”. Daí encaminharam a conversa para a importância da partilha e da solidariedade como solução pra resolver o ‘prato vazio’.

Em outro encontro, ao chegarmos, fomos novamente recebidos com o ambiente preparado: cadeiras em círculo, flores em um vaso no chão, no centro um pano verde com um cartaz que dizia “Na ciranda do povo está nascendo um mundo novo” e, ao fundo, cheiro de pão, a Padaria Comunitária em pleno funcionamento. Além do cartaz, estavam dispostos sobre o tecido alguns papéis recortados em formato de pés, dispostos como que compoem um caminho. Ao longo do caminho formado por essas pegadas foram distribuídos materiais impressos, pedras de tamanhos diferentes, ao final do caminho, flores.

A maioria dos impressos eram cartilhas dos cursos realizados pelas participantes, em especial o curso “História Social do Trabalho”, promovido pelo CEFURIA e chamado carinhosamente pelos grupos de “escolinha”.

Somos animados a refletir e fazer memória da caminhada, da história e dos passos dados pelo grupo desde seu surgimento. Os relatos não tardam a começar:

“Na escolinha a gente aprende muito, com a vida da Irmã Araujo, Paulo Freire”

“Quem vai na Economia Solidária tem sempre alguma coisa pra ensinar e alguma coisa pra aprender.”

“As pedra representa a caminhada da gente, as dificuldade”

“O que abriu nossos caminho foi a escolinha”

“Se a gente quiser ser solidário tem que ser que nem família” [referência à Campanha da Fraternidade de 2011 promovida pela Igreja Católica com o tema: Fraternidade e a Vida no Planeta]

“A Economia Solidária faz muito artesanato, ajuda a reciclar, quando a gente traz uma roupa, um sapato, traz pra quem vai usar”

As reflexões realizadas durante esses momentos objetivam a ampliação da chamada ‘visão de mundo’, a ideia é que os participantes consigam ampliar o olhar que lançam sobre os problemas cotidianos percebendo que muitos deles ultrapassam as responsabilidades individuais. Muitos momentos são marcados pelo reforço ao espírito de coletividade e de ação em rede.

Em outro encontro, por exemplo, durante a mística, circulavam entre os participantes folhas de papel impressas com imagens que representavam trabalhadores como fantoches na parte inferior e, na superior, uma pessoa com aparência opulenta e abastada manipulando os fantoches. Quando foram motivados a *partilhar* o que viam nas imagens, fizeram as seguintes interpretações:

“Sempre temos quem quer nos manipular, nós, a comunidade, quem manipula é os manda-chuva, se acha poderoso.”

“O homem [opulento] é um bandido que roubou uma mala cheia de dinheiro.”

“Aqui [na parte inferior do desenho] tem mais pessoas, do outro lado um só, tem mais poder se a gente se une, mesmo que ele seja grandão.”

“Ele tá lá em cima bem bonito... e nós tudo aqui em baixo.”

“Se nós se unisse derrubava ele.”

“Não é só o poderoso, em todo lugar tem um que manipula.”

“O grandão conquistou esses [indicando o desenho], esses já tão no esquema.”

“Nós aqui da cidade somo tão grande, se juntar a gente derruba o grande”

“Quando a gente foi falar com o secretário da educação só um ele não quis receber, mas os quatro ele recebeu.”

“Se todas as mães fosse reclamar que não tem pediatra...”

Nesse ponto, a mística proposta atingiu seu objetivo, despertar para a mobilização coletiva em torno dos problemas coletivos. Importante destacar que as falas, registradas na ordem em que foram proferidas, apontam uma ampliação interpretativa do cotidiano a partir das imagens.

Além disso é preciso fazer algumas considerações quanto a influência religiosa nos encontros, especialmente nos momentos de mística. Em alguns encontros os coordenadores do dia propuseram abrir as atividades com a oração do “Pai Nosso”, que segundo sua justificativa seria uma oração feita por todas as religiões. A leitura que fazemos dessa aproximação com a religião e as práticas religiosas populares se aproxima da noção de ritual apresentada por Durkhiem em *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1996).

Para o autor não há sociedade isenta da necessidade de revigorar os sentimentos coletivos que garantem sua unidade e coesão interna. Essa espécie de restauração moral pode ser tomada também como refeição moral, através da qual seus membros reafirmam os sentimentos comuns. Por seu objeto, pelos resultados que produzem esses encontros não diferem em natureza de cerimônias religiosas. Os efeitos morais produzidos a partir do grupo e reafirmados nos momentos de mística reforçam o papel do grupo e o objetivo de se reunirem.

Retomando algumas contribuições de Marx quanto ao papel das trocas reafirmamos que as mercadorias não teriam valor em si, apenas quando se tornam valor de uso para alguém é que adquirem valor: “só através da troca se pode provar que o trabalho é útil aos outros, que seu produto satisfaz necessidades alheias.” (2008, p. 110).

Perceber que seu saber e/ou seu trabalho pode ser útil aos demais foi um dos primeiros movimentos no sentido de resignificar as trajetórias individuais e mesmo as identidades individuais. Descobrir a utilidade de seu trabalho é descobrir seu papel no

mundo, onde antes se acreditava que “eu não sirvo pra nada mesmo” (Celia), agora é possível afirmar “eu to enconstada por invalidez, mas não sou inválida” (Silvia).

Desta forma, nos aproximamos do sentido das trocas para Mauss no **Ensaio sobre a Dádiva**, que vai além das trocas materiais. Para o autor, todas as formas de troca se fundam em um sistema de presentes dados e retribuídos, a reciprocidade nesse caso proporcionaria o elo, a coesão entre os indivíduos que se implicam mutuamente nas trocas. Por essa razão podemos antecipar que as trocas materiais atuariam como um pretexto para outras trocas que se estabelecem.

3.2 O que se troca

Como afirmamos anteriormente as trocas materiais mesmo constituindo parte importante do encontro produziram maiores ganhos morais que vantagens materiais. Os significados compartilhados possibilitam o restabelecimento da construção de identidades individuais e coletivas. O grupo se converte em um espaço no qual a escuta do outro, de todos os outros, é central e se estabelece como um reconhecimento dos saberes adquiridos ao longo da vida como saberes válidos:

“A gente diz que não sabe fazer nada, mas faz um crochê, faz pão, faz um monte de coisa [...] aí quando a gente vê a reportagem [que deram a televisão] a gente diz: meu Deus, mas eu consegui?” (Célia)

“Ai, eu não sei fazer nada, só vou aí [no encontro] pra lavar louça, eu não vou fazer, eu não sei fazer nada mesmo... a gente tem que por na cabeça que a gente sabe as coisas.” (Silvia)

“A gente vai desabrochando, a gente pensa que um sabe mais, que um sabe menos...” (Paula)

O primeiro passo para o reconhecimento desses saberes se dá por meio do incentivo à fala. O primeiro contato com o grupo, de maneira geral, se dá pela necessidade de buscar lá os alimentos que são doados. Nesse primeiro contato as pessoas chegam muito fragilizadas, o primeiro movimento dos animadores é restabelecer nesses indivíduos o sentimento de dignidade:

“as pessoas têm vergonha de receber doação... no Troca não, a gente tá

trabalhando junto [...] eu não sei nem o que levar, aí a gente diz não precisa levar nada, vai você, a sua pessoa lá já é muito importante.” (Silvia)

“O Troca ensina as pessoa falar, a primeira coisa.” (Célia)

O Clube de Troca, ao eliminar a mera distribuição de cestas, recoloca o indivíduo na condição de possuidor de algo que possa ser trocado. Para Mauss, dar-receber-retribuir são obrigações, recusar esse ciclo é admitir que não se quer ou não se pode retribuir. Ao converter-se em uma espécie de espaço de confiança, o grupo proporciona a seus participantes a possibilidade do estabelecimento de vínculos como os descritos por Mauss: “se se dão e se retribuem as coisas, é porque se dão e se retribuem ‘respeitos’ – dizemos ainda ‘gentilezas’. Mas é também porque o doador se dá ao dar, e, ele se dá, é porque ele se ‘deve’ – ele e seu bem – aos outros.” (1974, p. 129).

Os convites para entrada no grupo, portanto, procuram acolher não apenas os que passam por problemas econômicos, mas também as pessoas que passam por outras dificuldades:

“a gente tá vendo que ela precisa, ela teve um monte de problema... cada dia a gente vê, ela parece que quer se esconder, ela era uma pessoa alegre, tá ficando mais assim...uma pessoa fechada, ela passa perto da gente e nem enxerga a gente, e daí nisso a pessoa vai ficando doente.” (Silvia)

“então, ela era tão alegre...passava dando risada [...] agora eu passei por ela e ela tava com a cabeça baixa, tem que chamar ela...” (Célia)

“Daí cheguei pra ela [a mesma mencionada acima], insisti que ela viesse, vai lá, a gente conta umas piada, você ri...” (Silvia)

Certamente que as relações estabelecidas a partir desses princípios são fundamentais para compreender o papel do Clube de Troca; as trocas materiais, no entanto, que são seu objetivo declarado, também representam parte importante na reconstrução das identidades.

A insistência na apresentação de três objetos para troca e um de produção própria motiva cada participante a redescobrir práticas e saberes considerados desimportantes: “antes, quando eu tinha depressão, meu crochê tava adormecido, eu não fazia nem um biquinho de guardanapo, e depois parece que eu... parece que reviveu dentro de mim.” (Lurdes).

O Clube de Troca **Mulheres na Luta** experimentou, desde sua criação, diversas modalidades de troca, começando pela troca direta, sem a intermediação da moeda

social. Essa é uma possibilidade bastante restritiva, uma vez que a troca limita-se a duas pessoas que desejam o produto uma da outra. Ainda que componha uma Rede, cada Clube é autônomo para decidir que modalidade de troca adotar, atualmente todos utilizam moeda social, o *pinhão*, para mediar as trocas.

Podemos agrupar os produtos trazidos para a troca em três grupos principais: alimentos, artesanatos e roupas usadas. Entre os alimentos, os mais procurados são os industrializados, como café, por exemplo. Hortaliças e frutas produzidas nos quintais, que em outros espaços seriam altamente valorizados, demoram a sair da mesa das trocas com a alegação de que todos possuem quintal onde plantam uma coisa ou outra.

As peças de artesanato se destinam à decoração, as bijuterias, na maioria das vezes, são produção própria. As roupas e sapatos usados são as peças menos procuradas, tanto que há um limite de apenas uma peça por participante.

Duas modalidades de troca foram utilizadas com maior frequência durante os períodos de observação: na primeira os produtos ficavam dispostos sobre a mesa e no momento apropriado todos simultaneamente trocavam. A partir da avaliação de que esse momento de trocas estava favorecendo alguns, de maneira inclusive competitiva, o que ia contra os princípios do grupo, os animadores propuseram outro formato.

Neste segundo a chegada e apresentação dos produtos eram iguais, ao entregar os produtos cada participante recebia o equivalente em moeda pelo que trouxe, como se os produtos fossem adquiridos pelo grupo.

Na primeira vez em que foi realizada a troca nesse formato, dos vinte e dois participantes, apenas duas pessoas referiram preferir a modalidade anterior, a maioria, portanto, aprovou essa nova maneira que passou a ser o padrão de trocas do grupo.

Foi possível observar ao longo do tempo uma mudança qualitativa nos produtos apresentados para troca. No início os produtos restringiam-se a objetos dos quais a pessoa queria se desfazer, utensílios, objetos decorativos, roupas. Porém, nos últimos encontros que tivemos oportunidade de participar, já foi possível perceber um volume maior de produtos elaborados pelas participantes: conservas, sucos naturais, molho de pimenta, geléias.

Além disso, no ano de 2011 com a criação da Feira Permanente de Economia Solidária criou-se a possibilidade de cada grupo apresentar suas produções para comercialização. Nesse espaço os produtos são adquiridos com dinheiro e não moeda social.

Em função do compromisso com a feira o grupo sentiu a necessidade de organizar uma produção de artesanato coletiva. Durante os encontros do Clube de Troca foram levantadas as diversas possibilidades a partir do que os membros do grupo poderiam ensinar aos demais. Por intermédio de algumas doações pessoais e de projetos de financiamento aprovados através do CEFURIA havia algum recurso para aquisição de matéria-prima e máquinas de costura, um sonho antigo do grupo.

Foram vários artigos produzidos: ecobags, bolsas de algodão natural utilizadas para substituir sacolas plásticas, cadernos customizados, marcadores de livros. A produção era realizada em momento separado do Clube de Troca, o que pode explicar o número reduzido de participantes nesse momento. Enquanto no Clube a média era de 20 pessoas, no momento de produção a média era de 7 pessoas.

Durante um desses encontros uma das participantes sugeriu que levassem pra casa os materiais, aumentando o ritmo da produção, o que resultaria em mais produtos para feira. A essa sugestão uma das lideranças prontamente argumentou: “mas no Troca importa mais é fazer junto, não fazer muito.” (Silvia)

Essa postura reforça a ideia de que constantemente os sentidos das trocas e do próprio grupo precisam ser reafirmados, apreendidos. Por outro lado, confirma a hipótese de que, de fato, estão sendo construídos outros sentidos para as relações econômicas que não o lucro. A *partilha* da Padaria Comunitária está limitada às dez pessoas que optaram por fazer parte dela, já os recursos da venda dos produtos na feira são destinados a todo o grupo, mesmo aos que não participaram da produção de artesanato.

Mesmo porque, assim como nas observações de Mauss sobre o *potlach*, as trocas não se dão de forma desinteressada. Enquanto nas sociedades do dom/contra dom há o estabelecimento de uma hierarquização a partir do que se doa, no Clube o primeiro movimento de aproximação é totalmente orientado pelo que se vai *ganhar* materialmente falando.

Com o tempo e na medida em que se internalizam os valores da Economia Solidária é que os participantes fundamentam sua participação e assiduidade em outros elementos. Essa é umas das razões inclusive para a rotatividade entre os participantes. Ao longo dos períodos de observação foi possível constatar que alguns indivíduos não se identificaram com a proposta e práticas do grupo deixando de participar após dois ou três encontros.

O que chamamos aqui de internalização dos valores é na verdade o

restabelecimento dos valores de uso como balizadores das trocas. A primeira orientação com a qual se chega para as trocas é fundada nos valores de troca estabelecidos pelo mercado e com o objetivo de *ganhar* algo, a distribuição de cestas básicas, por exemplo, foi fundamental para a o início do grupo e sua retomada após um período de crise. A mudança que se produz é resultado da substituição noção de valor de troca pela idéia de que a necessidade é que orienta as trocas.

Leituras parciais da obra de Karl Marx nos levaram a pensar que o que o autor chamava de valor de uso restringia-se apenas a satisfação das necessidades fisiológicas. Marx jamais limitou o valor de uso a essa compreensão: “a mercadoria é antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia” (2008, p. 57).

Partindo ainda da afirmação de Marx de que a produção do mundo material produz nos indivíduos sua consciência: “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (2006, p. 52) podemos pensar que a insistência na produção do que será trocado reinsere o indivíduo na produção do mundo mesmo. Ou seja, na medida em que se percebem como indivíduos produtivos podem recolocar-se no mundo como indivíduos úteis.

Podemos portanto aproximar a noção maussiana de dádiva da definição de Marx para valor de uso na medida em que para Mauss não são objetos que se trocam, mas pessoas mesmas se implicam nas trocas. Na obra *A Revolução Informacional* Jean Lojkin ao analisar alguns aspectos da dádiva e a obra de Marx nos auxilia ainda na compreensão dos conceitos de dom e mercado.

Segundo a interpretação de Lojkin da obra de Marx para algo se converta em mercadoria são necessários quatro requisitos: a separação completa entre produtor e produto, o duplo caráter do produto trocado (valor de uso e valor), a equivalência entre valores trocados e o reconhecimento mútuo e tácito dos trocadores como pessoas independentes, proprietários privados de mercadorias (1995, p. 191).

Ao lançarmos mão desses elementos para a análise do Clube de Troca é possível afirmar que o sistema de troca praticado no grupo não equivale ao sistema de trocas mercantis. A insistência na produção própria de artigos para a troca é o principal fator a delimitar o contraste entre as modalidades. Sob esse ponto de vista, ainda que requisitos quanto ao valor e o reconhecimento dos trocadores como indivíduos autônomos sejam

preenchidos, o que se troca no Clube não são mercadorias.

Quando afirmamos ainda que as trocas materiais no grupo atuariam como um pretexto para um complexo de relações desdobradas a partir daí, nos aproximamos da concepção de que não são bens que circulam, mas serviços *prestações e contra-prestações*. O papel das trocas seria reforçar os laços de dependência entre os membros do grupo, como um *sistema econômico que privilegia as relações em detrimento da troca de objetos*. (Lojkine, 1995, p. 196). A eficácia das trocas, não pode, portanto, ser reduzida a seu valor mercantil.

Ao submetermos os ganhos ou rentabilidade às obrigações sociais nos reaproximamos da idéia do *oikos*, raiz do conceito de economia que se estabelece a partir desse registro como um saber capaz de fazer aumentar a riqueza de quem o domina, lembrando que a riqueza administrada na *oikía* inclui mais que propriedades, diz respeito a valores, princípios, pessoas. Podemos afirmar, portanto, que se restabelece um sentido social para a economia, e não apenas mercadológico orientado por princípios neoliberais.

O conjunto de orientações e princípios que chamamos aqui de neoliberais incluem uma exigência de autoregulação imposta pelo mercado em sua atual configuração. Ou seja, a desvinculação entre economia e política. De acordo com Luiz Eduardo Wanderley (1999, p. 27-28), o atual modelo chamado por ele de globalismo bane ou substitui, ele mesmo, a ação política; trata-se, portanto, da ideologia do império do mercado mundial, da ideologia do neoliberalismo. O procedimento é monocausal, restrito ao aspecto econômico, e reduz a pluridimensionalidade da globalização a uma única dimensão: a econômica que, por sua vez, ainda é pensada de forma linear e deixa todas as outras dimensões – relativas à ecologia, à cultura, à política e à sociedade civil – sob o domínio subordinador do mercado mundial.

Precisamos ressaltar, portanto, e de acordo com os autores referência para este estudo, porque não é possível dissociar as esferas econômica e social. Durkheim chama a atenção para a forma imoral da atividade econômica, como a que está longe de servir ao progresso da moral. (DURKHEIM, 1999, p. 15).

A anomia devia-se basicamente à falta de regulamentação estatal da atividade econômica, ou seja, sem regulamentação a autonomia da economia, e a economia mesma, se tornam insustentáveis. O mais importante nesta atividade não seria maximizar os ganhos monetários, mas produzir ganhos morais. Nesse caso, o Estado apenas não seria suficiente para a manutenção do equilíbrio social, seriam necessários agrupamentos

intermediários capazes de equilibrar o papel e função do Estado que se coloca como mínimo na produção de bem-estar e máximo na sua função repressora e penal.

Podemos alinhar essa tese ao autor Karl Polanyi (2000) na obra *A Grande Transformação*. Para Polanyi, a ideia de um mercado auto-regulado não passaria de utopia, uma vez que, entregue a si mesma, uma instituição como essa conduziria ao aniquilamento das relações e da sociedade como um todo. A ideia de auto-regulação é alheia ao próprio desenvolvimento dos mercados em sua evolução e complexificação. Para Polanyi, as regulamentações e os mercados cresceram juntos.

Um dos destaques nessa crítica é que autoregulação significa que toda produção destina-se a venda no mercado e que todos os rendimentos derivam dessas vendas. Desse modo, foram transformados em mercadoria o trabalho e a terra, entendida como a totalidade dos recursos naturais, anti-mercadorias por natureza, na medida em que são elementos constituidores de identidade e coesão, ou, nas palavras de Polanyi, “o trabalho e a terra nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades” (2000, p. 93).

Explicita-se o esforço por separar institucionalmente as esferas econômica e política. No entanto, não há registros históricos dos períodos tribal, feudal ou mercantil que demonstrem a viabilidade de uma sociedade que não organize politicamente, mesmo que de forma simplificada, a produção e distribuição de bens.

A desvinculação entre economia e política, arriscamos, atuaria como estratégia de dominação, uma forma de submeter grupos e indivíduos à lógica de mercado. A desregulamentação econômica e competitividade do/no mercado teriam sua expressão política no individualismo. Segundo Adam Smith (1999), a concorrência, a competição é capaz de aniquilar qualquer simpatia. Para o autor, simpatia é um sentimento moral espontâneo, presente quando somos capazes de compreender o sofrimento de outrem. No entanto, a atual divisão do trabalho e a rotina atuariam como agentes embrutecedores das relações na medida em que impedem que a simpatia aflore espontaneamente.

A competição como processo hegemônico de socialização tem substituído a simpatia por egoísmo. Na esfera macro econômica, para Marcos Arruda (1995), os efeitos dessa lógica se traduzem em privatização, desregulação, abertura dos mercados e globalização competitiva; em relação ao plano político, é perceptível a transferência do poder de decisão para instituições da esfera global esvaziando a ideia de soberania das nações. Do ponto de vista do indivíduo, a competição é a única maneira de ter acesso aos

bens de consumo. Apenas simpatia seria capaz de resgatar os pilares comunitários enquanto promotores da coesão social e, conseqüentemente, o restabelecimento de patamares mínimos de bem-estar.

Para Polanyi, há exemplos de sociedades que desenvolveram sistemas baseados na reciprocidade e o fizeram à margem das relações comerciais mediadas pelo lucro e competição, atingindo um grau de complexidade capaz de organizar a vida em sua totalidade. Cita o exemplo dos trobriandeses, caso já estudado por Mauss.

Embora os processos de globalização como os descritos anteriormente tendam a suprimir os projetos não centrados no mercado e no capital, é possível perceber redes atuando no sentido contrário. Buscando resgatar o trabalho e as relações econômicas como constituidores de identidades.

Nas palavras de Marcos Arruda:

Não se trata apenas, como veremos, de experiências fragmentárias e isoladas entre si. Trata-se da construção de redes não hierarquizadas de relações econômicas e humanas que têm como valor central o homo, seu trabalho, seu saber socialmente acumulado, sua criatividade, e como objetivo a resposta às necessidades materiais e imateriais de cada pessoa e coletividade de forma justa, fraterna e sustentável. (2003, p. 224)

De acordo com os autores, não seria possível separar as relações econômicas das relações políticas uma vez que a primeira só existiria em função da segunda, ou seja, há sentidos e razões sociais nas relações econômicas que vão além de garantir a reprodução material da vida.

Mesmo considerando que o objetivo declarado do encontro seja a troca dos produtos já é possível perceber outras motivações: a criação de um grupo de pertença, no qual os indivíduos sentem-se à vontade para partilhar seus saberes e passam a construir coletivamente uma interpretação para o mundo. O compartilhar significados atua como uma espécie de cimento para as relações, como já referido.

Ainda que o primeiro movimento de aproximação do grupo tenha se dado na maioria dos casos pela busca dos alimentos, os ganhos morais sobressairam em relação a essa motivação inicial. Certamente que nem todos os que buscaram o grupo com essa finalidade se identificaram com o que encontraram. No entanto, como é possível perceber nos momentos de mística dos encontros, é constantemente reafirmada a importância do grupo como espaço de ação coletiva e de construção de identidades individuais.

Os ganhos morais obtidos a partir do grupo possibilitam a constituição de uma espécie de *coletivo de confiança* (SILVA, 2008), espaço no qual é possível retomar narrativas individuais calcadas em um indentidade social reconhecida. É esse movimento de passagem da percepção de si como alguém que “não serve mais pra nada” para a consciência de que “aqui ninguém é melhor do que ninguém” que possibilita, por exemplo, o sair de si como um exercício de solidariedade concreto, em que a necessidade do outro pode ser maior que a minha e eu posso ajudar.

Um passo fundamental para essa transição é o empoderamento através da fala. O “saber falar” e o “aprender falar” experimentados no grupo estão na base do que denominamos aqui de uma nova sociabilidade como veremos a seguir.

4. CONSTRUINDO SOCIABILIDADES

“O Troca ensina as pessoa a falar, primeira coisa.”(Célia)

A hipótese central do trabalho diz respeito a sociabilidades em construção a partir do Clube de Trocas que proporcionem um duplo movimento: distancimento da sociabilidade violenta como apresentada por SILVA (2008) e o restabelecimento de laços de sociabilidade primária como apresentou CASTEL (1999). Os elementos que elencamos para amparar a hipótese giram em torno do “falar” e do “saber falar”, como uma via de mão dupla, se as entrevistadas relataram a necessidade de aprender a falar, por outro lado, por parte da pesquisadora, foi preciso aprender a falar como elas para acessar algumas áreas e assuntos permitidos apenas “para os de dentro”. Foi preciso ainda perceber a importância da fala nas trajetórias individuais e coletivas no Clube de Troca, o que implica no duplo do saber falar, o saber a ouvir.

Um dos questionamentos possíveis quanto a importância do “falar” como elemento de análise é se as entrevistas não “falavam” antes. Pergunta feita a elas, inclusive. Contudo partimos da compreensão que a fala no espaço público ganha outro sentido, outro status. Como se dizer sua palavra fora de casa concedesse o estatuto de “gente”.

Essas considerações são necessárias a partir do momento que nos aproximamos do espaço doméstico e como este é apreendido por elas. Retomando algumas reflexões sobre o que era considerado trabalho para as participantes lembramos que o trabalho socialmente útil era apenas o remunerado, formal, os afazeres domésticos não se enquadravam nessa categoria.

A importância de “aprender a falar” fora de casa também se torna compreensível ao tomarmos os relatos de algumas entrevistas quanto as relações familiares. Ainda que quase a totalidade das participantes sejam provedoras de suas casas a figura do marido ainda concentra poderes capazes de cercear suas ações e sua palavra: “ele vai e volta, como tudo que eu compro.

O falar no espaço privado torna-se, por vezes, muito mais difícil que no espaço público. Como no relato acima a única solução para o problema apresentado pela entrevistada era vender a casa que tinha construído com tanto sacrifício, do contrário não se veria “livre” do marido. É como a cidadania, a capacidade de acessar e usufruir seus

direitos parasse na porta da casa, em casa a lei que vale é outra. Ou seja, a reprodução material da vida é um dos problemas, antecedido pelo problema do não reconhecimento de sua cidadania no espaço doméstico. O capitalismo e suas perversidades só agudizaram essas condições.

Por essas razões o falar em público é uma conquista e um aprendizado, capaz de informar novos padrões de conduta, que segundo nossa hipótese se irradiam também para espaço doméstico.

Segundo Richard Sennett (1999) na obra *A Corrosão do Caráter*, uma das principais características do capitalismo flexível é que ele retira dos indivíduos a possibilidade de *desenvolver uma narrativa de identidade*. Em sua nova forma o capitalismo possibilita apenas fragmentos episódicos, as reengenharias do tempo, transformado em produto, mercadoria aos olhos de Marx, ou jaula de ferro segundo o olhar weberiano, demonizam qualquer forma de rotina sem considerar, contudo, que “imaginar uma vida de impulsos momentâneos, de ação a curto prazo, despida de rotinas sustentáveis, uma vida sem hábitos, é na verdade imaginar uma existência irracional”. (GIDDENS *apud* SENNETT, 1999, p. 50).

A vida em fragmentos deixa pouco ou nenhum espaço para construção de laços de reciprocidade ou mesmo de confiança, central para aprofundar a compreensão do objeto em questão. Adentrar as discussões sobre violência, por exemplo, está repleto de acordos tácitos desconhecidos para indivíduos alheios ao cotidiano da comunidade. Há falas não autorizadas, mais que isso, a fala, o falar, e, sobretudo, o falar corretamente mostrou-se senão o único instrumento de poder, o mais acessível. Desde os primeiros relatos e mesmo em outros grupos que tivemos oportunidade de conhecer, o Clube de Troca, se podemos dizer desta forma, mostrou-se um divisor de águas atuando primordialmente como um espaço onde as pessoas podem falar e ser ouvidas:

“aqui a gente partilha tudo, até tristeza”. (Seu José)

“Eu gostei de vir que aqui a gente pode desabafar” (Cleonice, Clube de Troca Novo Amanhecer)

“Eu tinha medo de falar, de falar errado, de falar alto, eu comecei e me isolar” (Sílvia)

“Que nem eu parei de trabalhar, fiquei em casa sem poder conversar com as pessoas, sei lá, conversar, explicar porque você tá sentindo, comigo não tinha isso, cada dia que passava o problema de saúde ia aumentando mais, porque daí você vai acumulando problema no seu corpo [...]” (Célia)

“A Joana disse ‘eu vou te levar [no encontro do Clube de Trocas]’, aí eu disse ‘eu vou, eu vou conhecer, mas cê sabe quando cê tá com depressão, tá pra baixo, não tem o que faz a gente mudar [...], daí cheguei no Troca e fiquei com medo deles não me aceitarem, porque quando a gente tava chegando lá a Joana falou: Silvia, pode ser que hoje você não participa, você é uma visita só e se eles te aceitarem a partir de hoje você já faz parte do grupo, senão te aceitarem, daí não sei quando, só quando tiver uma vaga, não fica chateada [nesse grupo o número de participantes era limitado em função da distribuição de cestas básicas]. Eu falei ‘não, não’, mas eu pensava como que ela me chama e daí aqui que ela vai me avisar, depois chega lá eles não vão me aceitar eu vou voltar chateada, daí acho que eu não devia ter nem vindo. Daí lá tinha bastante gente, na hora que ela falou, comentou [consultando sobre o ingresso no grupo], eles tem uma coisa que eles são muito unido, quando um tava falando todo mundo ficava ouvindo, prestando atenção, daí a Adriana [assessora do grupo], quem resolve é vocês, o grupo é de vocês, se quiserem que ela entra pro grupo vocês resolvem [...] no primeiro dia eu não tinha levado nada pra trocar [...] aí resolveram, cada um deu uma opinião, sei que daí eu fui acolhida no grupo no mesmo dia, eu já trouxe o mantimento, daí pra cá comecei, quando eu comecei eu tava passando por muita dificuldade, e as vezes tava sem nada, eu vivia do salarinho do bolsa família. [...] no primeiro dia eu chorei muito, nem consegui falar, no segundo dia eu disse: eu tenho que falar, eu tava com vontade de falar, eu tinha que agradecer, mas tinha uma coisa que me segurava. (Silvia)

O *falar* a partir dos relatos está diretamente relacionado ao *saber* e o saber valorizado socialmente é o saber escolar. Há um trabalho intenso por parte dos assessores que acompanham o grupo no resgate do saber popular como um saber válido. Cada encontro é aberto com um momento chamado de mística no qual são feitas reflexões a partir de imagens, símbolos, cartazes, etc., em um deles lia-se: “todos têm um saber que deve ser valorizado. O mundo não pode se dividir entre os que sabem e o que não sabem”. A frase expressa o movimento realizado pelos participantes ao longo dos encontros de resgate e valorização das trajetórias e saberes individuais.

Em um dos momentos de entrevista em grupo a temática do falar apareceu de forma mais articulada e explícita. Sete das mulheres com quem foi possível um contato mais profundo vieram do interior do estado, de comunidades rurais. Há um contraste estabelecido a partir de situações cotidianas que delimitam os contornos do urbano e do rural, de forma hierárquica, inclusive. Os padrões de conduta, o vocabulário, o sotaque da “cidade” são tomados como a maneira correta de falar.

A saída do campo com destino à capital já se dá acumulando desvantagens objetivas e subjetivas. Todas relataram que trabalhavam na lavoura em pequenas propriedades familiares, uma declarou ter trabalhado também como bóia-fria. Com acesso bastante restrito à educação formal, entre as sete mulheres com quem conversamos mais detidamente, e mesmo com Seu José que participa assiduamente do grupo, os relatos

indicaram pouca escolarização, a maioria não ultrapassando o analfabetismo funcional, no qual há um domínio mínimo da leitura e da escrita¹⁰.

Partindo disso, ao chegarem em busca de colocação profissional, encontraram o mercado de trabalho bastante seletivo e restritivo, exigindo cada vez mais qualificações e especializações técnicas. As colocações possíveis restringiram-se à área de limpeza e conservação, como empregadas domésticas, sem vínculo empregatício ou como zeladoras de condomínios, o que possibilitou a uma delas a aposentadoria por invalidez, duramente recebida pela beneficiária: “eles queriam me aposentar por invalidez e eu não queria aceitar isso [...] daí eu decidi ‘vou deixar eles me aposentarem, mas não vou ficar inválida’”.

Entre as sete mulheres, apenas uma relatou dedicar-se exclusivamente aos trabalhos domésticos desde que veio do interior, sendo o sustento familiar provido pelo marido.

A compreensão desse processo, especialmente a impossibilidade de adequar-se às exigências do mercado de trabalho, nos dão a dimensão do *falar* na trajetória de cada uma delas. Deixar para trás os vínculos familiares e partir para a cidade grande contando apenas com uma escolarização precária, somada às limitações para o desenvolvimento de uma identidade profissional garantidora de proteções, colocou essas mulheres em uma situação de vulnerabilidade, uma vez que as proteções próximas da família e comunidade, como denominou Castel, já não estavam presentes.

Mesmo com todas as dificuldades, a vinda para as imediações de Curitiba representou uma melhora significativa nas condições de vida:

“eu arrependo de não ter vindo antes. A vida inteira aqui eu trabalhei de diarista, acho muito melhor trabalhar de diarista aqui do que trabalhar na roça igual nós trabalhava lá, porque eu acho que cansa menos e porque paga melhor.” (Dalva)

O que adiantamos e que será melhor desenvolvido à frente, é que o Clube de Troca se estabeleceu como um espaço de acolhida que permitiu a ressignificação e consequente revalorização do próprio saber: “o pessoal diz: ele não fala o português correto, eu acho que o português correto é o que você entende.” (Silvia). O que não significa, contudo, que a sociabilidade aprendida durante a vida no campo tenha sido esquecida ou mesmo que o modo urbano de falar ou se comportar tenha sido completamente apreendido:

¹⁰Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br/pesquisa/artigos/HADDAD/cap1.html>>. Acesso em: 10 jan 2012.

“Eu fui pro norte do Paraná, eu me senti bem, todo mundo fala do jeito que eu falo [...] hoje aqui na cidade é tudo diferente, pequenininho já querem ensinar a criança a falar diferente, falar direito, falar não sei como, e eu não sei até que ponto as coisas de hoje é bom pras pessoas, porque eu acho que o mais certo era deixar espontâneo.” (Silvia)

Ao tratar, portanto, de novas sociabilidades em construção, não podemos ignorar o *falar* como um novo padrão de sociabilidade central e determinante principalmente para as mulheres que participam dos grupos.

O *falar* dentro do grupo parece receber outro caráter em relação a espaços como a família e nas relações de convivência com a vizinhança. A fala no Clube de Troca vem sempre acompanhada da escuta, que embora aparente, não é tão óbvia assim:

“aqui a gente faz o que a gente quer, *a gente tem vez e voz*, no grupo não tem ninguém melhor do que ninguém, se você chegar no grupo você é bem acolhido, você pode falar o que você quiser, você pode desabafar, ninguém te repreende, se você tá com problema você chega lá, você fala, se você tem uma coisa que não gostou no grupo você pode falar, a gente não briga, a gente procura resolver junto.” (Silvia, grifamos)

“que nem, quando eu parei de trabalhar fiquei em casa sem poder conversar com as pessoas [...] e no grupo não, a gente conversa, se um não concorda a gente conversa com todo mundo por que que não concorda, a gente brinca, conversa de novo, mostra onde tá o erro, e assim a gente vai se libertando, vivendo, é uma vivência. (Celia)

Essa possibilidade de falar e ser ouvido está diretamente relacionada à superação do individualismo negativo. Do ponto de vista dos valores, as culturas conhecidas como tradicionais, às quais se alinhavam valores como a cooperação e solidariedade, perderam espaço para o que Castel (2009) chamou de individualismo negativo.

Assistimos na modernidade a emergência da noção de indivíduo como um ser autônomo, moral e sobretudo independente. De certa forma esse indivíduo moderno não estaria mais sob os auspícios dos enquadramentos coletivos que o privavam das expressões de suas particularidades. Partindo da leitura de MORAES (2006) seria uma “forma de existência mais ou menos descolada do coletivo ou da comunidade” (p. 70), desobrigando-o das submissões medievais.

O que para Castel (2009) tornou-se um problema é que a figura de um indivíduo empreendedor de si mesmo, “senhor de seus empreendimentos” (p. 596) encobriu uma das faces perversas da modernidade em que se combinam a total independência dos indivíduos com sua completa ausência de consistência.

Se por um lado este indivíduo está, em alguma medida, livre dos encastramentos

coletivos, por outro, ao pertencer unicamente a si mesmo, está superexposto. Desprende-se do tecido social e deixa de contar com redes de proteção próximas. A imagem utilizada por Castel para definir esse indivíduo é de um ser flutuante no tecido social, sem amarras, mas também sem alguém a quem recorrer.

Trata-se de individualismo competitivo, diferente do alinhado à ideia de respeito à liberdade individual. O outro, neste modelo competitivo de sociedade, é a ameaça à vaga de trabalho, à cadeira na universidade etc. A competição sem freios ou regulamentação se coloca como a única maneira de ocupar posições uma vez que elas não existem para todos.

Além disso, o autor chama a atenção para o fato de que há contradições no atual processo de individualização. Há uma polarização, um abismo: de um lado os que podem associar individualismo e independência por terem garantidas prerrogativas econômicas e sociais básicas, de outro estão os que percebem esse individualismo como como um fardo, mesmo uma cruz porque significa falta de vínculos e ausência de proteções (CASTEL, 2009, p. 610).

O cenário torna-se ainda mais preocupante na medida em que se constata, por exemplo, que é uma ilusão supor que a elevação no nível de escolaridade, embora legítima e necessária, seria capaz de garantir de alguma forma colocação no mercado formal de trabalho. Estamos diante de um novo problema: a possível não empregabilidade dos qualificados. (CASTEL, 2009, p. 521).

A questão chave para o autor quanto à precarização do emprego e o aumento do desemprego é que ambas representam a manifestação de um déficit de lugares ocupáveis na estrutura social. Posições essas associadas a uma utilidade social e reconhecimento público:

O salário reconhece e remunera o trabalho 'em geral', isto é, atividades potencialmente úteis para todos. Assim, na sociedade contemporânea, e para a maioria de seus membros, é o fundamento de sua cidadania econômica. Também está no princípio da cidadania social: esse trabalho representa a participação de cada um numa produção para a sociedade e, portanto, na produção da sociedade. É assim o ponto médio concreto sobre o qual se constroem direitos e deveres sociais, responsabilidades e reconhecimento, ao mesmo tempo sujeições e coerções. (CASTEL, 2009, p. 581)

O déficit de lugares está na raiz da desvinculação, ou mesmo da invalidação social sofrida pelos *desfiliaados*. Robert Castel não utiliza a expressão *exclusão* ou *excluídos* por considerar que estas mascaram um processo dinâmico, construído socialmente de

invalidação social. Para este contingente a identidade pelo trabalho está perdida. Os ‘inúteis para o mundo’ teriam poucas escolhas: a resignação e a violência esporádica, ambas autodestrutivas.

De acordo com esses valores o outro é concorrente e não colaborador, ao dar “voz e vez” a todos há uma resignificação da autoridade, se garante o respeito à individualidade, porém realizando o movimento do deslocar-se de si para ouvir o outro, o ponto de vista do outro.

Para Émile Durkheim, um dos fatores integradores e capazes de superar esse individualismo nas sociedades organizadas pela solidariedade orgânica é o trabalho, ou mais especificamente a divisão social do trabalho, uma vez que é capaz também, somado a outras instituições, de gerar identidade. Retirando o trabalho da constituição do indivíduo podemos originar identidades fundamentalistas, baseadas unicamente na religião ou no partido, por exemplo.

É possível que a utilidade econômica da divisão do trabalho tenha algo a ver com esse resultado, mas, em todo caso, ele supera infinitamente a esfera dos interesses puramente econômicos, pois consiste no estabelecimento de uma ordem social e moral *sui generis*. Há indivíduos ligados uns aos outros que, não fosse esse vínculo, seriam independentes; em vez de se desenvolverem separadamente, concentram seus esforços; são solidários, e de uma solidariedade que não age apenas nos curtos instantes em que os serviços se intercambiam, mas que se estende bem além disso. (DURKHEIM, 1999, p. 27)

O cimento das relações sociais estaria na construção da reciprocidade como valor intrínseco, as partes estariam comprometidas entre si. A reciprocidade seria, em outras palavras, todos perceberem que precisam de todos. Teria a capacidade de gerar coesão em dois níveis: integrando o indivíduo ao sistema e integrando as partes do sistema. No caso do **Mulheres na Luta**, o primeiro nível no qual se estabelece essa reciprocidade está no par *fala-escuta*. Ser ouvido, ouvida por um grupo de pessoas significa, no plano subjetivo, tomar consciência de que o que tenho a dizer tem alguma importância. Objetivamente, essa tomada de consciência implica e se externaliza em um conjunto de outras mudanças como a redistribuição dos trabalhos domésticos “eu venci os dois lá de casa, agora até roupa eles lavam”, a retomada de antigas atividades que são vistas agora como trabalho: “meu crochê tava adormecido dentro de mim”.

Marcel Mauss em sua obra **Ensaio sobre a Dádiva**(1974), se dedicou basicamente ao estudo da reciprocidade. De acordo com Mauss, dar-receber-retribuir seriam elementos fundantes, obrigações que forçariam as dádivas a circularem, a serem

trocadas e retribuídas. Embora a retribuição se coloque como uma obrigação, Mauss ressalta que mesmo de forma paradoxal há o caráter voluntário e livre da dádiva. Fala e escuta se estabelecem no interior do grupo como dádiva em si, e como geradora de outras manifestações da dádiva na medida em que são o ponto de partida para outras trocas materiais e imateriais.

Para o autor, há uma força na coisa dada que faz com que o donatário a retribua, ainda que seja livre para não fazê-lo. Uma das respostas possíveis estaria no fato de que não se trocam apenas objetos, bens, coisas economicamente úteis. Trocam-se, sobretudo, nas palavras do autor, 'gentilezas'. Percebemos isso no trabalho de campo ao dar-nos conta de que muitas das mulheres participam de atividades como o Clube de Troca porque através dele conseguiram superar problemas que poderíamos alocar no campo das subjetividades.

É recorrente nos relatos, sobretudo quando perguntadas sobre o que mudou em suas vidas depois que passaram a participar, afirmarem enfaticamente que se encontravam deprimidas, doentes e sem qualquer disposição para os afazeres mais simples do cotidiano ou mesmo para as relações com familiares e vizinhos.

Foi esse cenário encontrado que nos fez mudar a pergunta inicial do trabalho, não no sentido de mudar sua essência, mas de ampliar as possibilidades de leitura. Não era suficiente perguntar se essa experiência de Economia Solidária gera ou não emancipação material, mas se perguntar que outras coisas as pessoas vão buscar em grupos como esses.

Para além dos objetos trocados as e os participantes encontraram no Clube de Troca um espaço em que poderiam encontrar amizade, respeito e o principal, alguém que os escutasse. Isso se assemelha às palavras do próprio Mauss:

Se se dão e se retribuem as coisas, é porque se dão e se retribuem 'respeitos' – dizemos ainda 'gentilezas'. Mas é também porque o doador se dá ao dar, e, ele se dá, é porque ele se 'deve' – ele e seu bem – aos outros. (MAUSS, 1974, p. 129).

De acordo com o autor, é a pessoa mesma que se doa no objeto, que não é inerte, mas preserva algo do doador que o vincula e obriga com o que recebe o objeto doado. Nesse sentido, há recomendações expressas que os objetos a serem trocados durante os encontros do Clube sejam produção própria. É um esforço para associar as trocas por necessidade ao resgate da capacidade produtiva, uma vez que as e os participantes, como se percebe pelos relatos, chegam dilacerados e incrédulos de sua própria

capacidade.

Segundo Émile Durkheim (2004), as sociedades complexas se organizam segundo uma igualmente complexa divisão do trabalho social. A função dessa divisão seria assegurar o equilíbrio que, por sua vez, garantiria a coesão social. Porém, em sua forma patológica, a atual divisão do trabalho deixou de produzir coesão produzindo desintegração e anomia, afetando de forma mais aguda alguns segmentos da sociedade: mulheres, pobres, negras, moradoras de periferia e com pouca escolarização.

A participação em um grupo exerceu o papel que o mercado formal de trabalho deixou de fazê-lo. Como explica Celia, depois que precisou ser afastada do trabalho por problemas de saúde: “eu entrei em depressão... eu dizia 'a gente não presta pra nada mesmo'”. Após os primeiros encontros foram, de acordo com os relatos, se sentindo mais valorizadas, as produções que levavam as fizeram perceber que tinham conhecimentos e experiências que poderiam ser trocados e que ajudariam muitas outras pessoas:

“e faz bem pra gente vim aqui, a gente não entra em depressão. Eu trabalhava como zeladora, faz um ano que eu parei, eu saí, fui obrigada a sair, não tinha mais condição. Eu tinha que ficar no serviço, mas não podia trabalhar porque desgastou a cartilagem então não tinha mais condição de mexer com limpeza, o médico disse que eu tinha condição, mas eu voltei e não aguentei [...] aí eu achei melhor lutar, aí falei: vou lutar pela minha vida!” (Celia).

Nesse sentido, a participação no grupo passou a constituir a identidade de seus participantes na medida em que se identificaram com os demais e se sentiram de alguma maneira 'úteis', ao poderem ensinar o que sabem e aprender coisas novas, mesmo com a pouca escolaridade que têm.

Para Mauss, assim como para Durkheim, não são indivíduos que se implicam nas trocas, mas coletividades que se obrigam mutuamente, as pessoas presentes no contrato, ou algo que o valha, são pessoas morais. Assim sendo, há uma representação coletiva, compartilhada pelas participantes a respeito do grupo, de si próprias, do bairro. Foi através desse conjunto de representações que acessamos por meio das falas que possibilitou compreender esse novo padrão de sociabilidade em construção.

Em diversos momentos procuramos apreender as representações individuais e coletivas a respeito do bairro onde acontecem os encontros. De acordo com notícias veiculadas em meio digital, o município onde moram vem sendo *tomado por uma onda de violência*¹¹. No entanto, afim de não direcionarmos ou mesmo induzirmos as respostas, a

¹¹ Notícia disponível em: <<http://bandab.pron.com.br/jornalismo/em-onda-de-violencia-inedita-almirante->

pergunta inicial era “como é viver aqui?”. Os primeiros relatos davam conta de afirmar que é um bom lugar pra se viver, sempre associados a comparações com a vida no interior do estado e o trabalho na lavoura. Apenas uma entrevistada falou no primeiro contato mais diretamente sobre violência: “a vida inteira eu morei aqui, criei meus filhos aqui, eu gosto, o que acontece é que é violento” (Dalva).

A partir desse relato procuramos nos aprofundar no sentido do que a entrevistada estava chamando de violento, violência:

“tem muita droga, por isso que eu acho que tem a violência, principalmente por causa da droga, se não fosse isso não tinha [...] e com a droga vem outras coisas, com nós [no grupo] tem uma que perdeu o filho por isso, ele usava droga, pra começar a usar eles dão, depois...” (Dalva)

Mais adiante, perguntamos sobre a presença da polícia na comunidade:

“é uma coisa que eu vou dizer pra você, eu não sei como, oque as policia faz que não fazem nada [há uma perceptível mudança no tom de voz agora quase sussurrado] a gente já viu pega gente que vende as coisa, sabe que vende, mas vai lá [com a policia] e já volta, tá na rua, alguma coisa tem de errado.” (Dalva)

Essa mudança no tom de voz ao falar sobre a atuação da polícia nos remete novamente ao *falar* e, nesse caso, ao *não falar* como um padrão de sociabilidade. Nesse caso, um padrão de *sociabilidade violenta*, conceito desenvolvido por Luiz Antonio Machado da Silva (2008) no livro *Vida sob Cerco*. De acordo com Machado, este caracteriza-se pela imposição mediante o uso da força da vontade de uns sobre outros, não há entre os atores compartilhamento de valores que pudessem em algum nível regular o uso da força física.

A ausência desses valores ou de qualquer outra espécie de regulamentação retira a possibilidade de previsibilidade das ações, retirando dos atores a possibilidade de estabelecer uma rotina. Todas as atividades cotidianas e assuntos dos moradores comuns são influenciados pela sociabilidade violenta. Em uma das comunidades visitadas, por exemplo, reuniões à noite só poderiam acontecer na Igreja e para estudar bíblia.

Na sociabilidade violenta, o uso da força física aplicada ilicitamente é transformado de meio para obtenção de interesses em princípio norteador das ações. Não é mais possível acessar instâncias políticas ou morais, os agentes desse ordenamento não se pautam por referências coletivas, mas pela satisfação imediata de seus interesses, sendo

que a única resistência oferecida é a força de outrem. Machado afirma ainda que referências como amizade, afeto, relações familiares, foram substituídas por uma cadeia de submissão organizada hierarquicamente pela força.

Para os moradores sujeitos à sociabilidade violenta há uma dupla dominação: de fora da comunidade são vistos como violentos, visão que novamente associa pobreza e crime, mais que isso, compõem o extrato inferior na estrutura social, por outro lado, são forçados internamente a conviver com o padrão de sociabilidade violenta imposto pelos criminosos.

De um lado temos então um senso comum alimentado midiaticamente que associa pobreza e violência e os moradores de periferias ao crime estabelecendo uma segregação violenta, mais que isso, produzindo uma crescente deslegitimação de suas demandas. A proximidade física entre moradores e criminosos é, com frequência, interpretada como uma proximidade também moral, ou seja, o que para os moradores é uma situação de confinamento compulsório, a outros olhares é convivência.

O que se interpreta como convivência, o silêncio ou diferentes formas de omissão não podem ser tomados como evidência de passividade ou, mais grave ainda, de adesão ao crime ou a seus agentes. Constituem, antes de tudo, uma estratégia de sobrevivência e convivência, uma tentativa de defesa frente às ameaças à segurança pessoal, como para uma de nossas entrevistadas: “a gente sabe quando dá pra falar, quando não dá”. Os relatos sobre violência no caso do bairro só começaram a surgir após quase três anos de convivência e ainda assim quando estimulados.

De acordo com SILVA (2008, p. 24), os estigmas sociais sofridos pelos moradores dificultam e muitas vezes inviabilizam o acesso a soluções institucionais para os riscos que sofrem. Além disso, o medo e a desconfiança alimentados também por esses estigmas enfraquecem os laços sociais e comunitários, mesmo as relações de vizinhança capazes de restabelecer minimamente uma proteção próxima.

A outra face da dominação sofrida pelos moradores se dá pelo convívio forçado especialmente com traficantes que impõem sobre esses moradores um padrão de comportamento baseado na insegurança e imprevisibilidade. Quando falamos em padrão de sociabilidade violenta é preciso esclarecer que uma das principais angústias dos moradores, segundo SILVA (2008), é exatamente não conseguir prever como agirão os traficantes, não há o mínimo de previsibilidade porque não há valores comuns que possam orientar essas condutas. Padrão, portanto, diz respeito às consequências de atos

que venham a desagradar os operadores da sociabilidade violenta, “um ‘mal-entendido’ quase sempre resulta na morte de alguém” (p. 43).

Nesse sentido, Silva desenvolve a noção de *sociabilidade dos confinados* (2008, p. 15), obtida a partir de estudos em comunidades cariocas nas quais o convívio forçado entre moradores e agentes da criminalidade produzem uma sociabilidade regida majoritariamente pela “lei do silêncio”, nas palavras do autor “o confinamento geográfico cerceia-lhes também a palavra” (p. 15). Silêncio esse, como já dissemos, muitas vezes tomado pela mídia e/ou pelo senso comum como convivência.

O esforço em promover uma “limpeza moral” é constante, os moradores procuram continuamente demarcar moralmente sua distância em relação aos traficantes e ao crime, uma vez que a demarcação espacial e geográfica não é possível:

Dentro das favelas, os moradores também procuram deixar claro seu distanciamento moral em relação aos traficantes. Não fumar maconha, não cheirar cocaína, não se envolver em seus negócios e redes e não aceitar seus favores são formas de tornar clara para os vizinhos a condição de ‘pessoa de bem’ e a adesão a ordem institucional. (SILVA, 2008, p. 23).

No relato de uma das participantes do Clube de Trocas fica clara a angústia gerada pela possibilidade de associação dos familiares, especialmente filhos, ao crime: “eu tenho uma irmã que disse – pelo amor de Deus, deixa ele trabalhar lá, eu dou o dinheiro pra pagar o salário dele. Ela chegava e o menino na rua, era só pra ele fica ocupado, não tem onde deixar...” (Dalva). O filho da entrevistada possui um pequeno comércio no qual emprega alguns familiares, a irmã da entrevistada faz um apelo desesperado pra manter o filho adolescente “a salvo” das possibilidades do tempo ocioso.

Percebemos uma espécie de “rede de mães” que se mobilizam para “salvar” os filhos. Mesmo que a adesão ao crime não seja um destino inevitável, os jovens são percebidos em permanente risco de envolvimento. Nos estudos de comunidades no Rio Janeiro a atuação das mulheres, especialmente mães, se destacou como um “estatuto moral” capaz de impor respeito aos traficantes (SILVA, 2008, 23 ss), no caso da região onde está situado o grupo, como uma articulação responsável pela proteção direta, por exemplo quando as mães se organizam pra buscar os filhos que voltam a noite do colégio, ou ainda na colocação dos jovens em ocupações que os distanciem da criminalidade, especialmente do tráfico de drogas.

Poderíamos dizer, portanto, que a sociabilidade nas comunidades periféricas possui duas faces: a sociabilidade violenta acionada por alguns atores com o auxílio de

artefatos como armas, por exemplo, e a sociabilidade dos confinados acionada pelos membros da comunidade que precisam adaptar seu cotidiano de modo a evitar não apenas as manifestações da sociabilidade violenta, mas também evitar uma espécie de contágio moral.

A recorrente aproximação entre pobreza e violência é tributária de antigos fantasmas. Se antes eram temidas revoltas populares capazes de abalar a dominação burguesa, agora a violência associada aos territórios pauperizados e aos pobres, orienta políticas públicas de segurança cada vez mais segregacionistas.

A idéia do silêncio como estratégia de convivência e mesmo de sobrevivência está bastante presente no cotidiano das mulheres entrevistadas para este trabalho. Há alguns anos ganharam visibilidade diversos casos de execução de mulheres na região onde acontecem os encontros e onde moram as entrevistadas. Segundo a jornalista Alana Rizzo¹², foram cerca de 35 mortes de mulheres em condições semelhantes no período de 1994 a 2002, todas jovens com sinais de tortura e violência sexual, sendo que os corpos eram “desovados” em matagais afim de dificultar os procedimentos para reconhecimento das vítimas, uma vez que a maioria foi encontrada em adiantado estado de decomposição. Outras fontes da época¹³ dão notícias de 21 casos e, destes, apenas um teve as investigações concluídas.

Especulações da época davam conta de que as vítimas estavam de alguma forma ligadas ao tráfico de drogas e prostituição, como que num esforço de aproximar das vítimas com a criminalidade e tornar suas mortes menos impactantes ou mesmo legitimadas, como ilustra a fala da delegada responsável pelas investigações:

“elas, na maioria eram viciadas em drogas e tinham que vender o produto para sustentar o vício [...] quando já estavam sabendo demais sobre as atividades da quadrilha, eram sequestradas, mantidas como reféns, assassinadas e seus corpos ‘desovados’ no mato somente quando já estavam em decomposição”¹⁴

¹² Disponível em: <http://www.feminismo.org.br/livre/index.php?option=com_content&view=article&id=4136:aqfirmaq-que-assassinava-mulheres-em-almirante-tamandare-no-parana&catid=126:violencia-&Itemid=533> Acesso em: 23 nov.2011.

¹³ Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/22324/?noticia=TESTEMUNHAS+FALAM+DOS+CRIMES+EM+TAMANDARE>> Acesso em: 23 nov 2011.

¹⁴ Disponível em: <<file:///C:/Users/Maria%20Izabel/Documents/Temp/Testemunhas%20falam%20dos%20crimes%20em%20Tamandare%20C3%A9%20-%20Paran%C3%A1-Online%20-%20Paranaense%20como%20voc%C3%AA.htm>> Acesso em: 23 nov 2011.

Durante a realização de um dos grupos focais e a partir do relato das participantes de que o bairro era violento, foram perguntadas especificamente sobre esse caso das mulheres mortas, o que sabiam, como estava a situação naquele momento:

“a televisão falou que era prostituta, que vendia droga, mas não era, era trabalhadora, teve até a [cita nominalmente uma das vítimas conhecida por elas]. (Silvia)

“começaram a descobrir tem pouco tempo, ainda morre alguma, só que começaram a descobrir depois, ninguém sabe do que [do porque as mulheres eram mortas] eles pegavam, estupravam e matavam, eles ia achando a roupa conforme ela ia correndo, achava a calcinha perto do corpo. No fundo, no fundo a gente não sabe o que que é, sabe que é bandido mesmo.” (Dalva)

Algumas delas participaram de uma das inúmeras manifestações pela apuração das mortes, quando perguntadas se não tiveram medo uma delas respondeu: **“se a gente ficar quéta eles não vão parar [...] tem hora que dá pra falar, tem hora que não”** (Silvia). Destacamos essa fala por considerar que reflete de maneira clara o que representa o *saber falar* como um padrão de sociabilidade aprendido e apreendido. Não é suficiente saber o que e como dizer, mas quando e em que contexto.

O discurso, a linguagem o “aprender a falar” foram determinantes na superação do isolamento. De acordo com Maria Rita Kehl (1998) em *Descolcamentos do Feminino – a mulher freudiana na passagem para a modernidade*, uma das dificuldades das mulheres é deixarem de ser “objeto de uma produção discursiva muito consistente” (p. 15).

A partir de Saussure e sua diferenciação entre língua e linguagem, Kehl nos leva a refletir sobre a mobilidade que língua e linguagem produzem nos destinos dos sujeitos. Para a autora, se a língua está sujeita a modificações e evoluções impostas pelas práticas falantes, está aberta em teoria a possibilidade dialética entre narrativa e estrutura. Ou seja, alterar o uso da língua permitiria alterar os lugares que a cultura confere aos sujeitos.

No caso das mulheres do Clube de Troca, dizer *sua* palavra e encontrar audiência atenta e acolhedora criou no grupo um sentido profundo de pertença: “se acontece alguma coisa com uma dessas muié, todo mundo já sabe no outro dia” (Dalva). Para Sennett, quanto maior o senso de comunidade dos 'fracassados' do capitalismo, maior a capacidade de reorganizar as narrativas de vida de forma sustentável. Para ele, um lugar torna-se uma comunidade quando começamos pensar a partir de um 'nós'. As condições impostas pelo capitalismo flexível como as incertezas da flexibilidade, a ausência de

confiança e o “espectro de não fazermos nada de nós mesmos no mundo” (SENNETT, 1999, p. 165) levam as pessoas a buscarem ligações capazes de romper com esse ciclo:

“a gente vai na casa das pessoas pra incentivar elas ir no grupo e tamo fortalecendo aqui, a gente dá conselhos pras mulheres que ficaram na mesma situação que a gente, pensando né que o mundo acabou, que se a gente não tiver um emprego a gente não vive, é pra elas vim pro grupo conhecer que a gente pode viver com outros tipos de trabalho, não é só de empregado que a gente vive, é como fala na Economia Solidária a gente vive um outro tipo de vida, uma outra experiência, uma outra história, que a gente não conhece a gente pensa que não vai dar certo” (Silvia)

Nos primeiros contatos, nenhuma das entrevistadas relatou participação em Associação de Moradores ou Conselhos Comunitários. Já no segundo bloco de entrevistas e observações foi possível constatar um movimento para fora do grupo através da participação em outras atividades e cursos. Um deles, oferecido à comunidade, mas especificamente às participantes do Clube de Trocas, era sobre violência contra mulher e a Lei Maria da Penha:

“as mulheres aqui a gente fez um mês de curso sobre a Maria da Penha, depois do curso teve uma mulher que denunciou, já deu resultado, não deu cem por cento, mas já deu. Uma mulher vai falando com a outra, ninguém se prevalece mais, é um jeito de uma cuidar da outra, não vai enfrentar homem, é tudo pela lei, ninguém o obrigado a viver com ninguém...a menina fez o curso e o marido se emendou” (Dalva)

A possibilidade de organizar narrativas, tanto para os sujeitos da obra de Sennett quanto para as participantes do Clube de Troca, demonstrou ser o ponto de apoio, a alavanca através da qual é possível ultrapassar a noção de fracasso pessoal e ressignificar a própria trajetória, seus valores e práticas.

Nesse ponto é possível perceber o papel exercido pelo grupo. Ultrapassando o momento e o valor material das trocas propriamente ditas, a participação no grupo representou a possibilidade de criar vínculos e laços de confiança, o que o mercado de trabalho deixou de possibilitar. Além disso, o grupo se constituiu como um “mediador capaz de ouvir a indignação e a revolta moral e convertê-la em demanda política, acionando a linguagem dos direitos” (SILVA; LEITE, P2008, p. 59).

Dois movimentos pra fora do grupo merecem destaque: a participação na manifestação contra os assassinatos das mulheres na região e a participação no curso sobre a Lei Maria da Penha. Nenhuma dessas ações seria possível se antes essas

mulheres não tivessem aprendido a *dizer a sua palavra*. Pra que isso fosse possível foi necessário constituir internamente um *coletivo de confiança*, onde cada uma pudesse colocar suas angústias não pronunciadas ou não ouvidas em outros espaços: “eu tô saindo daqui aliviada, parece que saiu um peso”, relata uma das participantes do grupo **Mulheres na Luta** durante a avaliação de como foi o encontro.

Ao tratarmos, portanto, de um novo padrão de sociabilidade experimentado a partir do grupo nos referimos ao deslocamento de uma percepção de si orientada por perdas concretas e simbólicas acumuladas por essas mulheres. Ao migração do interior do estado e o enfrentamento das regras implacáveis de concorrência no mercado de trabalho se somam as dificuldades vividas no ambiente doméstico.

O “não saber falar” acompanhado do medo de “não ser aceita” pelo grupo estavam, na maioria das vezes, informados por um padrão de relações no espaço doméstico em que a cidadania ficou pra fora de casa. Por isso não cabe questionar se essas mulheres não falavam antes, falavam, mas na condição de *não-pessoas*.

Quando se introduz o elemento reciprocidade como base para as relações “falar” vem acompanhado de “ser ouvida”, o que representa nesse contexto o reconhecimento desse indivíduo como pessoa, alguém digno de ser ouvido por um coletivo, alguém que tem algo importante a dizer.

As questões sobre saber falar implicam também em saber hora certa de falar. O que explica, por exemplo, que as atividades do grupo ou mesmo as mulheres individualmente nunca tenham sofrido algum tipo de represália por parte de criminosos que controlam a região. O que Silva (2008) chamou de sociabilidade dos confinados explica essa postura. É preciso adaptar-se à lógica imposta pela violência sem que essa adaptação represente apoio ou conivência.

O estabelecimento de um coletivo de confiança possibilitou ainda que, mesmo diante desse confinamento da palavra e das ações, o grupo se mobilizasse contra o assassinato de mulheres na região. É um novo padrão de sociabilidade em construção que ultrapassa as resignificações individuais irradiando-se para a participação cívica e o reconhecimento do outro como um ser de direitos, ou como chamamos aqui, uma Rede de Proteção.

5. O CLUBE DE TROCAS E AS REDES DE PROTEÇÃO

“Uma mulher vai falando com a outra, ninguém se prevalesce mais, é um jeito de uma cuidar da outra” (Dalva)

A ideia central deste estudo gira em torno dos efeitos produzidos pela Economia Solidária através do Clube de Troca, efeitos que ultrapassariam as trocas materiais propriamente ditas. Ao nos referirmos às sociabilidades em construção nesse espaço, precisamos, para fins analíticos, de elementos concretos, observáveis, capazes de negar ou confirmar a hipótese de que há uma sociabilidade não violenta em construção nessa experiência.

Ao longo dos levantamentos empíricos nos deparamos com algumas iniciativas que poderiam nos dar pistas sobre a concretização da solidariedade ultrapassando os limites do Clube, tanto em casos particulares como em ações coletivas. Foi possível perceber uma frágil, porém eficiente Rede de Proteção sendo construída. Desde iniciativas simples: “minha filha vem à noite da escola, é longe pra buscar ela [no ponto de ônibus], mas aí o filho da vizinha também vem, então um dia eu vou, outro dia ela vai” (Silvia), até a criação da Padaria Comunitária como um espaço de geração de renda e de convivência: “se a gente vai trabalhar de diarista já não dá conta mais, agora com a padaria, pra mim, é uma ocupação” (Paula).

Ao nos referirmos à proteção precisamos compreender quais inseguranças motivam a criação dessa rede: afinal, proteger de quê? Robert Castel (2005) em sua obra *A Insegurança Social - O que é ser protegido*, nos ajuda a compreender em que consistem as proteções na modernidade. Para isso o autor faz duas considerações importantes, a primeira é que vivemos uma inflação da ideia de insegurança, como uma espécie de medo generalizado, “em todo lugar e em lugar nenhum”¹⁵, a segunda é a de que, não obstante essa inflação de medo e insegurança, ser protegido é uma necessidade *inscrita no cerne da condição do ser humano moderno*. (CASTEL, 2005, p. 90).

Não raro, durante o período de incursões ao campo, fomos questionados sobre os perigos de frequentar aquele município e bairro especificamente: “mas você não tem

¹⁵ Ver GLASSNER, B. *Cultura do Medo*. São Paulo, Francis, 2003.

medo de ir até lá?”, pergunta recorrente que explicita o medo generalizado e que novamente aproxima pobreza e violência. Para Castel (2005), o sentimento de insegurança não está proporcionalmente relacionado aos perigos reais que ameaçam as pessoas, no entanto, está bastante presente ainda o mito das periferias como lugares privilegiados do crime e da violência, e, mais que isso, assistimos à atualização da ideia das *classes perigosas*.

Nas palavras de SILVA, “o medo se reifica e se espacializa nos perigos imputados aos territórios da pobreza” (2008, p. 14), o que de forma quase automática reinvoca políticas de segurança pública baseadas exclusivamente na repressão a essas classes perigosas e no confinamento das mesmas. Não é tarefa simples, portanto, tratar da temática segurança pública a partir de referenciais como a promoção do bem estar. À população das periferias cabem medidas repressivas e não protetivas, o que explica, por exemplo, que as mães precisem se revezar para buscar os filhos no ponto de ônibus, porque a parada mais próxima de onde moram fica a cerca de dois quilômetros, é de difícil acesso e com pouca ou nenhuma iluminação pública em alguns trechos.

Chegamos ao ponto em que é inevitável não perceber os limites da ação estatal. Não que ao longo da história brasileira tenhamos alguma vez desfrutado de um Estado protetivo ou mesmo do Estado de Bem Estar, como o experimentado por países europeus e atualmente em vias de extinção. Mas o fato é que uma vez distantes do *estado de natureza*, definição hobessiana, foi o Estado moderno e democrático o responsável por assegurar que não retornaríamos a ele.

Certamente que o colapso atravessado pelas instituições estatais quanto a sua função e papel é reflexo de um movimento societal e civilizacional. Se por um lado as sociedades modernas são responsáveis pela emergência do indivíduo liberado das obrigações e submissões medievais, por outro lado essas mesmas sociedades como que desmontaram as redes que poderiam assegurar aos indivíduos algum nível de proteção; nas palavras de Castel, formamos um contingente de *indivíduos sem laço* (2005, p. 14).

Deste modo, não parece tão infundada a disseminação do medo e da insegurança como balizadores da sociabilidade contemporânea nas grandes cidades e suas periferias. A fala de uma das entrevistas demonstra essa angústia:

“a gente não sabe o que fazer, não tem a quem recorrer...[...] a gente tá numa vida que tem que andar de bicicleta, tem o dinheiro pra andar com carro, mas não pode, agora é só porta fechada, a gente só tem que se apegar na religião, e seja o que Deus quiser.” (Dalva)

No entanto, não pretendemos avançar nas questões relativas à presença ou não do Estado. A questão que nos orienta diz respeito ao fato de um grupo de pessoas romper com o ostracismo e optar pela solidariedade como balisadora das ações, apesar, ou melhor, a partir do déficit de serviços públicos de caráter protetivo e da exacerbação do individualismo em seus aspectos negativos. O que vai ao encontro da segunda observação de Castel quanto à necessidade quase ontológica de proteção dos indivíduos. Ainda que ser protegido não seja um estado “natural”, as proteções foram construídas e conquistadas historicamente.

Nas sociedades menos complexas, ou de solidariedade mecânica como classifica Durkheim, em que as proteções estão a cargo da família e da comunidade, o risco de desfiliação se dá pela insuficiência dessas instâncias em suprir a reprodução da existência e a proteção. Nesse caso, a proteção aos membros do grupo não está no âmbito das escolhas pessoais, mas trata-se da garantia do equilíbrio e manutenção do próprio grupo, para manter a coesão é absolutamente necessário afastar os riscos internos.

Já nas sociedades pós-capitalistas o afrouxamento dos laços de sociabilidade primária, na qual os indivíduos estão ligados e interagem a partir do pertencimento familiar e comunitário, bem como a complexificação da vida em sociedade, transformaram o atendimento aos carentes, por exemplo, em práticas especializadas. Orfanatos, hospitais, asilos, foram instituições criadas para assumir a proteção dos que antes estavam a cargo da comunidade. A essa nova configuração da assistência, Castel chama de sociabilidade secundária, em que o cuidado está desprendido do pertencimento familiar ou comunitário e se localiza em instituições especializadas.

Ainda que a institucionalização das práticas assistenciais tenha atingido certo grau de tecnicização, é inegável que o *social assistencial* (CASTEL, 2009) é, em muitos aspectos, tributário da moral e práticas cristãs. A igreja foi a primeira instituição a capitanear o social assistencial resolvendo com isso dois problemas: o atendimento aos desassistidos e a remissão da culpa pelo enriquecimento aplacada através das esmolas às instituições de caridade.

Uma questão importante a se colocar a respeito de como a modernidade se apropriou de alguns aspectos da moral cristã remete a princípios teológicos acerca da pobreza. Se por um lado está presente na prática cristã a exaltação da pobreza e do desapego como valores, por outro é muito forte a desqualificação do pobre,

especialmente o *pobre ruim* (CASTEL, 2009, p. 66). Os que se revoltam contra a ordem do mundo, criada por Deus segundo essa lógica, ou mesmo a não aceitação da pobreza, o inscrevem no plano das heresias e do pecado. Excluído da salvação, o pobre ruim é excluído também da assistência, afinal “o pobre mais digno de mobilizar a caridade é o que exhibe em seu corpo a impotência e o sofrimento humanos” (2009, 67).

Percebemos aí o primeiro critério para acessar a assistência: as limitações físicas, ou seja, a incapacidade de desempenhar alguma atividade remunerada. Além disso, outro critério indispensável é o pertencimento comunitário, a fixação em um domicílio, critério esse que exclui estrangeiros e mendigos, por exemplo. Mesmo a mendicância foi de alguma forma controlada mediante reclusão, que não significava necessariamente encarceramento, indivíduos que não comprovassem inaptidão para o trabalho não seriam aceitos para a mesma.

Os critérios cristãos ocultam com perversidade os contingentes de trabalhadores que por diversas razões não conseguiram colocação no mercado de trabalho. Desta forma, a conquista das proteções sociais mediante a inscrição no mundo do trabalho distanciou, de certo modo, os indivíduos da caridade cristã instituindo as proteções como direito, não como esmola.

Essa reflexão nos permite retomar alguns discursos presentes nos Clube de Troca, especialmente quando as participantes tiveram o primeiro contato que se deu, em quase todos os casos, em função da busca pelos alimentos ali distribuídos. Há um esforço permanente em reafirmar que *o troca* não é assistencialismo:

“ – se vai em prédio de rico eles troca [eletrodomesticos, móveis] e põe no lixo o antigo, eles podiam colocar essas coisas num lugar pra quem precisa... (Celia)
- mas aí não é troca solidária, no caso deles lá eles coloca as pessoas muito dependente deles, quer dizer, não tem é...não tem interesse porque sabe que vai ganhar, então eu acho que troca de Economia Solidária é diferente, eles doam, mas eles ensina as pessoas também a tá lutando pra não ficar dependente daquilo, quer dizer, acabou minha comida eu não vou esquentar que eu vou lá no troca eles me dão, acabou tal coisa coisa eu não vou me incomodar porque eu vo lá... aí a gente se torna uma pessoa inutil também. (Silvia)”

A criação da Padaria Comunitária representou muito mais que a criação de uma fonte de renda. Dá conta, mesmo que de forma precária, de reinserir as mulheres no mundo do trabalho reconhecido como tal: “já teve vez da gente tá em dois ou três, a gente fazia troca em dois ou três pessoas mesmo, agora com a Padaria a gente vai muito mais longe.” (Silvia).

A primeira Padaria Comunitária surgiu em 1996 no bairro Sítio Cercado, um dos mais populosos e carentes de Curitiba. Inspirada no Comitê de Ação Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que apoiava famílias desempregadas, a padaria pretendia complementar a distribuição de cestas básicas feita pelo comitê oferecendo pães a essas famílias a baixo custo e buscando insumos no comércio local e agricultura familiar.

Nesse primeiro grupo participavam doze mulheres. Atualmente são 27 padarias comunitárias em Curitiba e Região, mobilizando mais de 100 pessoas. Além disso, a produção se expandiu para pães, doces e salgados em geral. No caso da Padaria Comunitária, por exemplo, quando alguém do bairro procura a Associação de Moradores a fim de alugar o espaço para festas, há preços diferenciados: comprando os salgados, doces e bolo da Padaria Comunitária, há desconto no valor da locação.

Com isso, hoje é a Padaria Comunitária quem garante a manutenção da Associação de Moradores cobrindo as despesas de água e luz, como nos informou o presidente da Associação presente em um dos encontros do Clube de Troca. Além disso, as mulheres do Clube de Troca realizam eventos: bazares de roupa usada, feijoadas, 'quirelada' [prato a base de milho quebrado, carnes e condimentos] com o intuito de angariar recursos para custear pequenas melhorias no espaço físico.

A participação na Padaria Comunitária foi aberta a todos os membros do Clube de Troca. Apenas dez pessoas manifestaram interesse, destas nove mulheres e um homem, Seu José, cuja função é sair de porta em porta vendendo os pães, cabendo às mulheres a produção propriamente dita.

Capacitadas por mulheres de outras padarias, organizaram-se em uma escala de trabalho em que se revezam por dia, cada trio trabalha dois dias por semana, de segunda a sábado. A comunidade já se habituou e, além da oferta de porta em porta, muitas pessoas vão até a Associação comprar pães e demais produtos.

Como dissemos, a Padaria ultrapassa o objetivo de geração de renda, até porque segundo uma das entrevistadas "a partilha da padaria é tão pouca que se fosse só por isso eu era uma que não vinha" (Dalva). O que é possível perceber é que, assim como o Clube de Troca, a Padaria se constituiu em um espaço de restabelecimento da sociabilidade primária, onde seus participantes encontram apoio e algum tipo de segurança:

“Eu conheci mais gente, diferente, de que eu conhecia no trabalho, que as amigas do trabalho não são amigas, a gente pensa que é amiga, mas não é, a gente é enganada... pessoa que a gente sabe que é amiga mesma, que a gente sabe que pode contar com eles quando precisa, é aqui”. (Celia)

Segundo Castel, a impossibilidade de “ganhar a vida” por meio do trabalho coloca o indivíduo na condição de desfilhado, como um inútil para o mundo na medida em que sequer reúne as competências mínimas para ser explorado pelo mercado:

“era pra eu tá aposentada faz tempo, mas eles queriam me aposentar por invalidez e eu não queria aceitar isso. Daí eu ia trabalhar mais um pouco e ficava doente de novo. Até que eu não aguentei mais. Daí eu decidi: vou deixar eles me aposentarem, mas não vou ficar inválida, vou fazer outras coisas.” (Silvia)

Do ponto de vista social o que se produz a partir da desvinculação desses indivíduos do trabalho é um processo de *invalidação social*, eles não podem ser considerados atores sociais porque não *fazem* nada de socialmente útil, não ocupam desta forma um lugar na sociedade. Mais que isso, se tornam *incapazes de controlar sua vida a partir de seus próprios recursos*. (CASTEL, 2005, p. 27).

Esse processo de invalidação social é duramente internalizado e produz efeitos subjetivos nefastos, diversas vezes ouvimos “eu não sirvo pra nada mesmo”, como uma condenação. Por meio do trabalho, e não qualquer trabalho – o formal, remunerado e fora de casa que conta –, é possível construir uma trajetória coerente pra si e para o mundo; no momento em que essa possibilidade é retirada, se retira também a motivação para continuar vivendo: “Eu entrei em depressão sabe, pra mim nada prestava [...] eu não presto pra nada mesmo mais, alejada dos dois braços, perdi a força numa perna, o que é que vou fazer?” (Celia)

A sensação de insegurança é ampliada a ponto de, como afirmou Richard Sennett, nos encontrarmos à deriva, sem possibilidade de traçar uma narrativa coerente de si, de projetar e planejar o próprio futuro e dos seus.

Uma das principais inquietações das mulheres que frequentam o grupo diz respeito ao futuro dos filhos. Uma delas, por exemplo, diante da desmotivação do filho em frequentar a escola, tomou uma decisão interessante, voltou a estudar como uma forma de incentivar o jovem: “quando chove e ele vem com conversa de não ir, eu digo: não tá chovendo nem canivete nem facão, eu vou e você também.” (Celia)

Em outra situação já mencionada, uma mãe apela desesperadamente para arranjar

um emprego para que o filho adolescente não fique na rua: “eu tenho uma irmã que disse ‘pelo amor de Deus, deixa ele trabalhar lá’ [em uma pequena distribuidora de bebidas da família], ela chegava o menino na rua, era só pra ele fica ocupado, não tem onde deixar, eu dou o dinheiro para pagar ele”. (Dalva).

A falta de ocupação para os jovens é uma das principais preocupações: “pra criança tem coisa depois da aula, pros mais velho não tem, e devia viu, principalmente coisa que eles gosta [...] hoje a salvação é coisa que eles gosta, o meu neto se tiver futebol todo dia ele vai” (Dalva)

Quando perguntadas sobre as opções de lazer no bairro para os jovens, relataram alguns projetos de contraturno para crianças nas escolas, mas que não atendia os mais velhos. Havia uma local onde eram realizados bailes nos finais de semana, frequentado pelos jovens: “o baile que tinha aqui o prefeito fechou, fechou porque cada baile era três, quatro mortes, matavam muito” (Dalva).

As falas sobre si próprias, sobre os filhos ou os jovens em geral retornam sempre à temática do trabalho, quase como uma salvação. Estar fora dele, nesse sentido, é estar condenado em vários sentidos: vulnerável à ação dos traficantes, sem “serventia” em casa e na comunidade, inútil para o mundo.

Desde a década de 70, as mudanças ocorridas no mundo do trabalho colocam a questão da escassez de postos a serem ocupados por esse contingente populacional que não se encontra apto de acordo com os parâmetros mercadológicos. O fim do emprego, como ocupação formal acompanhada de benefícios e proteção aos trabalhadores, bem como mudanças na relação capital-trabalho é, de acordo com autores como Richard Sennett (2005) na obra *A Corrosão do Caráter – Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo* e Robert Castel (2005), a principal causa do sentimento crescente de insegurança.

Um conceito importante para compreendermos as atuais configurações do mundo do trabalho é *capitalismo flexível*, que, para Richard Sennett (2005, p. 9), descreve uma nova forma de organização do trabalho na qual se atacam formas rígidas e burocráticas, a rotinização, e exige-se dos trabalhadores agilidade, abertura a mudanças de curto prazo e que assumam os riscos dessas mudanças, ou em outras palavras: reinvenção descontínua de instituições, especialização flexível da produção e concentração de poder sem centralização (p. 54).

Ao apresentar os contornos do que chamou de 'capitalismo flexível', Sennett

paralelamente reforça os contornos do caráter do trabalho e seu papel organizador não só da reprodução da vida, mas também como produtor de subjetividades.

Entre as características desse capitalismo flexível está a substituição de formas burocráticas e piramidais de administração por sistemas de redes que estão redefinindo constantemente sua estrutura. Além disso, o controle sobre o tempo é vital na medida em que ele parece cada vez mais escasso, não há mais 'longo prazo'. Para que se estabeleçam laços de confiança capazes de permitir que o trabalho cumpra seu papel na constituição das identidades é preciso 'gastar' tempo. É essa dimensão do tempo no novo capitalismo que, para Sennett, mais afeta a vida emocional das pessoas fora de seus locais de trabalho.

A pergunta crucial para o autor é como pode um ser humano desenvolver narrativas de identidade e construir sua história de vida numa sociedade composta por fragmentos e episódios. Não há, nesse modelo, qualidades de caráter capazes de ligar os indivíduos uns aos outros e permitir que construam suas identidades, identidades sustentáveis, nas palavras de Sennett.

Não obstante a ausência de narrativas capazes de produzir identidades sustentáveis, o autor desnaturaliza a incerteza de nossa época. Ela se coloca sem que estejamos diante de uma catástrofe eminente, está matizada no cotidiano. Ou, dizendo de outra forma, somos lembrados pelo músico que 'o mundo está ao contrário e ninguém reparou'.¹⁶

Podemos ainda lançar mão de alguns referenciais sobre o contexto brasileiro. De acordo com Márcia Leite (2009), ao analisar a reestruturação produtiva no Brasil, alguns dos traços da chamada *corrosão do caráter* ficam mais evidentes. Desde a década de 90 e com a abertura dos mercados, o desemprego disparou, houve um aumento gritante da informalidade e o desassalariamento avançou. Essas mudanças culminam em um sério processo de aprofundamento das desigualdades, revelando o caráter estruturalmente predatório da industrialização brasileira.

O que, segundo Leite, torna a chamada reestruturação produtiva um problema social é que desemprego significa quase sempre exclusão. Somada à precarização, ambos emergem como tendências estruturais se agudizando conforme a região, a idade, sexo e raça.

16 Música 'Relicário' autoria Nando Reis, 2004.

A análise de Márcia Leite (2009) se aproxima dos estudos de Sennett no contexto norte-americano. O capitalismo flexível atual tem produzido mudanças estruturais na organização do trabalho gerando forte impacto nas trajetórias pessoais dos trabalhadores.

O controle sobre o tempo é uma das marcas dessas mudanças. Não há mais 'longo prazo', ao contrário, práticas como just-in-time¹⁷ o tornam cada vez mais escasso. Entre as consequências mais diretas desse 'encurtamento' do tempo há o arrefecimento das atividades sindicais, por exemplo. Segundo Sennett, é essa dimensão do tempo que mais afeta a vida emocional das pessoas fora de seu local de trabalho; para que se estabeleçam laços de confiança capazes de permitir que o trabalho cumpra seu papel na constituição das identidades é preciso 'gastar' tempo.

Sequestrar o tempo no capitalismo flexível é um dos fatores que o tornam corrosivo: ele retirou dos trabalhadores, com isso, a capacidade de desenvolver narrativas de identidade e construir histórias de vida. A sociedade no capitalismo flexível é composta apenas por fragmentos e episódios, não havendo nesse contexto qualidades de caráter capazes de ligar os indivíduos uns aos outros, impossibilitando dessa forma a construção de identidades sustentáveis. (SENNETT, 2005, P. 27). Sem saber que rumo tomar e incapazes de organizar narrativas de vida, esse modelo exige no presente uma constante reengenharia e nos subtrai o futuro.

Não obstante a ausência de laços capazes de engendrar narrativas de vida, podemos perceber que aptidões como ouvir e ser cooperativo são absolutamente necessárias ao capitalismo flexível, transferindo ao trabalhador a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso da produção. O trabalho em equipe, nesse caso, seria a face coletiva dessa nova forma de organizar o trabalho.

Contudo, as formas de trabalho coletivo não aproximam os trabalhadores enquanto classe, ou mesmo para que estabeleçam algum tipo de rede de proteção. Os aproxima, de fato, apenas para a realização de tarefas, mantendo o distanciamento necessário para se mudar de equipe quando muda a tarefa ou para dissimular a existência de conflitos e disputas internas.

Para autores como Richard Sennett e Márcia Leite, é necessário voltarmos o olhar para iniciativas da sociedade civil, que ganham relevância na atualidade. Ainda que

¹⁷ De acordo com a definição de Márcia Leite (2009) just-in-time é uma prática adotada no processo de reestruturação produtiva baseada no modelo toyotista de produção, diz respeito a otimização do tempo através do encurtamento do prazo de estocagem, produção e escoamento de mercadorias.

assistamos ao fortalecimento da ideologia neoliberal que defende a total separação entre as esferas econômica e política da sociedade, o novo pacto societal passaria, para Leite, por câmaras tripartites envolvendo governos, iniciativa privada e sociedade civil. Ainda segundo a autora, a regulação da esfera econômica entregue apenas ao mercado não é uma saída, tomá-la nos conduziria à repetição dos desastres históricos já conhecidos.

Tentando observar mais detidamente os efeitos do capitalismo flexível, Sennett observou grupos orientados etnicamente, gregos que atuavam como padeiros em Boston. Para o autor, perguntar sobre a classe não era suficiente para compreender os mecanismos que organizavam o trabalho da comunidade grega em Boston. Foi necessário perpassar as questões raciais e étnicas.

O “ser grego” os colocava em uma rede de cuidado e solidariedade mútuas. Era necessário se distinguir enquanto classe dos pobres e enquanto raça dos negros. Essa reflexão nos levou a perguntar no campo o que entre elas despertava a solidariedade. O que se constata de imediato a partir do perfil é que são mulheres, acima dos 40 anos, sem qualificação profissional e com pouca escolaridade. Mais que isso, mulheres que não se sentiam úteis para o mercado de trabalho e sem reconhecimento do seu trabalho no plano doméstico.

A constatação de Sennett quanto à rede de proteção entre os gregos acrescentou que, embora essa rede se colocasse como agregadora, do ponto de vista do trabalho, não suprimiu a tradução da condição material atrelada a questões de caráter pessoal. As pessoas são levadas a interpretar o trabalho individualmente, o sucesso ou o fracasso são resultado do aparato moral de cada um.

De acordo com o autor, ao tentar ler o mundo em torno de si mesmas, considerando a superficialidade com que se relacionam com o trabalho que deveria construir identidade, corre-se o risco de que, em função dessa superficialidade, não dispormos do código necessário para ultrapassar o nível em que todos se parecem iguais no falar, vestir, ver e que pode esconder diferenças mais profundas.

Nesse mesmo sentido é possível, ainda que superficialmente, perceber como as mulheres do Clube de Troca atribuíam a si mesmas o fracasso profissional e a apatia diante dos afazeres cotidianos sem, contudo, aprofundarem a compreensão para além do que estavam sentindo: [...] eu tinha raiva de uma senhora de 90 anos que tinha uma horta, eu não conseguia fazer nada e me dava uma raiva daquela mulher carpindo e eu não, eu não fazia nada [...] a pessoa queria viver e eu queria morrer (Celia).

A existência de *inúteis para o mundo* atesta de forma veemente o crescimento de uma vulnerabilidade de massa colocando um desafio teórico e político: *em que podem consistir as proteções numa sociedade que se torna cada vez mais uma sociedade de indivíduos?* (p. 595).

Os esboços de resposta à questão devem considerar que atravessamos um processo contraditório de individualização. Nunca foi tão alardeada a importância do 'eu', do indivíduo. Ser único, especial, é a meta síntese, alcançada quase que exclusivamente pelo consumo de bens cada vez mais inacessíveis a grande parte da população. Por outro lado, nunca se viu, como atualmente, esse processo de individualização ser sinônimo de isolamento, de ausência de referências, da ausência de apoios e redes de amparo.

Para Castel, há uma polarização entre os que podem associar individualismo e independência, porque têm assegurada sua posição social, assim como seu padrão de consumo, e os que *carregam sua individualidade como uma cruz, porque significa falta de vínculos e ausência de proteções* (p. 610). O que caracteriza, portanto, de forma mais aguda o individualismo negativo é esse individualismo por falta de referência, individualismo sinônimo de isolamento, e não por excesso de investimentos subjetivos.

As tentativas de resposta à questão sobre as saídas possíveis passam pelo restabelecimento dos laços de sociabilidade. Para Castel, o Estado deveria se encarregar de suprir esse déficit de integração. Já para Márcia Leite, analisando o contexto brasileiro, organizações da sociedade civil aliadas ao poder estatal e à iniciativa privada seriam capazes de regular os ímpetus mercadológicos.

Ampliando o olhar, retomamos contribuições durkheimianas que poderiam nos auxiliar na compreensão de como seria possível ultrapassarmos o estado de anomia em que se encontram as sociedades modernas. A anomia, para Durkheim, seria gerada a partir da desregulamentação dos mercados, tendo como pano de fundo a dissociação entre as esferas econômica e política, mais que a ausência de normas ou de moralidade inscreve as sociedades em um quadro mais amplo de fragmentação e autodestruição.

De acordo com MORAES (2006), é central em Durkheim a compreensão de que a divisão do trabalho transcende em muito o momento em que os serviços e tarefas se trocam, se estende a todas as esferas e setores da vida em sociedade, por essa razão seu impacto também ultrapassa os sentidos econômicos adentrando ao campo da *moral*,

tornando-se assim uma das bases fundamentais da ordem social (*DURKHEIM*¹⁸, 1997, *apud* MORAES, 2006, p. 75).

Na obra *Ética e Sociologia da Moral* (DURKHEIM, 2006), o autor delimita o conceito *moral*. Uma de suas preocupações é a impossibilidade de conhecer o que seja a moral a partir de questões lógicas, pois, como propriedade do mundo social, só pode ser compreendida dentro do contexto histórico.

Não existindo, portanto, uma moral única, totalizante, 'a' moral, há uma contradição em empreender uma sociologia, uma ciência moral, o que se torna viável para Durkheim é uma sociologia *da* moral. É o que faz o autor em sua obra *Da divisão do trabalho social*. Considerando que a divisão do trabalho parte de um princípio de solidariedade que vale para a sociedade como um todo, Durkheim enxerga na reciprocidade a possibilidade de maximização de ganhos morais. Nesse sentido, também é enfático ao afirmar: "supondo-se que existe uma zona neutra em moral, é impossível que a divisão do trabalho dela faça parte. Se ela não é boa, é ruim; se não é moral, é uma decadência moral." (1999, p.18).

Para o autor, portanto, a divisão do trabalho não teria como fim último a maximização dos ganhos econômicos, como defendiam os liberais, tampouco é condição suficiente para alienar do trabalhador como a encaravam os marxistas. Sua função seria produzir ganhos morais; segundo MORAES, seria "modernamente, a principal responsável pela produção da solidariedade e da coesão social" (2006, p. 75).

Contudo, o modelo capitalista, ao centrar-se na maximização de ganhos monetários, colocou-nos diante de um estado de anomia jurídica e moral, fundada, sobretudo, nas práticas econômicas. As condições a que estavam submetidos os trabalhadores não concorriam para a promoção da integração e coesão. Especialmente operários fabris encontravam-se sob formas de condições anômicas da divisão do trabalho, cujo resultado não é outro senão a degradação moral.

Certamente que as proteções anteriores à modernidade já não atendiam às necessidades desse modelo emergente de sociedade, porém o capitalismo nascente e livre de regulações políticas que o limitassem, tampouco era capaz de assegurar a proteção individual e ameaçava inclusive a permanência da sociedade mesma (MORAES, 2006, p. 78).

Durkheim rebaterá os argumentos do liberalismo econômico que pretende reduzir o

¹⁸ DURKHEIM, Émile. *A Divisão do Trabalho Social*. São Paulo. Martins Fontes, 1997.

conceito de moral à utilidade e concebem a sociedade como uma abstração, passível de ser ignorada pelos cientistas. Para Emile Durkheim, a moral deve exercer uma influência reguladora sobre a economia política (DURKHEIM, 2006, p. 18). Desta forma, a função prática da moral é *tornar a sociedade possível, ajudar as pessoas a viverem juntas sem muitos prejuízos ou conflitos, em resumo, dar salvaguarda aos grandes interesses coletivos* (DURKHEIM, 2006, p. 23).

Há, para Durkheim, duas fontes principais de moral: a religião, para as sociedades de solidariedade mecânica e a divisão do trabalho nas sociedades de solidariedade orgânica. Ressaltamos, contudo, que embora à primeira vista possamos concluir que as formas de solidariedade apresentadas na obra *Da Divisão do Trabalho Social* se estabeleçam em linearidade histórica, Moraes (2006, p. 74) chama a atenção para a possibilidade de premanências e *sobrevivências* de elementos e características de uma na outra.

Para efeitos analíticos, observamos a seguir alguns aspectos que contrastam os modelos de sociedade e solidariedade. Encontramos solidariedade mecânica nas sociedades ditas 'simples', mais homogêneas, menos individualizadas. Nestas, os indivíduos encontram-se como que dissolvidos no coletivo, não havendo indivíduo é menor, conseqüentemente, a interdependência. Nesses casos, a religião é responsável pela internalização dos costumes, normas e valores que garantirão a coesão e o equilíbrio de tal sociedade.

Por outro lado, as sociedades ditas complexas se diferenciam da anterior por seu alto grau de individualização e interdependência. Dizendo de forma simplificada: se há indivíduos diferentes, e a heterogeneidade é uma marca dessas sociedades, eles precisam se completar. Nesse caso, é a divisão do trabalho social a fonte da moralidade. A internalização de princípios morais garantirá o estabelecimento de laços, redes de reciprocidade.

É a manutenção dos laços de reciprocidade nas sociedades complexas que garante a compensação das perdas, ou, dito de outra forma, a proteção aos mais fracos. O papel ou a função da divisão do trabalho social é, portanto, produzir indivíduos morais e, conseqüentemente, coesão social. Em outras palavras, produzir e maximizar ganhos morais.

Para Émile Durkheim, não é possível partir de uma visão contratualista de sociedade se as condições do contrato não são igualitárias: "enquanto houver ricos e

pobres de nascimento, não poderá haver contrato justo, nem uma justa repartição das condições sociais” (1999, p. XXXIX). Na ausência de regulamentações que garantam a proteção aos mais fracos, assistiríamos à emergência do individualismo negativo, do egoísmo.

Por consequência, essa debilidade na formação de identidades coletivas seria responsável por processos de socialização centrados majoritariamente no indivíduo. Outrora individualizar-se, construir uma identidade, passava necessariamente por um coletivo (de ofício, de linhagem etc.), assegurando desta forma tanto a identidade social dos indivíduos quanto uma proteção próxima.

Nas sociedades contemporâneas, a ancoragem profissional, ou seja, o pertencimento a uma categoria ou mesmo à ‘sociedade salarial’ garantiria a existência de indivíduos preservados em suas especificidades, mas protegidos, ao mesmo tempo por seus pares. Está muito presente em Durkheim a valorização e o respeito ao indivíduo e à individualidade como uma condição fundamental para o equilíbrio social na medida em que os direitos individuais não podem ser diluídos nos direitos coletivos, não estão submersos neles. É preservada a autonomia e dignidade do indivíduo, porém de forma muito diferente do que defendia a Escola Manchesteriana e o liberalismo econômico.

No cenário moderno, portanto, segundo Castel (2009), emergem dois tipos de indivíduo ou dois processos de individuação: o primeiro diz respeito a uma cultura da individualidade traduzida pelo interesse dedicado a si mesmo e a seus afetos e pela propensão a lhes subordinar todas as outras preocupações (p. 602); por outro lado, assiste-se a uma metamorfose do individualismo negativo. O individualismo que resulta desse processo é resultado do enfraquecimento ou perda das regulações coletivas. Seu traço fundamental é a ausência de referências, e não excesso de investimentos subjetivos como se pretendeu ao enaltecer as vantagens dos processos de individuação da modernidade (p. 603), como já dito anteriormente.

Nessas formas anormais de divisão do trabalho estaria ancorada a anomia, como ausência de regulamentação e como mecanismo de enfraquecimento dos laços de solidariedade. Para Durkheim, a divisão do trabalho só é fonte de solidariedade:

A divisão do trabalho supõe que o trabalhador, longe de permanecer debruçado sobre sua tarefa, não perca de vista seus colaboradores, aja sobre eles e sofra sua ação. Ele não é, pois, uma máquina que repete movimentos cuja direção não percebe, mas sabe que tendem a algum lugar, a uma finalidade que ele concebe mais ou menos distintamente. *Ele sente servir a algo.* [DURKHEIM, 1999, p. 390, *grifamos*]

Comumente ouvimos de nossas entrevistas “eu não sirvo pra nada mesmo”, uma percepção de si a partir do local social que ocupam e do lugar que ocupam no mundo do trabalho. Esses efeitos, como já dissemos, produzem consequências subjetivas que se refletem e exteriorizam em quadros depressivos, doenças, e na desmotivação para quaisquer atividades: “eu entrei em depressão sabe, pra mim nada prestava, eu não presto para nada mesmo” [Celia], “com o problema da gente perder o emprego, ficar doente, impossibilitada de trabalhar, começemo tudo a fica com depressão.” [Silvia].

Não se perde com o capitalismo flexível, retomando Richard Sennett, apenas a identidade proveniente do trabalho e a possibilidade de construir uma carreira como um caminho sólido e seguro, perde-se também o interesse por questões cívicas. O único vínculo detectado por Sennett está relacionado às comunidades religiosas. É um movimento muito inspirado na caridade cristã já referida por Castel.

Entre os relatos que ouvimos também foi possível perceber esse movimento. Três entrevistadas dedicavam-se a atividades promovidas e organizadas pela Igreja Católica. Atividades relacionadas ao cuidado de crianças e doentes: “na comunidade é muito difícil me encontrar em casa, eu passo a maior parte do tempo vou ajudar um, ajudar outro, na verdade eu me aposentei de um jeito, de outro não, várias pessoas com câncer não tinha com que ir aí eu levava pra quimioterapia” (Silvia).

As possibilidades de superação desse estado de anomia social que se reflete no indivíduo como uma desorganização identitária, ou desfiliação, como diria Castel, estariam na regulamentação das relações econômicas, sem a qual sequer as liberdades individuais estariam asseguradas:

Só posso ser livre na medida em que outrem é impedido de tirar proveito da superioridade física, econômica ou de outra de que dispõe para subjugar minha liberdade [...]. Sabe-se agora que regulamentação complicada é necessária para garantir aos indivíduos a independência econômica sem a qual sua liberdade não é mais que nominal. (DURKHEIM, 1999, p. VIII)

Essa tarefa seria compartilhada entre Estado e corporações profissionais. O Estado, por seu papel e limitações, seria insuficiente na regulamentação das relações econômicas, até porque distante dos indivíduos. As corporações profissionais, próximas e presentes na história das sociedades desde a antiguidade, já provaram ser indispensáveis “em virtude não dos serviços econômicos que poderá prestar, mas da influência moral que

poderá ter” [DURKHEIM, 1977, *apud* MORAES, 2006, P. 77).

Ao observar as formações sindicais de sua época, Durkheim reconheceu nelas o potencial necessário para assegurar, em conjunto com outras instâncias, a regulamentação necessária para a retomada do *equilíbrio estável*. Resguardadas as singularidades históricas, o autor identifica as corporações de seu tempo a associações profissionais de outras épocas, uma vez que *correspondem a necessidades duradouras e profundas* (1999, p. XV). O fato de precisarem se recriar a cada ciclo histórico e transição de regimes políticos e econômicos é um indicador de sua relevância.

Seu papel, da mesma forma que a divisão do trabalho, também ultrapassa os possíveis serviços econômicos que possam prestar. O que se identifica nos grupamentos profissionais é, antes de tudo, um papel moralizador, “capaz de conter os egoísmos individuais, de manter no coração dos trabalhadores em sentimento mais vivo de sua solidariedade comum, de impedir que a lei do mais forte se aplique de maneira tão brutal nas relações industriais e comerciais” (1999, p. XVI).

Durkheim utiliza o exemplo de uma comunidade religiosa para exemplificar o que poderiam representar moralmente as corporações profissionais: uma comunidade de interesses capaz de substituir os vínculos consanguíneos (p. XVIII). Ao retomarmos a noção de proteção de Castel essa aproximação revela muito mais que uma metáfora. A lacuna deixada pelas proteções próximas da família e comunidade foi parcial e deficitariamente preenchida pelo Estado, que certamente não é capaz absorver a *indigência estrutural*. (CASTEL, 2009, 216).

Nesse sentido, as associações intermediárias seriam fundamentais no restabelecimento das relações de reciprocidade geradoras de coesão e, conseqüentemente, equilíbrio. Em um esforço de atualização, arriscaríamos dizer que o Clube de Troca e seus desdobramentos, como a Padaria Comunitaria, atuariam de forma similar às *associações intermediárias*.

O potencial agregador das associações e do Clube de Troca, conseqüentemente, se desenvolve e explicita de forma sutil, porém efetiva. Recorrendo a experiências próximas às corporações, Durkheim faz menção às corporações romanas:

“as pessoas se associavam antes de mais nada pelo prazer de viver juntas, para encontrar fora de casa distrações para suas fadigas e seus aborrecimentos, para criar uma intimidade menos restrita que a família, menos extensa do que a cidade, e tornar assim a vida mais fácil e mais agradável.” (BOISSIER, p.287-288 *apud* DURKHEIM, 1999, p. XIX).

No Clube de Trocas os relatos acerca do que encontraram no grupo e porque continuavam participando quando acabou a distribuição de cestas básicas nos remetem para objetivos e motivações semelhantes aos supracitados:

“Eu comecei a viajar com o Troca, gostei... só que antes eu trabalhava, nem vinha aqui. Aí minha filha teve a menina eu fiquei cuidando, daí eu comecei a vim. Eu sou sozinha também, o marido foi embora, mas ele era um peso mesmo, era muito sofrimento [...] me sinto melhor, porque ficou muito bom agora, tem tempo pra vir aqui, pra mim saiu aquele peso, sabe? É bom, vem pra padaria, distrai a cabeça. Se eu ficar muito dentro de casa eu... eu pra mim tenho que tá conversando...” (Neuzinha)

“Eu gosto de ficar aqui, ajudei a levantar a Associação. Minha irmã veio me convidou, eu fui. A primeira vez que eu vim eu não entendi nada, mas depois olha! A gente faz tanta amizade é uma coisa tão boa, isso é coisa pra pessoa que precisa mesmo, igual eu, eu passei por tanta coisa e... não sei, a gente busca tanta coisa, muda até a mente da gente, é muito bom, a gente aprende tanta coisa, eu mesma não sabia nem falar e e você vê agora, eu já fiz cada mística!” (Dalva)

Outras mudanças puderam ser percebidas, embora não declaradas nas entrevistas. Uma das mulheres, liderança do grupo, foi convidada para auxiliar na animação de outros Clubes junto com uma equipe ligada ao CEFURIA, para essa nova tarefa havia uma pequena ajuda de custo em dinheiro, resultado do rateio de outros educadores contratados formalmente pela organização. Esse convite representou muito mais que o reconhecimento financeiro do trabalho desempenhado no grupo, trata-se do reconhecimento moral. A mulher que encontramos no final do segundo ano de acompanhamento do grupo era muito diferente da que vimos no primeiro contato. A atual mantinha os cabelos curtos, mas agora pintados, usava brincos e se sentia à vontade para se pronunciar, inclusive apontando falhas e limites do grupo.

A insegurança social experimentada por essas mulheres, e que ainda está presente, mas amenizada pela participação no grupo, agiu como um princípio de desmoralização, segundo Castel (2005, p. 31), dissolvendo os laços sociais e comprometendo as estruturas psíquicas dos indivíduos, ou nas palavras de Sennett, elemento central da *corrosão do caráter*.

Inserir esses indivíduos em grupos protetores funcionou como um antídoto à desassociação social, expressão de Castel. Nas palavras de Durkheim, “um grupo não é apenas uma autoridade moral que rege a vida de seus membros, é também uma fonte de vida *sui generis*” (1999, p. XXXIX). É a instância do grupo que pode dar segurança ao indivíduo, e, embora não tenha sido essa a motivação para a participação, foi o que

encontraram e construíram durante a convivência.

Para Castel, ser protegido na atualidade diz respeito a políticas assistenciais, porém vai além disso:

É preciso lembrar com firmeza que a proteção social não é somente a concessão de benefício em favor dos mais necessitados para evitar-lhes uma decadência total. No sentido forte da palavra, ela é para todos a condição básica para que possam continuar a pertencer a uma sociedade de semelhantes. (2005, p. 81)

A principal “proteção” que encontraram no grupo e que está diretamente relacionada à nova sociabilidade que aprenderam e apreenderam, está na possibilidade de se reconhecerem como iguais:

“a gente pensa que um sabe mais, outro sabe menos...mas aí a gente vai desabrochando” (Lurdes)

“na nossa reunião tem a coisa da autonomia, se um não tá tem quem faz [...] aqui a gente faz o que a gente quer, a gente tem vez e voz, no grupo não tem ninguém melhor do que ninguém, se você chegar no grupo você é bem acolhido, você pode falar o que você quiser, você pode desabafar, ninguém te repreende” (Silvia)

“a gente aprende em primeiro lugar a respeitar o direito do outro” (Celia)

Por fim, uma das falas que sintetizam a experiência de reapropriação de si e de reinserção no tecido social a partir da possibilidade de restabelecer uma narrativa coerente de si e de seu grupo de pertença:

“A gente fala na Economia Solidária que a gente tá vivendo uma outra história, e é outra história mesmo porque a gente podia tá vivendo há muito tempo, mas a gente se apegou ao capitalismo né, trabalha em troca do dinheiro, ser explorado, sabe? Sendo massacrado, e tá ali, achando que dali a gente vai tirar alguma coisa... e daí na Economia Solidária clareou nossas idéias, que a gente não precisa ficar só em função daquilo, que tem outras coisas pra gente viver, que quanto mais a gente quer mais a gente gasta, nunca tá contente. Aqui não, no *Troca* todo mundo sai contente, ninguém quer mais que outro, ninguém fica pisando pra poder subir, ninguém pensa em crescer lá dentro, a gente pensa que pode ser igual a todo mundo, dividir tudo, e nunca falta!” (Silvia)

A reciprocidade como cimento das relações atua também como compensação das perdas acumuladas, não apenas no plano simbólico. A Padaria Comunitária seria um esforço, uma tentativa de reinserção de seus membros no mercado de trabalho.

CONCLUSÃO

“Aí a gente vai sendo solidária e as pessoas vai revivendo” (Célia)

A complexidade das relações estabelecidas no Clube de Troca **Mulheres na Luta** (e a partir dele) não pôde ser apreendida em sua totalidade neste trabalho: a vida é muito mais dinâmica que nossa capacidade analítica. No entanto, alguns pontos ficaram mais claros.

O acúmulo com os estudos monográficos e o retorno ao grupo com um intervalo temporal possibilitou um refinamento do olhar, a percepção de nuances ignoradas na primeira incursão ao campo. Esse tempo de “maturação” do tema, de aprofundamento teórico e o olhar de conjunto sobre o material empírico permitiram a apreensão da questão central de pesquisa: a sociabilidade não violenta.

Do ponto de vista metodológico foram fundamentais a escolha da perspectiva qualitativa e a combinação de diferentes técnicas, ainda que isso tenha exigido flexibilidade e criatividade constantes. Por alguns momentos, especialmente durante os momentos de observação participante nos quais pensamos ter naturalizado o campo, o olhar de visitantes do grupo nos colocou novamente diante da novidade que é o Clube de Troca.

Do ponto de vista analítico foi possível aprofundar algumas questões. Quanto a pergunta lançada nos estudos monográficos e revisitada neste trabalho, se estariam sendo construídos e cultivados outros sentidos para a economia que não o lucro, constatamos, a partir da pesquisa empírica e da revisão bibliográfica, que a noção de solidariedade está bastante presente. Mas não de uma solidariedade fundamentada filosófica ou gramaticalmente. Trata-se de uma solidariedade das urgências, de trocar o feijão que sobra pelo óleo que falta. As práticas observadas, de acordo com os relatos e a observação, apontaram como princípio regulador das trocas a carência material mais que as possíveis vantagens individualistas. O grupo avalia coletivamente quem precisa mais dos alimentos, das roupas etc. e estabelece a partir dessa avaliação parâmetros para as trocas.

Fora do espaço temporal e geográfico do Clube de Trocas esse mesmo princípio foi verificado. Algumas participantes adotaram em seu cotidiano a prática das trocas. Esse

era um dos objetivos do trabalho: verificar em que medida esses princípios se estendiam ao cotidiano. Mas ampliamos o olhar e pudemos perceber que não se trocam apenas objetos e alimentos, se trocam serviços, saberes e proteções.

Foi determinante a mudança de perspectiva durante o trabalho empírico. Mantida a pergunta se essa iniciativa seria capaz de garantir a reprodução material da vida, teríamos uma resposta rápida e sem profundidade orientada apenas pelo que se pode medir e quantificar. Ao perguntarmos sobre que outras coisas as pessoas buscam em grupos como esse, pudemos observar a reprodução da vida social, de invisíveis tornaram-se capazes de gerar identidade e reorganizar a reprodução material e simbólica da vida segundo outros parâmetros “aqui tamo construindo nossa própria história (...) a Economia Solidária clareou nossas idéias” (Silvia)

Afirmamos que as práticas da Economia Solidária no Clube de Trocas **Mulheres na Luta** estão construindo outros patamares para as trocas materiais e estão colocando em diálogo saberes comumente não reconhecidos como tal.

O movimento de resignificação do que seja a economia e solidariedade é um passo no sentido de tornar o conhecimento tácito, principalmente o das mulheres em conhecimento válido. Partir da noção de economia como um saber necessário à reprodução da vida possibilita o reconhecimento de que as mulheres que entrevistamos dominam com maestria a arte de reproduzir a vida com recursos muito limitados e o fazem orientadas pelo sentimento de solidariedade com as demais.

Além disso, no tocante as trocas, não é um problema para o grupo que haja equivalência pinhão-real, o que atribui valor não é o dinheiro mas o trabalho dispendido na produção do que será trocado e especialmente o quanto a outra, o outro necessitam. O papel da moeda social é, portanto, apenas de intermediação, uma maneira de facilitar as trocas.

O papel secundário da moeda social nos colocou a questão da recorrência de elementos subjetivos, logo não quantificáveis, mas que abrigam os sentidos atribuídos pelo grupo a suas práticas. É necessário compreender os fenômenos em contexto e a partir da explicação dada pelos sujeitos que o engendram. Nesse sentido a explicação dada pelos sujeitos é eloquente ao ponto de jogar por terra qualquer tentativa de esvaziar o sentido e papel da Economia Solidária. Ocorreram mudanças qualitativas significativas na vida dessas pessoas, e de forma alguma esse dado pode ser desconsiderado.

A primeira mudança significativa relatada e observada ao longo da pesquisa diz

respeito a mudança na percepção de si quando deixam de receber alimentos e passam a trocá-los. Receber os alimentos reforça a ideia que algumas das entrevistadas tem de si segundo a qual seriam pessoas a quem estão destinadas apenas as sobras das mesas mais abastadas. Mesmo a caridade cristã, válida e necessária, contribui pouco para a superação dessa condição.

Participar do Clube de Troca estabeleceu parâmetros para a troca que recolocam seus participantes na condição de agentes. A lógica da dádiva só é possível entre sujeitos, indivíduos capazes de participar dos rituais de seu grupo em condições paritárias de troca. Só é possível estabelecer troca se as partes oferecerem algo, preferencialmente produção própria. Na dádiva, não retribuir é perder a dignidade. No Clube de Trocas, trocar é resgatar e reafirmar a dignidade.

Além das trocas materiais destacamos principalmente as trocas 'imateriais'. Pessoas que se encontravam em quadros de debilidade física e emocional tiveram sua autoestima resgatada e foram lembradas da dignidade de todo trabalho humano, não apenas do remunerado formalmente. Passaram gradativamente do ostracismo e isolamento para a participação. Entendem hoje o Clube de Troca como o espaço onde "ninguém é melhor do que ninguém". Mais que isso, perceberam que há muito que aprender e muito que ensinar "...meu crochê estava adormecido...".

O retorno ao campo a partir de um repertório teórico mais amplo possibilitou descobertas importantes, não restritas à *economia do dom*, embora isso já fosse amplo o suficiente. Mas as questões acerca das sociabilidades construídas a partir do grupo possibilitaram um refinamento na análise.

A criação da Padaria Comunitária foi um passo muito importante, especialmente na reinserção das mulheres no mercado de trabalho. Mesmo que elas próprias tenham tomado consciência de que os trabalhos que desempenhavam em casa ou na produção de artesanato também são trabalho, só o autorreconhecimento não é suficiente. O reconhecimento social é fundamental, poder dizer que trabalha na padaria significa dizer que não se é "inútil para o mundo".

Certamente que nessa iniciativa há muitas dificuldades. Uma delas, na qual esbarram diversos empreendimentos solidários, é a comercialização dos produtos. Lucro e competitividade se estabelecem como antagônicos aos princípios da Economia Solidária, mas para se tornar uma possibilidade de geração de renda a padaria precisará entrar nesse mercado.

Essa é uma questão sobre a qual as mulheres já têm se debatido. Preço competitivo nem sempre ou raramente vem acompanhado de uma justa remuneração pelo trabalho. Com pouco mais de um ano de funcionamento os problemas começam a aparecer. A dedicação à padaria enfraqueceu o Clube de Troca, as mulheres não podem se dedicar à produção de artesanato ou à comercialização dos produtos na feira porque ou estão fabricando o pão durante três ou quatro dias por semana, ou cuidando dos afazeres domésticos. Além disso, os insumos doados para a abertura da padaria estão no fim e não há um controle rigoroso capaz de garantir que a padaria já seja capaz de se manter por conta própria.

A própria feira permanente de Economia Solidária é um desafio. Um espaço que proporcione visibilidade ao que é produzido nos Clubes é de inegável importância, mas implica em despesas e outros sacrifícios como o deslocamento, por exemplo. Quem mora na região onde se reúne o Clube de Troca demanda cerca de duas horas e meia até lá, além dos custos com as passagens de ônibus. Cada vez mais os grupos têm encontrado dificuldades em escalar voluntários para passar o dia na feira. A ponto de uma das lideranças afirmar: “comunhão não tá existindo no nosso grupo, as outras barracas tinha pelo menos três pessoas pra ajudar.”

No entanto, onde, como pesquisadora, enxergamos apenas dificuldades, o próprio grupo sinaliza outras possibilidades: “quando a gente vai na feira, não vai só pra vender, vai pra fazer formação, vai aprender, fazer partilha”.

Reconhecemos também os limites tanto do Clube de Troca quanto da Padaria Comunitária. Um deles é seu caráter embrionário, atualmente o alcance de iniciativas como essa é bastante restrito. Faltam recursos para passos relativamente pequenos como uma máquina de costura, por exemplo.

Há ainda outros limites que não tardam a aparecer. Participar do Clube de Trocas está longe de garantir sustentabilidade a seus participantes, por exemplo. O volume de trocas é pequeno e o valor agregado e mesmo o valor de uso dos bens trocados é reduzido. Os rendimentos obtidos através da Padaria Comunitária e da venda de artesanato são bastante limitados, garantindo pouco mais que uma passagem de ônibus para um ou outro.

Somado a isso, o número de participantes de iniciativas como essa gira entre 15 e

20 famílias; é um número pequeno se considerarmos a densidade populacional do bairro em que está inserido. A tensão colocada pela necessidade de utilização de dinheiro e o esforço de não utilizá-lo de forma reificada permanecem.

Somam-se a essas críticas olhares mais sistêmicos como os de Ricardo Antunes. Em sua obra *Os Sentidos do Trabalho* (2009), Antunes ressalta a positividade dessas iniciativas ao se manterem ao largo da lógica de mercado, mas lembra que além de não alterarem substantivamente a lógica do sistema produtor de mercadorias e de valorização do capital, exercem um papel de funcionalidade em relação ao sistema. Realizam a tarefa que não interessa ao mercado realizar: ocupar-se dos desempregados, ou, nas palavras de Castel, dos desfiliaados.

Cumpririam um papel importante na minimização da barbárie do desemprego estrutural, mas sem alterar a estrutura que continuaria produzindo desempregados. Exercendo ainda um papel pernicioso ao se converter em uma forma de mistificação que pretende, na hipótese mais generosa, 'substituir' as formas de transformação radical, profunda e totalizante da lógica societal.

Analisando o papel do Clube de Trocas apenas por seu viés econômico, precisamos concordar com a análise de Antunes. Entretanto, olhar para esta iniciativa perguntando apenas pelas trocas materiais é reproduzir no plano da análise a lógica economicista do mercado.

O mérito da iniciativa no caso do **Clube de Troca Mulheres na Luta** está certamente em possibilitar a superação do isolamento, do ostracismo e em se converter no espaço para o restabelecimento de laços de amizade e mesmo de uma rede de proteção. Desse ponto de vista, é inegável a importância social e política de iniciativas como essa.

Nesse ponto destacamos a principal mudança percebida e analisada neste trabalho: um novo padrão de sociabilidade em construção no grupo. Tomar o material empírico com conjunto permitiu apreender a importância da fala para as participantes. Saber falar, saber quando e o que falar mostraram-se como códigos capazes de criar ou suprimir oportunidades.

O Clube de Troca converteu-se em um espaço de fala e escuta especiais. O que se

diz é ouvido, possui valor. Tornar inteligível a angústia cotidiana e o “alívio” que sentiam após cada encontro já faria do grupo um espaço importante para suas participantes.

Consideramos esse movimento de “devolver” e “autorizar” as falas um novo padrão de sociabilidade porque partimos da compreensão de que a fala em comunidades como a pesquisada são, de maneira geral, orientadas por uma “sociabilidade do confinamento”. O cotidiano nesse modelo de sociabilidade é marcado pelo silêncio como estratégia de sobrevivência. Além disso, o espaço doméstico constituiu-se historicamente sobre o silenciamento feminino, de maneira que poder falar e encontrar audiência atenta e interessada representa a possibilidade de retomar uma narrativa coerente de si.

O reconhecimento de si como agente ocorre simultaneamente a um conjunto de outras resignificações. Ao possibilitar a seus participantes a resignificação da ideia de trabalho, que não é apenas o formal, ‘de carteira assinada’, o Clube de Troca permite que os chamados trabalhos de mulher, o crochê, a horta, o artesanato, adquiram status e sentido de trabalho como todos os outros.

A rede que se tece a partir disso não é apenas de mulheres que precisam de um espaço para ser ouvidas, mas de trabalhadoras que se percebem novamente em condições de conduzirem suas próprias trajetórias e reassumirem seu papel no destino da família, da comunidade, do bairro etc.

Nesse sentido a sociabilidade não violenta, que entendemos está em construção no Clube de Troca, não se resume a melhorar a qualidade de vida individualmente. Implica em garantir que os que estão próximos também possam usufruir do mínimo de conforto. Aqui se estabelece a Rede de Proteção. O efeito produzido pelo grupo é de reinserção no tecido social, a filiação a um grupo de pertença, com o qual “a gente sabe que pode contar”.

Esse papel desempenhado pela Economia Solidária ganha ainda mais relevância se considerarmos que a desregulamentação dos mercados, tendo como pano de fundo a dissociação entre as esferas econômica e política, mais que uma ausência de normas ou de moralidade inscreve as sociedades em um quadro mais amplo de fragmentação e autodestruição. Segundo Castel: “A anomia suscita a violência. Violência na maioria das vezes sem projeto, devastadora e autodestruidora ao mesmo tempo, e mais difícil de controlar à medida que não há nada para negociar” (p. 568).

Desta forma, iniciativas como os Clubes de Troca exercem papel fundamental

como alternativa à 'violência sem projeto'. Ao romper o isolamento dos desfiliaados ou inúteis para o mundo, reinscreve essas pessoas na estrutura social. Possivelmente não de forma definitiva ou consolidada, mas de modo que possam novamente pensar em trajetórias de vida plenas de sentido, individual e coletivo.

Quando abordamos a complexa e espinhosa temática da segurança pública corremos o risco de, endurecidos pela aridez do campo e suas dificuldades, considerar as pequenas proteções construídas por essas mulheres como irrelevantes. Buscar o filho da vizinha no ponto de ônibus sabendo que amanhã ela fará isso com a minha filha restabelece previsibilidade, fundamental para ordenar a vida já tão desordenada.

A ausência de análise dos conflitos de gênero inerentes ao campo não nos impedem de reconhecer: a experiência de Economia Solidária nos Clubes de Troca é feita majoritariamente por mulheres. Há um pragmatismo por parte delas na tentativa de sobrevivência dentro do capitalismo flexível que hierarquiza a defesa da vida em relação à participação cívica e tantas outras coisas. E há também uma tensão entre quem produz conhecimento tácito, cotidiano, pragmático, com as mãos e quem produz conhecimento reconhecido socialmente, a partir da racionalidade ocidental. Talvez uma possível estigmatização e até marginalidade da Economia Solidária possa ser tributária de uma estigmatização do trabalho manual, trabalho de mulher, ocupado com reprodução da vida mais que com a explicação dela.

Além disso, se quiséssemos, poderíamos utilizar substituindo a idéia de Redes de Proteção a idéia de Rede de Mães, afinal são as mulheres as responsáveis por idealizar e operacionalizar as proteções próximas que pudemos observar. O *cuidado*, historicamente alocado nas essencializações femininas carece de investigação, e por que não com possibilidades de informar novos parâmetros de segurança pública.

Não obstante tenhamos ciência dos limites já apresentados, é possível constatar através da observação e de depoimentos das participantes que o papel do Clube de Troca se estende para além das trocas materiais. Destaca-se principalmente o resgate de valores comunitários. A maior mudança relatada pelas entrevistadas é terem, após o início da participação no Clube, um lugar onde são ouvidas, onde podem expor seus trabalhos e estes são reconhecidos como detentores de valor.

Ao frisarmos a função moral na constituição individual e social retomamos a ideia central neste trabalho quanto às consequências da anomia e o papel das associações

intermediárias no interior das sociedades complexas. Considerando que estariam esgotadas as antigas formas de solidariedade capazes de reconstruir bases consistentes de resistência ao esgarçamento do tecido social, os Clubes de Troca seriam uma importante iniciativa na reconstituição das redes de proteção enquanto produtoras de moralidade.

Como uma Associação Intermediária o Clube de Troca possui potencial capaz de recompor os laços de solidariedade rompidos em função da anomia nas relações de trabalho. A ausência de regulamentação das relações de trabalho e da economia de maneira geral, somada ao individualismo negativo, fundado na ausência de laços e referências, gera um crescente esgarçamento das relações colocando massas de indivíduos em situação de flutuação na estrutura social; o Clube de Trocas cumpriria uma dupla função: ressignificar a identidade individual das participantes e restabelecer laços de solidariedade materializados em redes de proteção efetivas.

Constituídas majoritariamente por mulheres e fundadas sobre princípios de solidariedade, respeito, preocupação e cuidado com o coletivo, os Clubes de Troca despontariam como uma alternativa em um primeiro momento na geração de renda e trabalho, e na sequência como um meio para a construção de identidades individuais e coletivas.

A importância do Clube de Trocas ultrapassa as demandas materiais, vai além, possibilitando o restabelecimento de redes de ajuda mútua. As 'gentilezas, favores e afetos' seriam a base para o restabelecimento da reciprocidade, cimento das relações sociais e, inclusive, um dos elementos com potencial de inibir padrões de conduta violentos, mesmo letais.

Considerando o agravamento das desregulações da esfera econômica e o aumento consequente da 'desproteção' dos mais fracos, arriscaríamos dizer que iniciativas como a dos Clubes de Troca possuem um papel central na internalização de valores e princípios e, porque não, na ressocialização desses indivíduos na estrutura social a partir de outros fundamentos que não a competição e o egoísmo.

Entre várias tensões presentes no trabalho uma delas diz respeito a certo entusiasmo em relação aos Clubes de Troca por parte da pesquisadora e as evidências empíricas de seu enfraquecimento numérico. Desde seu surgimento em Curitiba diminuiu consideravelmente o número de grupos atuando somado ainda a rotatividade entre os participantes. A partir das pesquisas podemos elencar alguns fatores que contribuíram

para essa redução no número de grupos e de participantes.

O reduzido número de educadores que atuam na animação dos grupos é apontado por participantes como um elemento desmotivador. Embora alguns já tenham conseguido restabelecer suas narrativas individuais redefinindo suas identidades como agentes sociais a maioria ainda parece precisar que alguém “de fora” os considere importantes o suficiente pra dedicar seu tempo a eles. A carência de recursos para o pagamento desses educadores impoem que alguns acompanhem diversos grupos simultaneamente implicando que cada grupo fique longos períodos sem contato com esses assessores.

As recolocações profissionais também contribuem para a rotatividade e esvaziamento dos grupos. Durante o primeiro bloco de pesquisas, por exemplo, o grupo parou de se encontrar porque seus integrantes encontraram trabalho temporário nas campanhas eleitorais não retornando ao final dessas atividades. A maioria consegue colocações no mercado informal, principalmente como diaristas e como do ponto de vista da sustentabilidade econômica o Clube de Troca não atende as necessidades não há dúvidas quanto ao que priorizar.

Um terceiro elemento ainda se aproxima do anterior. A primeira motivação para ingressar nos grupos era a distribuição de alimentos. A estratégia de mobilizar através da distribuição de cestas básicas encerra ao mesmo tempo êxitos e dificuldades. A resposta é rápida, tivemos a oportunidade de acompanhar o primeiro encontro de um grupo onde estavam presentes 45 pessoas. Contudo ao perceberem que a distribuição de alimentos não é constante a maioria desiste já no segundo ou terceiro encontro. Essa reação reforça nossa hipótese de que as trocas materiais atuariam como um pretexto para o restabelecimento de redes de proteção e sociabilidade primária. Os que buscam o grupo apenas por seus sentidos “econômicos” logo percebem que não terão suas expectativas atendidas.

Esses elementos não esvaziam o sentido e papel do grupo, daí o entusiasmo com a iniciativa. O esforço de objetivação dos dados está sob tensionamento constante. Para Bourdieu (2010) esse é um movimento de objectivação participante, no qual o papel do pesquisador é analisar seu objeto segundo parâmetros científicos delimitados pelo mundo universitário. Contudo o pesquisador não realiza esse movimento sem promover rupturas a suas adesões mais profundas, que informam inclusive a escolha do objeto.

Não é tarefa simples, segundo o próprio Bourdieu (2010) é como avaliar um jogo do qual se participa. Romper com a tendência de utilizar-se da ciência para intervir no

objeto é que permitiria sua objetivação. Só a “sociologia da sociologia – e do sociólogo” pode orientar esse exercício. Nesse sentido os recortes feitos possibilitaram uma resignificação de sentidos, mas também da própria pesquisadora, sem pretensões de convencimento, mas de automodificação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. **Exclusão socioeconômica e violência urbana**. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 4, no. 8, jul/dez/2002, p. 84-135.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho** - Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2009.

ARRUDA, Marcos. Ajuste Neoliberal, Integração Regional e os Povos do Cone Sul. In: SIMPÓSIO AJUSTE NEOLIBERAL E INTEGRAÇÃO REGIONAL. Rio de Janeiro: PACS, 1995.

_____. **Humanizar o infra-humano**. Petrópolis: Vozes/Pacs, 2003.

_____. **Tornar real o possível: A formação do ser humano integral**: economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho. Petrópolis: Vozes/Pacs, 2006.

BOURDIEU. Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010 .

CICOUREL, A. Teoria e Método em Pesquisa de Campo. In: **Desvendando Máscaras Sociais**. 3 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. Cap. 4, p. 87-121.

CLUBE de Trocas. Disponível em: <<http://www.cefuria.org.br/>>. Acesso 13 jun 2009.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **A Insegurança Social: o que é ser protegido?** Petrópolis: Vozes, 2005

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **Da Divisão do Trabalho Social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Ética e sociologia da Moral**. São Paulo: Landy, 2006.

ENCONTRO com Milton Santos ou O Mundo Global Visto do Lado de Cá. Produção de Silvio Tendler. [S.l.: s.n.], São Paulo, 2007.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 1999, n.10, pp. 58-78. ISSN 1413-2478.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade**. 12ª. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 64-89.

GERMER, C. M. **A “Economia Solidária”:** uma crítica marxista. *Revista do Instituto de Estudos Socialistas*. São Paulo, n. 14 2o. sem 2006, pp. 193-214.

GIL, Antonio Carlos. A observação. In: _____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995. p. 104-112.

GLASSNER, B. **Cultura do Medo**. São Paulo, Francis, 2003.

KEHL, M.R.. **Deslocamentos do Feminino**- A Mulher Freudiana na Passagem para a Modernidade. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

LEITE, Márcia. O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidade. In: LEITE,

Márcia de Paula e ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. (Orgs). **O trabalho reconfigurado: Ensaio sobre o Brasil e México**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

LAHIRE, Bernard. **Tableaux de Familles: Heurs et Malheurs Scolaires en Milieux Populaires**. Paris: Gallimard/Le Seuil, 1995.

_____. **O Homem Plural – as molas da acção**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

_____. **Retratos Sociológicos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. **A cultura dos indivíduos**. Porto Alegre: Anmed, 2006.

LOJKINE, Jean. **A Revolução Informacional**. São Paulo: Cortez, 1995.

MACHADO, Maria I. **Economia Solidária e Emancipações: proximidades e distanciamentos**. 56 f. Monografia (curso de Graduação em Ciências Sociais) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Arte, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

MAPEAMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PARANÁ. Ministério do Trabalho e Emprego, 2007

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. **O Capital**. Livro 1, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. Vol 2. São Paulo: EPU, 1974.

MERTON, R. **Sociologia Teoria e Estrutura**. São Paulo. Mestre Jou, 1970

MINAYO, Maria Cecília Sousa de. Quantitativo versus qualitativo, subjetivo versus objetivo. In: **O Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hicitec/Abrasco, 1992. p.28-88

_____. Hermenêutica – Dialética como caminho do pensamento social. In: MINAYO, Maria Cecília Souza de; DESLANDES, Suely Ferreira (org^a). **Caminhos do pensamento epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003. p. 83-107

MINAYO, Maria Cecília; SANCHES, Odécio. **Quantitativo-qualitativo**: oposição ou complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*. Vol. 9 no. 3. Rio de Janeiro, 1993.

MORAES, Pedro R. B. Émile Durkheim. Para uma sociologia do mundo contemporâneo. In: CODATO, Adriano (org.). *Tecendo o Presente – Oito autores para pensar o século XX*. Curitiba: Sesc Paraná, 2006. p. 67-85.

MOVIMENTO Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais. Disponível em <<http://www.jornaldomauss.org/periodico/?tag=dom-e-teoria-social>>. Acesso em 13 de jun 2009.

ONDE ESTÁ O DINHEIRO. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/Yves%20Cabannes%201%20Onde%20esta%20o%20dinheiro.pdf>> Acesso 28 dez 2011

OUTRO CONSUMO É POSSÍVEL. Cartilha publicada em parceria: Cefuria, Irmãs Catequistas Franciscanas e Rede de Educação Cidadã. Curitiba, 2009.

PARSONS, T. **A Estrutura da Ação social**. Émile Durkheim, III. O desenvolvimento da teoria do controle social. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 448-483

_____. Os componentes dos sistemas sociais. In **The social system**, por Talcott Parsons, Tavistock Publications Ltd., Londres 1952, pg 1-6 Trad de Ruy Coelho

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação – As origens de nossa época**. 2. ed. São Paulo: Campus, 2000.

REVISTA DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. *Economia Solidária*. São Leopoldo: IHU, n. 229 Ano VII, 2007.

RUBIN, Galin. El Tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. In: NAVARRO, Marysa; STIMPSON, Catharine R. (compiladoras). **Qué son los estudios de mujeres?** México/Argentina/Brasil/Colombia/Chile/Espana/EUA/Per/Venezuela: Fondo de Cultura Económica, 1998. p.15-74.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter – Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

SIMMEL, Georg. **Psicologia do Dinheiro e Outros Ensaios.** Lisboa: Texto e Grafia, 2006.

SINGER, Paul; MACHADO, João. **Economia Socialista.** São Paulo: Perseu Abramo, 2000

_____. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SMITH, Adam. **Teoria dos Sentimentos Morais.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SILVA, Luis Antonio Machado da. **Vida Sob Cerco.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SOUZA, Ana Ines (org.). **Irmã Araujo Vida e Obra.** Serie “Memórias das Lutas Populares no Paraná Pós-Ditadura Militar”, vol. 1. Curitiba: Editora Gráfica Popular; CEFURIA, 2ª. Ed., 2007.

WANDERLEY, Luis Eduardo. **Desafios da Globalização para as Religiões.** São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 27-28.

XENOFONTE. **Econômico.** São Paulo: Martin Fontes, 1997.

ANEXOS

1 ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1. Quem é você?

- 1.1 Sexo, classe, etnia
- 1.2 Idade, onde nasceu
- 1.3 Religião, profissão
- 1.4 Composição familiar
- 1.5 Composição da renda familiar
- 1.6 Distribuição e realização dos trabalhos domésticos (quem faz?)

2. Como conheceu o Clube de Trocas?

- 2.1 Já tinha ouvido falar de Economia Solidária ou do Clube de Trocas?
- 2.2 Como chegou até o grupo?
- 2.3 Quais foram as primeiras impressões?
- 2.4 Quando começou a participar as trocas já aconteciam?
- 2.5 Algum homem participa do grupo atualmente?

3. Como é o funcionamento do grupo hoje?

- 3.1 Que produtos são trocados?
- 3.2 Existe alguma moeda de troca?
- 3.3 Como ela chegou ao grupo?
- 3.4 Todos participaram da escolha de uma moeda?
- 3.5 Como são determinados os valores?
- 3.6 Todos participam das trocas?
- 3.7 Como são organizadas as trocas?
- 3.8 Quem organiza as trocas? (Há uma coordenação?)

4. O que a/o motivou a participar do Clube de Trocas?

- 4.1 A motivação inicial permanece?
- 4.2 O que busca atualmente no Clube de Trocas?
- 4.3 Como se sente durante os encontros?
- 4.4 Como se sente depois que passou a participar do Clube de Trocas?
- 4.5 O que mudou no dia a dia depois que começou a participar?

4.6 O que se aprende no Clube de Trocas?

4.7 O que se ensina no Clube de Trocas?

5 O que sabe sobre Economia Solidária?

5.1 O que é solidariedade?

5.2 O que é ser solidário?

5.3 O que nos faz ser solidários?

5.4 O que é comunidade?

6. O que sonham para o futuro?

6.1 O que sonha para seu futuro?

6.2 O que sonha para o futuro do Clube de Trocas?

2 ESTATUTO CLUBE DE TROCA MULHERES NA LUTA

- Horário 14h até 16h, tolerância 15 min. Quem chegar atrasado deverá explicar ao grupo o motivo.
- Recebe alimento somente quem estiver cadastrado e estiver freqüentando.
- Nova comissão a cada 4 meses (ficando 3 pessoas na comissão) e elege mais duas pessoas.
- Produção para o Clube de Trocas: 3 produtos.
- Quem não trouxer produção, não participa da troca.
- Comissão: Seu José, Silvia, Joana, Célia.

Papel da Comissão: não faltar, acolher, animar, trabalhar para o bem do grupo, divulgar o Clube de Trocas, trabalhar em mutirão e trocar experiências com outros grupos.

3 Dinâmica de grupo utilizada como tópico guia

- Prepara-se o ambiente onde acontecerá o encontro dispondo as cadeiras de forma circular. No centro são distribuídas pedras de diversos tamanhos e flores compondo um caminho.
- Após a recepção dos participantes é explicado o objetivo do encontro e como ele será conduzido. É combinado com os participantes o tempo de duração.
- Após a apresentação dos participantes (nome, idade, com que trabalham...) cada um é convidado a escolher e pegar uma pedra. Após a escolha da pedra são convidados a refletir a partir da pergunta: qual é hoje a maior pedra na minha vida? Ainda sem falar, após um tempo para a reflexão é feita outra pergunta: qual é hoje a maior pedra na comunidade/bairro?
- No momento seguinte cada participante fala quais são suas pedras procurando ouvir com atenção às pedras dos outros. Primeiro as 'pedras' ou problemas na esfera pessoal e depois comunitária.
- Durante o relato das pedras o responsável pela motivação pode fazer perguntas no sentido de problematizar os problemas comunitários quanto suas causas e possíveis soluções.
- O mesmo procedimento é adotado para as flores. Cada participante escolhe e procura identificar nas esferas pessoal e comunitária quais são as flores, as coisas boas, partilhando em seguida.
- As pedras utilizadas na dinâmica proposta significam os principais problemas vividos pelas pessoas presentes. Elas serão maiores ou menores, o que aponta para uma maior ou menor urgência no enfrentamento do problema. E as flores, suas potencialidades, iniciativas, conquistas.

Moeda Social

